

O Canhão Vence... A Verdade Convence

PELO

Doutor ZEFERINO CANDIDO

Da Universidade de Coimbra



1915

LIVRARIA FERREIRA

FERRIRA, L.^{da}. Editores

132, R. do Ouro, 138

LISBOA



Deu entrada em 27
de abril de 1915

Registrado a fl.^o _____ de livro n.^o _____
p.^o 869

**O Canhão Vence...
A Verdade Convence**



15286
A.F. 21736

O Canhão Vence... A Verdade Convence

PELO

Doutor ZEFERINO CANDIDO

Da Universidade de Coimbra



1915

LIVRARIA FERREIRA

FERREIRA, L.^{da}, Editores

132, R. do Ouro, 138

LISBOA

21336

O Câmbio Vence... A Verdade Convence

Doctor ZEFERINO CANDIDO



*Reservados os direitos de tradução para Portugal
e Brazil.*



ADMINISTRAÇÃO GERAL
Lisboa - Portugal

Preambulo

Foi sempre minha opinião que Portugal se devia manter neutral, perante o conflito que conflagra e subverte a Europa. As obrigações que nos resultem de tratados com Inglaterra são geralmente conhecidas. Não são maiores do que as que impendiam sôbre Italia, ia a dizer que nem mesmo do que as que prendiam Espanha á França, um pouco vulgarisadas quando foi do acordo de Cartagena. E estes dois paizes souberam, por uma habil e util política, manter a sua neutralidade e tirar d'ella visiveis beneficios.

Apezar do meu isolamento, do firme e calculado proposito da minha abstenção politica, senti um forte e triste abalo com a noticia do que se passou na sessão parlamentar de 7 de Agosto e com os fogosos e bélicos arremessos de grande parte da imprensa portugueza. Dando-se a circumstancia de se achar então á frente do governo um homem com quem mantenho, desde a mocidade, relações de intima e não interrompida ami-

sade, que a diversidade de modos de ver politico não destroe, pensei do meu dever patriotico manifestar-lhe, em carta, o meu sentir e tambem o meu apelo para a sua autoridade, com o fim de moderar tendencias belicosas e apaixonadas que tinha e tenho por muito prejudiciaes á independencia e aos interesses do paiz.

Previendo, como era facil, a depressão economica e financeira que teria de dar-se pela paralisia de grandes centros produtores, aconselhava o amigo e requeria ao governador que cuidasse de ativar, na relativa paz da neutralidade, a vida laboriosa e produtora do paiz, explorando fartas e incultas ou abandonadas fontes da sua riqueza. Era a maneira e oportuna ocasião de obter uma relativa independencia do commercio exotico, valorisando a moeda pela baixa da importação e possivel e provavel aumento da exportação. Abasteciam-se os mercados internos, barateavam-se as subsistencias, melhorava-se a existencia das classes medias, e dava-se trabalho e combatia-se a miséria do nosso proletariado. Citava-lhe concretamente diversos ramos de exploração, como — a lavra do carvão e de muitos mineraes, entre elles alguns de que somos privilegiados possuidores; a cultura dos cereaes, reduzida, como já é notorio, á irrigação de certas regiões, principalmente do Alemtejo, e á dissecação dos incultos alagados. Podia acrescentar — mas não o fiz, para não complicar o problema com prolixidades — o meto-dico aproveitamento das quedas de agua, a formação de prados e pastoreios para criação de gados, o estabelecimento de granjas agricolas regionaes, n'um sentido bem pratico e bem sugestivo para as iniciativas dos nossos lavradores, de forma a serem utilizadas, com método e proveito, as condições preferentes e excepcionaes do nosso clima agricola.



Referia-me tambem á nossa situação politica, interna e internacional; d'uma parte, concitando-o á união da familia portugueza por iniciativas generosas, justas e de beneficio visivel para todos, d'outra, mostrando-lhe os perigos futuros da nossa beligerancia, em contraste com a neutralidade de Espanha. No meu ponto de vista da vitoria da Allemanha, que sempre tive por certa, esses perigos se me afiguravam agravados; e, na admissivel hypotese da sujeição da Allemanha pela Inglaterra, não via, ainda, senão desastres para a nossa beligerancia. N'esse momento final e nos ajustes da paz, nós estaríamos exhaustos, empobrecidos, aniquilados, e a Inglaterra, como nós, impotente para nos salvar das cubiças e ambições dos neutraes, que se achariam em estado de impôr as suas condições.

Não, de certo, pela influencia das minhas considerações, mas pela clarividencia de espirito do então chefe do governo portuguez, o certo é que, no meio de tão viva e tão desorientada agitação que exigia a guerra, o Doutor Bernardino Machado, sem manifestar uma attitude repulsiva a essa onda, impatriotica mas dominadora, foi-se mantendo em situação indecisa, sem ostensivamente declarar a beligerancia. Até que, quando viu que lhe não era possivel sustentar-se neste equilibrio instavel e lhe punham facas ao peito para definir a sua attitude, abandonou, bruscamente, o poder, não certamente em beneficio do paiz, mas na melhor situação que podia conseguir para si.

O Doutor Bernardino Machado foi habil. Simulando e até, por alguns actos concretos, insinuando, mesmo, uma disposição belicosa a favor dos aliados, foi mobilizando forças, que nunca mandou senão para as colo-

nias, sob o justificado motivo da sua defeza. Conseguiu sacar do parlamento uma authorisação unanime e illimitada para dar á mobilisação a amplitude que quizesse, e, assim, ia andando e certamente procurava vencer a situação. Quando viu que a facção mais guerreira da camara lhe percebeu o jogo e o obrigava a mostral-o, atirou-lhe com o poder, collocando a situação politica n'um *gâchis*, em que, habilmente, envolveu a todos, sem exceptuar a presidencia da Republica, a quem a sua conhecida ambição não tinha, decerto, desejo de poupar.

A retirada do Doutor Bernardino Machado, a subida ao poder do partido mais propenso á beligerancia, factos lamentaveis que se seguiram, certamente derivados dessa impatriotica orientação, motivaram este trabalho: — protesto individual contra a intervenção do paiz no actual conflito, contra e a favor fosse de quem fosse, convencido como estou de que, na neutralidade, defenderiamos os interesses nacionaes e satisfariamos o sentimento mais ponderado, mais valioso e mais justo do publico portuguez.

Se Portugal declarasse a sua beligerancia a favor da Allemanha e da Austria contra os aliados, o nosso protesto seria o mesmo, no ponto de vista das conveniencias nacionaes. Sendo a beligerancia a favor dos aliados, accresce, no protesto, a indignação d'aquelles que estudam, funda e desapaixonadamente, as cauzas da presente guerra, as occasionaes e as originarias, e julgam com justiça, e a de todo o portuguez que conhece ou se dá ao trabalho de ver as relações historicas que ligam o nosso povo aos que se acham em lucta. E' esse rapido e perfunctorio estudo que constitue a essencia, o objeto d'este trabalho.

Pomos de parte Austria, Turquia, Russia, Servia e

Montenegro, a cuja politica temos sido indifferentes; ocupar-nos-emos de França, Belgica, Inglaterra e Alemanha, com quem se encontra a nossa vida nacional, em muitos e criticos momentos da nossa historia.

Feito esse estudo, cada um que consulte, honradamente, a sua consciencia, e siga, honradamente, o conselho d'ella.

Portugal e França

A França e Portugal, sempre foram, desde os primeiros
 tempos da historia, os dois grandes povos da Península
 Ibérica. A França, em virtude da sua posição geographica,
 sempre se manteve em contacto com o mundo exterior,
 e a sua influencia se fez sentir em todas as partes
 do mundo. Portugal, por outro lado, sempre se manteve
 isolado, e a sua influencia se fez sentir apenas no
 Brasil e nas Indias Orientaes. A França, em virtude
 da sua posição geographica, sempre se manteve em
 contacto com o mundo exterior, e a sua influencia se
 fez sentir em todas as partes do mundo. Portugal, por
 outro lado, sempre se manteve isolado, e a sua influencia
 se fez sentir apenas no Brasil e nas Indias Orientaes.

A França e Portugal, sempre foram, desde os primeiros
 tempos da historia, os dois grandes povos da Península
 Ibérica. A França, em virtude da sua posição geographica,
 sempre se manteve em contacto com o mundo exterior,
 e a sua influencia se fez sentir em todas as partes
 do mundo. Portugal, por outro lado, sempre se manteve
 isolado, e a sua influencia se fez sentir apenas no
 Brasil e nas Indias Orientaes.

CAPITULO I

Portugal e França

A França olhou-nos sempre com desdem; procurou sempre inferiorisar-nos. Para cá dos Pireneus, começa a Africa e vivem os selvagens. Por eufemismo, somos todos meridionaes, e nos seus mappas e compendios de geografia somos todos espanhoes. Os mais eruditos, ao topar com a epopeia da nossa luta com os mouros, acodem logo a perfilhá-la, fazendo-nos seus parentes e afins, pelo borguinhão, a quem foi dado, em dote da mulher, o condado de que se fez o reino, sendo o conde da linhagem dos Capetos. Como se nas terras do condado não houvesse famílias de estirpe vetusta e fidalga, tão vetustas e tão fidalgas como as mais notaveis da França; como se o sangue godo se não tivesse espalhado por toda a península apoz a invasão e conquista do império romano, e valesse menos do que o sangue bárbaro que ficou pela Galia.

Pretendeu discutir-nos o descobrimento da América do Sul, do Brazil, e até de toda a América, inculcando

uma viagem do marinheiro normando Jean Cousin, a tocar a costa do Novo Mundo antes de Cabral, mas até antes de Colombo! Uma lenda, que tivemos ensejo e necessidade de esfarelar no capítulo—*Os precursores de Cabral*—do nosso livro—*O Brazil*. Quando das conquistas portuguezas começavam a vir para a metrópole os lucros da exploração, a França anda pelos mares, em corso, roubando, saqueando e apresando as nossas naus. Em varios logares da nossa costa americana estabelece feitorias e commercio de pirataria com o gentio.

Já no tempo de D. João II, foi preciso a este rei tratar como mereciam os navios francezes, que pirateavam as naus que voltavam da Guiné, nas proprias entradas dos nossos portos.

No reinado de D. João III, a pirataria franceza converte-se em instituição nacional, sendo a renda das cartas de corso uma das melhores para Francisco I custear o seu duélo com Carlos V.

A nossa diplomacia julgava fazer bom negocio, pagando á corôa de França a caducidade das cartas de marca que ia concedendo! A celebre negociata da indemnisação ao pirata Ango, em 1531, caraterisa bem a baixeza da diplomacia de D. João III, mas não define com menos luz a roubalheira da corôa franceza.

Esta roubalheira tornou-se official e procurou o dominio das terras. Willegagnon foi estabelecer o dominio francez no Rio de Janeiro, em missão official, ordenada e organizada por Henrique II. Não foi sem difficuldades e lutas que os francezes foram dahi expulsos no tempo de D. Sebastião. Mais tarde e no decurso da dominação espanhola, estabeleceram-se no Maranhão e n'outros pontos do norte, donde conseguimos desalojal-os, atirando-os para lá da foz do Amazonas, por onde e fóra de territorio nosso ficaram até hoje.

Veiu a Restauração, e, procurando D. João IV alianças internacionaes que o auxiliassem na garantia do trono, dirigiu-se, naturalmente, a França, que com Espanha andava em guerra pelo mesmo tempo. Celebrou-se, assinou-se de facto, negociando-o com Richelieu, um tratado franco-luso de aliança offensiva e defensiva.

Auxilio nenhum nos veiu de França, nos vinte e oito duros e heroicos annos da guerra da Restauração. Veiu-nos, pelo contrario, uma das mais perfidas traições de que ha noticia na historia. Na vigencia e sem denuncia desse tratado, a França, dirigida pelo cardinal Mazarino, celebra e assina com Espanha o chamado tratado dos Pirineus, onde, em artigo secreto, a França toma o compromisso de ajudar a Espanha na reconquista de Portugal! Não faltaram murmurios e até indiscretas insinuações de que este artigo velho fôra desempoadado e feito novo, ha pouco, quando do accordo de Cartagena.

Aquelle caso tornou-se publico, e mereceu de Voltaire, certamente insuspeito, um protesto indignado, dizendo, no *Seculo de Luiz XIV*, que elle marca com nodoa indelevel a bandeira da França.

*

Que se nos permita uma nota historica, que tem alguma coisa de consolador, pela justiça suprema que revela.

Na guerra peninsular, quando o exercito dos aliados de então levou na ponta de baionetas as hostes de Massena, para dentro do territorio francez, foram essas hostes obrigadas a vadear o rio Bidassoa, e passar sobre a Ilha dos Faisões, onde ainda hoje se veem vestigios e ruinas da casa, expressamente construida para

a celebração e assinatura do tratado dos Pirineus! As baionetas dos nossos soldados vingavam a perfidia da França, levando-a, de roldão e de vencida, por cima do mesmo tablado onde, mais de um seculo antes, havia sido praticada. Supremos designios da justiça suprema!

*

Ainda vive na alma do nosso povo, na tradição dos velhos, que ouviram relatos persuasivos á geração que os presenciou e sofreu, a noticia dos horrores da invasão franceza, no principio do seculo passado. O povo fugia em massa, diante dessa onda avassaladora, que tudo talava, saqueava, destruia.

Não é á sua historia, não é á sua invasão na península, que a França de hoje vai buscar a força moral para verberar, como tem feito, a conduta da Allemanha na occupação da Belgica e da parte da França onde vai passando o inverno.

Aquelles para quem seja insufficiente motivo de animadversão a conduta do soldado, que estude a historia politica e diplomatica d'essa epoca memoravel, para apreciar a justiça, a lealdade, com que Portugal foi tratado por todos, mas, em particular, pela França.

Em paz comnosco, na vigencia de tratados de aliança, o general Duroi, grande marechal do palacio do imperador dos francezes, foi mandado negociar com Espanha esse tratado de Fontainebleau, assinado em 29 de Outubro de 1807, entre Carlos IV e Napoleão I, onde foi decretado que Portugal deixaria de existir como nação independente. A provincia do Minho, com a cidade do Porto por cabeça, formaria o reino da Lusitania septentrional, e seria dado ao rei da Etruria. As provincias do Alemtejo e Algarve formariam um

principado, entregue ao príncipe da Paz, o celebre ministro de Carlos IV, com o título de príncipe dos Algarves. As restantes provincias, Traz-os-Montes, Beiras e Extremadura, ficavam em deposito, até a paz geral, como garantia para a restituição a Espanha de Gibraltar e da Ilha da Trindade.

Em consequencia destas boas relações e entendimentos, Portugal foi invadido pela França, passando por Espanha, e juntando-se a Junot, commandante em chefe das forças francezas, o general espanhol Juan Carrafa, em Alcantara, ficando ás suas ordens, segundo o accordo secreto de Fontainebleau.

*

Em 1831, uma esquadra franceza entrou no Tejo, para apoiar e aumentar umas reclamações que o governo portuguez, por intermedio do Visconde de Santarem, ministro dos negocios estrangeiros, provára com documentos não serem justas. Do navio almirante saltou o seguinte *ultimatum*:

«A bordo do navio *Suffren*, surto no Tejo, em 8 de Julho de 1831. — Senhor Visconde: as reiteradas reclamações do senhor consul de França e a nota enviada a V. Ex.^a em 16 de Maio pelo senhor capitão de mar e guerra De Ravandy, deviam explicar-vos sufficientemente os motivos que me trazem em frente a Lisboa. Venho a manter, sem modificações, as reparações contidas n'essa nota.

Não tendo sido atendidas, foi o governo francez obrigado a apoiar-as com um armamento dispendioso, dando-me ordem para acrescentar ás primeiras as seguintes reclamações:

1.^a — A demissão do intendente geral de policia do reino; 2.^a — a annullação de todas as sentenças pronun-

ciadas contra francezes por motivos politicos; 3.^a — oitocentos mil francos de indemnisação pelas despesas feitas pelo governo francez com a expedição que precisou de fazer, em consequencia da recusa do governo portuguez a aceder ás nossas primeiras reclamações; 4.^a — inserir na Gazeta official de Lisboa as reclamações de França e a sua aceitação pelo governo portuguez e afixar copias nas ruas por onde foi ignominiosamente condusido o senhor Bonhomme.

Taes são, senhor visconde, as reparações que estou encarregado de exigir ao governo portuguez. Se V. Ex.^a me fizer immediatamente saber que está disposto a tratar sobre estas bazes, pode o presente debate terminar logo. No caso contrario, fica declarada, de facto, a guerra entre França e Portugal, sem atenção pelas consequencias immediatas, faceis de prever.

Rogo a V. Ex.^a que não demore a sua resposta por mais de 24 horas, e que receba o testemunho da minha alta consideração. — O contra-almirante, commandante em chefe da esquadra franceza no Tejo, barão Roussin».

E o que fazia, em nosso favor, a nossa fiel e antiga aliada, a Inglaterra, que tanto blazona de respeitadora dos tratados e defensora das pequenas nações? N'outro logar o diremos.

*

Passamos por alto sobre tantos e analogos factos comprobatorios da conduta de França para com Portugal, rematando este capitulo com a rapida noticia de dois, mais salientes, e já passados no tempo da atual geração, a quem temos por oportuno relembra-los.

Em 1857, as autoridades portuguezas de Moçambique apresaram uma barca franceza — *Charles et Geor-*

ges, que n'aquella provincia fizera carregamento de escravos.

O facto foi suficientemente esclarecido e comprovado nos tribunaes; os escravos foram desembarcados e restituídos á liberdade, a barca foi conduzida a Lisboa, e o seu commandante, o capitão Rouxel, condemnado a dois annos de trabalhos publicos. O governo francez não se deu ao incommodo de reflectir que se tratava d'uma questão humanitaria, da repressão do miseravel trafico da carne humana, que criminosamente se fazia a coberto da sua bandeira. Não quiz, sequer, vêr o processo e as provas da sentença. Foi como no caso Bonhomme e Roussin; foi-nos fulminado um *ultimatum*, a praso breve, e sem apelação nem agravo. A Inglaterra, para quem o governo portuguez ainda teve a ingenuidade de recorrer, esquivou-se a entrar no pleito, aconselhando-nos prudencia e conciliação; que procurassemos um meio airoso de sair do embaraço.

O governo, presidido pelo marquez de Loulé, completamente abandonado, perante um governo poderoso com quem não podia derimir o seu direito pela força, respondeu que: — «pesando a grave responsabilidade que assumia perante o paiz, deliberava annuir ás exigencias do gabinete imperial, pondo em liberdade o capitão Rouxel, e fazendo entrega do navio á pessoa que, para esse fim, fosse destinada; e que, quanto á mediação para o arbitramento da somma reclamada, a titulo de indemnisação, o governo portuguez desistia d'ella, estando pronto para satisfazer o que o governo francez entendesse ser-lhe devido».

Fez o que, dignamente, podia. Mostrava que cedia á força, mas não reconhecia o direito, largando para o governo de Napoleão III toda a responsabilidade do acto arbitrario que commetia.

A humilhação foi completa. Vieram as náus francezas buscar a Lisboa a barca pirata, na qual foi arvorada, á nossa vista, a bandeira da França. Os annaes estão cheios da indignação do povo, que teve, nesse momento de dôr nacional, um impulso romantico de sensação universal. A voz inflammada de José Estevão e de Rebello da Silva abalou a alma nacional. João de Lemos, o mimoso poeta miguelista, traçou, em sublimes estrofes, a inspirada profecia :

Viessem as naus da França
Que era então que vinham bem...

Referia-se aos tempos passados, de poder e de heroismo. E continuava :

Mas hoje, depois de roto,
Quem já deu palmas e voto
A's mesmas naus que fará ?

Referia-se ao momento, como reconhecendo e apoiando o acto do governo. E concluia, agora na voz profetica :

E' só tragar-lhe a violencia ;
Vêr Talião na Providencia,
E tropejar-lhe de cá.

O poeta foi profetico, na verdade ! Doze annos depois, o mesmo direito da força, que nos esmagou a nós, sacava do territorio imperial duas provincias, e dos cofres da França uma indemnisação de alguns milhares de milhões de francos. E, — comprovação accrescida da visão profetica que via Talião na Providencia ! — a chispa que acendeu a guerra franco-prussiana de 1870 saíu do sul dos Pirineus, onde a estrela dos Napoleões foi duas vezes apagada !

Napoleão, o grande, deu o primeiro passo, na estrada que o levou a Waterloo, no dia em que as suas hostes passaram os Pirineus e invadiram a península. Napoleão III disse um dia: — «poderei reincidir em muitas faltas de meu tio, mas não na de me immiscuir nas cousas da península». Não obstante, foi essa falta que o levou a Sedan! E' o Talião na Providencia, que João de Lemos havia visto.

*

E' mais recente e está na memoria dos vivos a longa, vil e perfida negociata dos titulos do emprestimo de D. Miguel, capitaneada por cavalheiros francezes, que, por varias vezes, têm pretendido assaltar o tesouro portuguez, sacando d'elle quantias indevidas e representadas em titulos que não têm maior valor do que o papel pardo dos embrulhos.

Não é este logar proprio para o exame demorado desta miserrima questão. Uma ideia, bastante para o nosso fim.

D. Miguel, para despesas da guerra com seu irmão, contraiu um emprestimo com banqueiros francezes, em condições leoninas, proporcionaes ao risco previsto dos prestamistas, se a cauza do devedor não triunfasse. Edificante! — que fosse a França, o paiz da revolução pela luta contra o absolutismo, quem viesse armar o despotismo em Portugal! Dir-nos-ão que o dinheiro não tem politica nem patria. . .

O governo liberal, vencedor, não reconheceu essa divida, que não era sua nem da nação, e os possuidores dos titulos assim o compreenderam, não fazendo reclamações. Passaram esses titulos a valer o papel em que eram feitos.

Por artes inconfessaveis, uma sociedade inconfessavel procurou dar vida e valor a esses titulos, precisamente no periodo mais critico da nossa situação financeira, em que nos viamos assediados por exigencias de nossos credores externos. Uma reclamação foi apresentada ao governo portuguez. Os reclamantes puderam contar com certos elementos politicos, que levaram a questão até o parlamento francez, onde o ministro dos estrangeiros, de então e atual, Delcassé, teve para com Portugal cruas palavras de ameaça e de desdem. O escandalo passou para as ruas de Paris, onde foram afixados cartases insultuosos contra Portugal e grupos de contratados desordeiros arrastaram a nossa bandeira pela lama dos *boulevards*.

*

Pensamos que esse ligeiro panno de amostra do que tem sido a França para nós, é sufficiente para orientar o patriotismo portuguez na sua linha de conduta no atual momento.

Certamente que a sorte do povo francez, o seu enorme sofrimento já suportado e a que a mesma victoria, por mais ruidosa, não daria bastantes compensações, nos encham de dôr, tanto maior, quanto não é o povo, mas os dirigentes dos seus destinos, os que merecem a indignação dos povos que têm por elles sido enxovalhados. Infelizmente, essa distinção não passa de abstração metafisica e sentimental, de fraca valia no terreno da realidade em que se está travando a luta. E ahi, Portugal não pode, porque não deve, ser por França contra Allemanha. Impõe-se-lhe a mais correta e imparcial neutralidade, por outras e fortes razões aconselhada.

CAPITULO II

Portugal e Belgica

Uma das paginas mais brilhantes da nossa historia colonial é a que descreve a exploração, conquista e civilização das terras, reinos e senhorios da vasta região do Congo. E' uma das joias da fulgurante corôa de D. João II, o grande rei da Renascença.

O costeiro da Africa ocidental adormecera em todo o reinado anterior, ficando, sensivelmente, no famoso impulso que lhe dera o Infante até a Guiné. D. Afonso V, mais guerreiro do que descobridor, virára-se para os mouros pela costa africana do Mediterraneo, com impetos de vingar grandes desastres ahi sofridos, e, no tocante ao gentio da outra costa, tão pouca importancia lhe deu, que alugou a um particular a exploração commercial da zona que já encontrou integrada na suzerania da corôa.

D. João II reata a cadeia da navegação e conquista, com uma intuição politica e uma energia e decisão nunca até ahi conhecidas. Procurava-se o reino christão

do Preste, que as tradições inculcavam lá para dentro e para além, no caminho da terra das especiarias e das inexgotáveis riquezas, — a Índia, que os mouros exploravam, abastecendo a Europa nas grandes feiras do Egypto. Encontrado o reino do Preste e feita com elle aliança de fundo religioso, ter-se-ia um ponto de apoio na estrada commercial. Sondava-se o continente africano, em busca d'uma passagem pelo sul para os mares e terras orientaes; facto que era annunciado em velhos roteiros de viagens, e, notadamente, na obra de Ptolomeu, que D. João II tinha por evangelho. Por ultimo, ia-se devassando a costa ocidental, marcando a sua posse e dominio para a corôa, ia-se catequisando, civilisando o gentio, estabelecendo relações pacificas, estações de refresco, feitorias commerciaes, e, ainda, estendendo o dominio pelo interior, com entradas prudentes de missão civilisadora.

São tres as principaes e grandes expedições, para tal fim ordenadas e levadas a cabo pelo grande rei: a de Diogo de Azambuja á Mina, a de Diogo Cam ao Congo, a de Bartolomeu Dias ao Cabo.

Das duas primeiras carecemos de dar aqui succinta noticia para esclarecimento das relações que vieram a pôr em frente a Belgica e Portugal.

*

Seguiu Diogo de Azambuja de Lisboa, em 12 de Dezembro de 1481, com 10 caravelas e 2 urcas, 600 homens, sendo 500 de armas e 100 artifices, destinados á edificação d'uma fortaleza, que ficasse servindo de estação e apoio ás futuras expedições. Levava materiaes para a construção — pedra lavrada, telha, madeiras e mais artigos requeridos, com abastança de mantimentos. Chegou á Mina em 19 de Janeiro de 1482.

Veiu Diogo de Azambuja á fála com Caramança, senhor da região, em festa solemne, com pomposo cerimoniaal, em que se assentaram pazes e alianças, a entrada do chefe e seu povo no seio da civilisação pelo baptismo, e se obteve a licença para a immediata edificação da *casa forte*. Dentro de pouco, estava levantada a fortaleza de S. Jorge da Mina. Logo no anno seguinte, a povoação, ahi iniciada, era pelo rei levantada á categoria de cidade, com todas as honras e privilegios constantes em carta patente.

*

Logo em 1484 saiu de Lisboa Diogo Cam. Passou e descansou em Mina, e seguiu, costeando terras até ahi desconhecidas, até o grande rio em cuja foz assentou um dos padrões, que levava do reino para marcos de posse. Certamente pelo que ahi assentou, deu ao rio o nome de Padrão, o mesmo que se ficou chamando Congo. A importancia do lugar, a extensa bacia do rio, a grandeza d'este, a densidade da população e as instruções que levava, determinaram a resolução de Diogo Cam de internar, rio acima, em exploração. Foi encontrando vastas, aprasiveis e fertes regiões, fartamente povoadas de naturaes, que logo percebeu serem diversos dos da Guiné, pela diversidade da lingua, que os interpretes que tomara na Mina não entendiam. Por signaes, veiu no conhecimento de que lá longe, para dentro, havia um poderoso reino de que todos alli eram tributarios. Mandou alguns dos seus, com guias alli tomados, em procura d'esse reino e de seu rei, solicitando a sua amisade e aliança. Como a embaixada não voltasse no tempo que lhe fôra marcado, resolve Diogo Cam voltar ao reino e ao rei, a dar-lhe noticia e conta da descoberta que fizera.

Tomou alli alguns indigenas, que facilmente convenceu á aprasivel viagem, afirmando aos que ficavam que voltaria com os que levava, cobertos de galardão, ao cabo de quinze luas, deixando-lhes em garantia os embaixadores que mandára de visita ao reino e ao rei.

Reenviou-o, de facto, D. João II, dentro do praso, com saudações e presentes para o inculcado rei do Congo, que ordenava ao capitão procurasse. Outra vez na região, é recebido com grande jubilo pelos naturaes. que de seus regressados patricios sabem, com espanto, a magnificencia do reino onde estiveram, as festas e distinções com que foram acolhidos. A alma do gentio abria-se, com prazer e esperança, aos haustos d'esta civilisação de paz e de amor, alli levada por conquistadores, cujo maior interesse e mais eficaz estimulo era alargar a fé e estreitar n'ella toda a familia humana.

Assim fala, com altivez, Portugal, abrindo ao mundo moderno o livro da historia da sua navegação e conquista, para ter o direito de perguntar a quantos vieram depois, até e principalmente a esta mesma região, se eram melhores, mais humanitarios, mais sinceros e mais desinteressados, os fins que os conduziram até o extremo de nos arrancar o pacifico, tradicional e ininterrompido dominio d'essas e d'outras regiões.

★

Manda Diogo Cam nova embaixada ao rei, pedindo-lhe uma entrevista, a fim de lhe apresentar a mensagem real, de que é portador. Voltaram os mensageiros com aprasiveis noticias e a acquiescencia do rei á aliança com Portugal. Pedia a D. João II, por intermedio do seu capitão, que lhe mandasse baptisar, re-

ceber e instruir na nova fé, alguns de seus principaes que agora lhe mandava, e cedo lhe enviasse ao seu reino sacerdotes que o baptisassem a elle, sua familia e vassallos, e abrissem n'aquellas paragens a catequese christã. Caçuta se chamava um dos principaes enviados, o qual, trazido por Cam ao reino e á presença de D. João II, que se achava em Beja, foi, logo ahi e na côrte, com grande cerimonia, baptisado, com o nome de Dom João da Silva, de seus padrinhos, que foram o proprio rei e o seu camareiro-mór Ayres da Silva, sendo madrinha a rainha D. Leonor. Caçuta recebeu o foro de fidalgo e todos os privilegios apensos ao titulo de *dom* que lhe foi concedido.

Em 1490 saiu para o Congo essa luzida e importante embaixada, premunida de tudo que era requerido pelo fim religioso e politico, que lhe estava commissionado pelo sabio rei. Levava os recentes convertidos, tendo á sua frente Dom João da Silva, ex-Caçuta, muitos presentes, todos e abundantes utensilios do culto christão, e ia bem provida de sacerdotes e missionarios para a catequese do gentio, doutrinação e ensino.

No Sono, senhorio tributario do rei do Congo, pertença d'um tio d'este rei, foi a embaixada recebida entre grandes festas e alegrias, fazendo-se, logo alli, grande resgate de almas para a fé, pelo baptismo, symbolismo e praticas christãs. Mais de 25 mil gentios assistiram á solemnidade, sendo o primeiro a receber o baptismo Mani-Sono, o tio e feudatario do rei do Congo, o qual recebeu o nome de Manuel, seguindo-se-lhe seu filho e herdeiro, com o nome de Antonio, e ambos com o tratamento de *dom*, devido á sua gerarquia e dignidade. Ao ter conhecimento do grande successo, sentiu o sobrinho e rei tamanha alegria, que,

com as graças e cumprimentos ao chefe da missão, mandou ao tio Dom Manuel a doação de trinta leguas de terras para aumento do seu senhorio do Sono.

Seguiu a expedição para a cabeça do reino do Congo, cerca de 50 leguas para o interior, acompanhada por uma guarda de 200 vassallos de Mani-Sono, e por muito gentio que se lhe ia incorporando. A meia-viagem, veio ao seu encontro uma outra guarda, enviada pelo rei, com a sua vassalagem e as honrarias do protocolo d'aquelle reino, repetindo-se essa manifestação amiudadas vezes, em curtos espaços, até a entrada na côrte. Quando ahi chegou esta procissão, a chusma atroava os ares com seus toques, cantigas e folgazãs algazarras.

Foi solemne a recepção feita pelo rei, e foram copiosos os frutos da aliança que ahi se firmou. Houve baptismo geral, desde esse dia e sempre ao diante. O rei recebeu o nome de João, a rainha o de Leonor e o filho mais velho o de Affonso, — os mesmos da familia real portugueza.

Em pouco tempo estava levantado o primeiro templo, que o gentio fervorosamente ajudava a construir, recebendo essa egreja a invocação de Santa Cruz.

D. Affonso, sucedendo ao pae, foi fervoroso crente, leal aliado de Portugal, e um devotado protetor da educação e instrução do seu povo. Aprendeu a lingua portugueza; mandou ao reino muitos de seus vassallos, para que se instruissem e voltassem a ser mestres de seus patricios. Montaram-se escolas, um seminario; a egreja de Santa Cruz do Congo foi, por solicitação da corôa portugueza a Roma, erigida em cathedral, e dois bispos negros se sentaram na sua cathedra, sobre muitos e instruidos padres educados e preparados nas escolas locaes.

*

Muito, muitissimo mais se encontra na historia e poderiamos chamar para aqui, em atestado do que fez Portugal n'esta vasta, aprasivel e rica região, em bem d'ella e em beneficio da humanidade e da sua civilisação. O que ahi fica era indispensavel, e parece-nos sufficiente para provar o legitimo direito de Portugal á posse, dominio e regalia da região do Congo, onde ninguem fôra antes d'elle, ninguem, até os tempos modernos, fizera nada, qualquer serviço ou beneficio prestára; e, talvez podessemos rematar afirmando que ninguem, até hoje, tem feito melhor que nós. Pois vai o leitor ver como esse direito nos foi respeitado!

*

Os sintomas d'uma conspiração, urdida contra o nosso dominio em Africa, começam a patentear-se por 1861. Na imprensa ingleza e franceza abre-se uma campanha de descredito e acusações a Portugal, porque este paiz não cuidava da civilisação do gentio e porque exercia nas suas colonias o trafico da escravatura. Que sarcasmo! Alguns annos antes, a barca Charles et Georges, arvorando a bandeira franceza, carregava escravos em Moçambique, e a Inglaterra aconselhava o governo portuguez a que se composesse com o de França, quando este punha a espada no peito de Portugal por ter ousado proceder legalmente contra os negreiros francezes!

Choveram as missões inglezas ás terras africanas. Era a execução do conhecido processo inglez. Mandava adiante o missionario, exteriorisando um fim humanitario e escondendo o fim politico. A bandeira ingleza

comparece depois, protegendo os direitos de seus subditos, de harmonia com os humanitarios principios da civilisação!...

Cameron foi um d'esses missionarios inglezes, levando, como pretexto para invadir a terra alheia, a commissão de procurar Levingstone. Isto em 1873, quando o plano da expropriação já estava amadurecido entre Inglaterra, França e Belgica. Esta entrava como mandatária e submissa tributaria da Inglaterra, a quem devia a sua independencia pela dissolução dos Paizes-Baixos.

Cameron atravessou a Africa central, saindo de Zanzibar e chegando a Loanda em 1876. A imprensa dos tres paizes mancommunados cantou-lhe hosanas, proclamando esta travessia como uma gloria ingleza, por ser a primeira que se fazia. Compreende-se o fim da afirmação, mas admira-se a audacia da mentira!

Desde que Portugal costeou a Africa e estabeleceu o seu dominio nas duas margens do ocidente e do oriente, procurou, á custa de grandes sacrificios, a penetração do continente nos dois sentidos, com o fim de devassar e estabelecer relações com os povos do interior, de cujos esforços teria que resultar a travessia. Basta-nos aqui citar os seguintes factos.

Gregorio de Quadra foi mandado explorar o interior até a outra costa, se podesse, partindo do Congo, em 1520. Esta missão foi ordenada por el-rei D. Manuel.

Em 1606, o governador de Angola, D. Manuel Pereira Forjaz, mandou Baltazar Rebelo de Aragão, com ordem de seguir até onde podesse, e tomar todos os informes das regiões que percorresse. Foi até Cambambe, onde foi obrigado a fazer alto, em consequencia da rebelião d'um sóva.

Ayres Saldanha, outro governador, mandou, em

1676, uma expedição, confiada a José da Roza, ordenando-lhe que procurasse seguir até a costa oriental. Saiu de Benguela, e não pôde completar a travessia, pelas dificuldades e resistências que encontrou no interior.

Em 1792, o dr. Lacerda, nome benemerito entre os civilisadores africanos, tentou a travessia exploradora de oriente para occidente. Chegou a Cazembe onde morreu. No anno seguinte, D. Fernando de Noronha, capitão-general de Angola, mandou o tenente-coronel Francisco Honorato da Costa, de occidente para oriente. Chegou a Cazembe, onde teve noticia da morte do dr. Lacerda, e onde tomou conhecimento do seu roteiro e informações. A travessia estava feita, por estas duas viagens, e por todo o interior africano ficavam lançados os marcos da posse, dominio e acção civilisadora de Portugal.

As grandes difficuldades estavam vencidas; o genio estava afeiçoado ao trato com o branco; a bandeira portugueza era conhecida e respeitada, de costa a costa. Roteiros e fartas descripções marcavam rotas, povos, costumes e difficuldades da viagem. Sobre estes dados pôde enfim organizar-se a expedição official e regular, mandada por Antonio de Saldanha da Gama, depois conde de Porto Santo. Partiu de Loanda, atravessou até Moçambique, d'onde regressou a Loanda. Gastou, na ida e volta, dois annos, de 1807 a 1809.

Ora aqui está o direito, a verdade, a justiça com que a imprensa dos tres paizes aliados enfeita Cameron, em 1876, com a gloria de ter sido o primeiro europeu que fizera a travessia de Africa, 67 annos depois de ter sido realisada por Portugal, depois de perto de tres seculos de esforços e de sacrificios para a fazer!

Note-se que Cameron gastou dois annos para fazer

a travessia simples, o mesmo tempo em que a missão portugueza, mandada por Saldanha da Gama, fez a viagem de ida e volta!

Note-se mais que Cameron passou em estações já devassadas e estabelecidas e frequentadas por portuguezes, entre tribus já acostumadas ao convívio com o europeu, e suavizadas nos seus costumes pelo bom trato e amistosas relações que vinham tendo com portuguezes. E' geralmente sabido e reconhecido que foi esse generoso agasalho, tradicional distintivo da colonisação portugueza, que nos conquistou a alma do preto, que sempre e ainda hoje nos prefere e respeita.

*

Pela mesma epoca saiu de Inglaterra outro missionario, com a missão aparente de fundar uma colonia nas margens do lago Nyassa. O tenente Young fundou, de facto, a *Levingstonia*. Mas a missão secreta dos dois missionarios produziu logo os seus desejados efeitos. Cameron fez conferencias em Londres, Paris e Bruxelas; Young na Camara do Commercio do Cabo. Em toda a parte e em relatorios dirigidos ao governo inglez, os dois missionarios afirmaram que tinham visto fazer a escravatura com conivencia das autoridades portuguezas; feita por egypcios, arabes e por portuguezes! Explodira a grande bomba, o morteiro 42, contra a nossa soberania em Africa!

A humanitaria Inglaterra, a nossa generosa e fiel aliada, a mesma que nos abandonára, annos antes, á injuria da França, quando ousámos proceder legalmente contra negreiros francezes, é a mesma que proclama agora que nós somos indignos de dirigir a civilisação africana, porque somos negreiros! E tem de

correr como incontroverso que somos negreiros, porque dois inglezes, mandados e assalariados de Inglaterra, d'sseram que o somos!

As acusações e a fôrma rude, grosseira, como eram feitas pela imprensa e diplomacia inglezas, secundadas pelos dois aliados, produziram um certo ruido em Portugal, e, com especialidade, na camara dos deputados, ao discutir-se uma interpelação ao ministro da marinha, Andrade Corvo. O *Times* tomou a vanguarda dos acusadores de Portugal, em ares de ameaça e supremo desdem. Entre outras belas frases, teve esta, que merece registro aqui: — «A questão de que se trata não é se Portugal prestou serviço á cauza do progresso africano, nem se os estadistas foram estudiosamente polidos na sua linguagem para uma nação aliada e amiga, mas se os factos são ou não são como recentes viajantes afirmaram que eram. Se o commercio da escravatura da Africa central é feito mais largamente por negociantes portuguezes e debaixo da protecção da bandeira portugueza, esta acusação pode ser refutada, não pela linguagem d'uma indignação ficticia ou real, não por patrioticas reminiscencias, nem por uma referencia a cumprimentos diplomaticos, mas só por deixar de permitir que haja materia para que a acusação continue. Sabemos quanto Portugal tem feito no papel para acabar com a escravatura, e sabemos do pouquissimo effeito que algumas das suas energicas declamações produsiram».

Vê o leitor como se atirava para o barril do lixo, como coisa de nulo valor, o nosso trabalho de navegação, descobrimento e conquista das terras e mares africanos! Como a cortezania ingleza apouca a delicadeza do trato entre nações aliadas e amigas! Como a jurisprudencia ingleza, que tanto tem blazonado de mo-

delar, inverte os termos do processo criminal, obrigando a prova o acusado e dispensando d'ella o acusador! Cameron e Young não declinavam factos concretos, não citavam pessoas incursas no crime do commercio de escravos, casos esses que obrigaríam as autoridades portuguezas a proceder contra os criminosos! A Inglaterra dá ouvidos a relatos vagos de dois mandatarios seus e acusa-nos; nós respondemos com a negação, bazeando-nos nos relatorios das autoridades a quem se ordenou a investigação, e não se nos aceita a defeza!

Nós somos indignos de dirigir a civilização africana; mas é-o a França que, annos antes, nos obrigava a pôr em liberdade um seu capitão, convencido de negreiro, e vinha a Lisboa, de morrões acesos e bandeiras desfraldadas, repôr a bandeira franceza sobre uma barca que tinhamos descarregado de pretos caçados por francezes em territorio portuguez! Mas é-o a Inglaterra, assim indignada contra nós, e que achou tão regular aquelle procedimento de França, que nos aconselhou a submetermo-nos á ignomia!

É-o a filantropica Inglaterra, defensora da liberdade dos pretos, que sabe, permite, sem indignar-se, que os mineiros inglezes do Rand, patrocinados pelas autoridades inglezas, venham caçar braços á nossa provincia de Moçambique!

O que não obsta a que a mesma Inglaterra, negreira no Rand e de braços crusados contra a negreira França em 1857, nos não ande acusando de negreiros na ilha de S. Thomé!

Missões particulares, semi-officiaes e até mesmo officiaes, não têm faltado, a inquirir como se faz o trabalho n'aquella ilha.

Queixas, protestos e violentas acusações na imprensa, tambem têm sido profusas. Até o presente

ainda não conseguiu deitar a mão á invejada terra, produtora do melhor cacáo. Esperem os patriotas, que agora se inflamam a proclamar a intervenção bellica de Portugal em favor dos aliados, e verão o destino dessa Helena cubçada, se elles vencerem e Inglaterra, á cabeça, ditar a paz...

*

Voltemos ao Congo e aos belgas. Preparada a campanha, pela imprensa dos tres paizes e pelas conferencias de Cameron nas suas respectivas capitães, reune-se, em Bruxelas, a convite e sob a presidencia do rei Leopoldo II, um congresso geografico em que o problema da civilisação da Africa vai ser posto, discutido e resolvido.

Não tendo á nossa disposição os arquivos das chancelarias ingleza, franceza e belga, deixamos ao leitor a facil tarefa de julgar, quem, a que proposito, poz a Belgica, ou, melhor, o seu rei, á frente deste movimento, que todo se dirigia contra Portugal... A Belgica, que em Africa não tinha direitos, nem de tradição, nem de grangeio de terras? A Belgica, que era um paiz relativamente moderno, no ponto de vista politico, e com quem, ou, antes, com cujo povo, mantinhamos, desde remotos tempos, relações commerciaes que muito concorreram para a sua riqueza?

Desde o seu primeiro acto, o procedimento da Belgica é aggressivo e afrontoso para Portugal. Para o congresso de Bruxelas são convidadas as sociedades de geografia de Londres, Paris, S. Petersburgo, Berlim, Viena e Roma; sabios, viajantes e homens illustres de diversas nacionalidades. Já existia a sociedade de geografia de Lisboa. Nem ella, nem um sabio, via-

jante ou homem illustre de Portugal foi convidado pelo rei dos Belgas!

Portugal, que o primeiro passou o Mediterraneo, a invadir o imperio arabe, tomando-lhe Ceuta, a sua melhor posição estrategica contra a Europa; Portugal, que, o primeiro costeou a Africa pelo Atlantico, passando o cabo Não e o Bojador e desfazendo a lenda do *mar tenebroso*, indo até o cabo de Santa Catarina com o infante; que, com D. João II, assenta, pela costa abaixo, fortalezas e padrões, catequiza, baptisa e educa o gentio na mansa paz, formando, na capital do reino do Congo, um centro de intensa civilização, com uma cathedral, seminario, escolas, padres, mestres e até bispos da região; que dobra o Cabo da Boa Esperança, devassa o caminho para a India; reconhece, conquista e senhoreia toda a costa oriental africana até o mar Vermelho; Portugal é excluído d'este congresso, onde a civilização da Africa vai ser estudada! E faz isto a Belgica, com quem sempre mantiveramos relações amistosas e uteis, e consente-o, — ou, melhor, manda-o fazer — Inglaterra, a nossa fiel aliada, a defensora das nações pequenas, dos direitos alheios, a grande propulsora da civilização e da liberdade!

Que fossemos alli vencidos, expoliados, esmagados; que nos negassem todos os nossos titulos e direitos, que nos convencessem alli de negreiros e de incompativeis com a civilização africana; mas que nos convidassem, nos ouvissem, antes de lavrarem contra nós a ominosa sentença. É que essa sentença estava lavrada de ante-mão, e Leopoldo II apenas a foi ler para sanção dos assistentes! Inculcava-se a civilização africana, mas o processo, a jurisprudencia era tambem africana, era de cafres!

A consciencia mordia, e a nossa presença alli podia

ser a sombra de Banco, aterrando os proprios algoses, e edificando em nosso favor a justiça de muitos, que alli foram, ignorantes da verdade. No proposito da expulsão havia calculo prudente.

O rei Leopoldo, apoz a leitura do discurso inaugural, propoz ao congresso o seguinte questionario :

1.º — Designação precisa das bases de operações que é necessario adquirir, entre outras, na costa de Zanzibar e proximo da foz do Congo, por meio de convenções com os chefes, ou por meio de compras e locações com os particulares;

2.º — Designação das estradas que é preciso abrir successivamente para o interior, e das estações hospitalears, scientificas e pacificadoras que convem organizar, como meio de abolir a escravatura, de estabelecer a concordia entre os chefes, de lhes procurar arbitros justos, desinteressados etc.

3.º — Criação d'uma commissão internacional e central, e de commissões nacionaes, para realisar o plano, cada uma no que lhe pertença, para divulgar por todos os paizes o empreendimento, e fazer aos sentimentos de caridade a petição que uma boa cauza viu sempre deferida».

A sentença, como dissemos, já vinha lavrada. Encontra-se logo no artigo 1.º do questionario, onde o nosso dominio em Zanzibar e no Congo é tido por não existente. O congresso foi mais claro, mais generoso e... mais ladrão. Respondeu a esse quezito, considerando como terreno aberto á exploração, sem dominio nem posse de terceiro — «toda a região africana, limitada, a oriente e ocidente, pelos dois mares, ao sul

pela bacia do Zambeze, ao norte pelas fronteiras do novo territorio egypciaco e o Sudão independente».

★

O resto é summario e compendioso. Stanley, um reporter aventureiro e audacioso, foi o encarregado de tornar efectivo o roubo, estabelecendo as taes estações chamadas civilisadoras, na bacia do Congo, de 1881 a 1883, com o que se fez mão baixa a uma grande parte da região, formando-se com ella o que arteiramente se chamou *Estado livre do Congo*, sob a protecção do chefe visivel da seita, o rei Leopoldo. A França foi deitando a unha a extensos territorios na margem direita do rio, e formou com elles o *Congo francez*.

Mas o roubo não foi tão facil e pacifico, que não tivesse seus embarços. Nós sempre comparecemos, de apito na boca, tarde sim, mas fizemo-nos ouvir, bem secundados pelos naturaes, que, logo de entrada, perceberam que os queriam civilisar demasiado, e tendo fortes razões para reconhecer que a mudança de patrões não se lhes mostrava favoravel. O pleito teve de ser levado a uma conferencia internacional, que se reuniu em Berlim, sob a presidencia do principe de Bismark, onde já tivemos a consideração de ser chamados e ouvidos. Depois de nos roubarem o melhor do que era nosso, roubo que ficou sancionado na conferencia, tiveram para comnosco a generosidade de nos considerar potencia colonial na região, deixando-nos o que se ficou chamando *Congo portuguez*, na margem esquerda e ao sul do rio; os peiores terrenos, alagadiços, pantanosos e doentios.

A França saiu da conferencia escandalosamente

favorecida e patrocinada. Sancionou-se-lhe o direito á margem direita e a opção na aquisição futura de territorios. No segredo das chancelerias ha de existir a razão desta generosidade, patrocinada por Bismark, como a da renuncia que fez a França, em 1895, do direito de opção que lhe fôra outorgado. Ralham as comadres, descubrem-se as verdades — diz o proverbio, e, como, no momento que corre, as comadres ralham a valer, é possível que o mysterio se venha a revelar, como aquella pasta, esquecida pelo Estado Maior belga em Bruxelas, já veiu a revelar os reaes motivos que levaram a Inglaterra a tomar as dôres pela Belgica.

★

Entretanto, o rei Leopoldo ia fazendo o seu negocio. Depois de rudes campanhas intestinas, conseguiu, em 1908, que o Estado livre do Congo passasse a patrimonio nacional, mediante uma bonita somma para si, uma renda perpetua para a familia, e um dominio senhorial que reservou em Mojumbe. E assim se fez o *Congo belga*, que estamos a tempo de ver em que virá a transformar-se.

Muito rapidamente temos exposto, summarias mas bastantes considerações para mostrar, aos portuguezes que o ignorassem, o que Portugal deve á Belgica, no ponto de vista do respeito á sua soberania, integridade de territorio e honra nacional.

Podemos acrescentar que, no ponto de vista commercial, temos sido um dos bons, e, relativamente, dos melhores freguezes da Belgica. Démos-lhe muito dinheiro a ganhar, enchendo as suas feiras na Flandres com os productos que as nossas naus traziam do oriente. Nos tempos presentes, compramos-lhe annualmente

uns tres mil contos de mercadorias, contra oitocentos e pouco que ella nos compra a nós.

Não sabemos de beneficio, sequer atenzão, politica, diplomatica, social, antiga ou moderna, que haja a descontar neste balanço, para averiguar o dever, o interesse, o entusiasmo, com que Portugal deva correr em defesa desse paiz, no presente conflito.

CAPITULO III

Portugal e Inglaterra

Em dois momentos historicos, criticos, aflitivos, se aproximou Portugal de Inglaterra, recebendo d'ella apoio moral e politico, que contribuiu para vencer as suas difficuldades. Folgamos em confessal-o, como prova da nossa imparcialidade.

Pedro I de Castela foi destronado por Henrique de Trastamara, e, para salvar a vida, fugiu do reino, passando a Inglaterra, com familia e bens. Uma de suas filhas, D. Constança, casou com João de Gante, 4.º filho de Duarte III de Inglaterra, o qual ficára viuvo de D. Branca de Lencastre, filha de D. Henrique, duque de Lencastre, de quem, como genro, herdára o titulo. Do seu primeiro casamento tivera João de Gante uma filha, D. Filippa de Lencastre, que veio ser rainha de Portugal, pelo seu casamento com D. João I. Este foi o laço de sangue entre as familias reinantes dos dois paises, origem fecunda de beneficios moraes para Portugal, pelas virtudes e influencia poli-

tica da querida e excelsa rainha, que nos veiu de Inglaterra.

Por morte de Henrique II de Trastamara, succedeu-lhe no trono de Castela D. João Henriques, seu filho e 1.^o do nome, que casou com D. Beatriz, filha de D. Fernando de Portugal e da rainha adúltera D. Leonor Teles.

Por morte de D. Fernando e na regencia d'esta D. Leonor, invadiu João Henriques o reino, com animo de o annexar, como seu por direito de casamento.

Os leaes patriotas uniram-se em volta de D. João, Mestre de Aviz, e filho bastardo de D. Pedro I, tomaram-no para seu rei, e resolveram expulsar do reino o rei intruso, que atentava contra a soberania e independencia.

Aproveitando o asado ensejo, passou João de Gante a Portugal, com uma expedição, unindo-se com o Mestre de Aviz contra o inimigo commum, a quem pertendia tirar o trono de Castela, que os Trastamaras usurparam ao sogro.

Não foi o duque de Lencastre feliz na sua aventura de resgate, mas foi grande e duradoura a amisade com que se uniu a D. João I de Portugal, querendo e conseguindo firmal-a, por laços de sangue, oferecendo ao rei portuguez por mulher a filha mais nova, D. Catarina, que lhe viera do segundo casamento com a filha do destronado rei de Castela.

Dizem as cronicas, e é natural, que nesta proposta punha o duque a fundada intenção de vir a obter, para a filha e pelo genro, a reivindicacção do trono de Castela. Dizem mais que ao futuro genro fizera aberturas n'esse sentido; mas que D. João I lhe respondera que, por isso mesmo, recusava e pedia a mão da filha mais velha, D. Filippa; que se contentava com o reino de

seus antepassados, e não queria embaraços futuros, nascidos em desmedidas ambições; não era pequeno o trabalho de consolidação do seu reino, que pretendia administrar na paz, com boas leis e boa justiça⁽¹⁾.

Os factos confirmaram esta prudente e fecunda resolução de D. João I, patenteando os grandes proveitos da sua acertada escolha. Essa rainha foi, para o benefício do reino, o melhor presente que lhe tem vindo de Inglaterra. Mãe de numerosa próle, educou-a com esmero, dando-a como exemplo moral á familia portugueza, que rapidamente se transforma, saindo do charco em que a afundára o devasso reinado de D. Fernando, e marca na historia do seculo xiv um periodo de grande elevação. «Nem se conhece mais digna, nem melhor mãe. Esposa, era o santo refugio das muitas agitações do marido; mãe, a mais nobre e dedicada pela formação da excelsa descendencia que legou a este reino; rainha, a moderadora de todos os rigores, a intercessora de todos os oprimidos, a defensora de todas as fraquezas. Na frase do cronista — para os grandes benigna, dos pequenos refugio, dos pobres amparo, dos afflictos alivio, e dos enfermos remedio⁽²⁾».

*

O segundo momento historico, tambem critico, tambem afflictivo, em que Portugal se uniu a Inglaterra e com esse paiz firmou tratado de aliança que ainda vigora, tem a data de 1661, no longo e duro periodo das lutas com Espanha, que têm por fim consolidar a Restauração, valorisando o heroico feito de 1 de De-

(1) *Portugal*, do mesmo auctor, vol. I, pag. 174 e 175.

(2) Obra citada, pag. 176.

zembro de 1640. Carlos II casou com a infanta D. Catarina, filha de D. João IV, sentando-a, como rainha, no trono de Inglaterra, ficando estatuido, no tratado de paz e aliança, que, d'essa vez, se assinou, que aquelle paiz nos auxiliaria a manter a nossa soberania e independencia contra quem tentasse ofendel-as. Sete annos depois, assina-se a paz entre Portugal e Espanha, a qual fecha esse longo periodo de vinte e oito annos das guerras da Restauração, que levaram o nosso paiz a um lamentoso estado de desgraça. Essa paz foi, efectivamente, negociada e concluida por mediação da Inglaterra.

Quem se der ao trabalho de lêr esse tratado colherá a impressão de que fomos nós os vencidos! Parte e boa parte do nosso dominio colonial achava-se em mãos de extranhos, sendo Inglaterra dos melhores aquinhoados. Pois, do que estava em seu poder, tivemos de fazer renuncia, além de novo quinhão de que lhe haviamos feito presente como apanagio da infanta. Espanha ficou-nos com Ceuta, que o mediador nos obrigou a dar-lhe, e com Olivença, que o mesmo mediador se comprometeu a fazer-nos entregar, promessa que não foi cumprida até hoje. O centro e o norte do Brazil achavam-se em mãos dos holandezes. Nem Espanha, que deixára fazer essa usurpação, nem Inglaterra, que acabava de se comprometer a auxiliar-nos na defeza da nossa integridade, nos prestaram o minimo apoio para a expulsão do usurpador. Foram, ainda ahi, as nossas pequenas forças que limpam essa melhor colonia nossa da occupação estrangeira.

Separámo-nos, de facto e de direito, da Espanha, cuja dominação e tutela nos causaram damnos irreparaveis; mas ficámos, desde então, sujeitos a um novo senhor, que enriquecemos e engrandecemos, á custa

da nossa crescente ruina. Annos depois, Inglaterra dava-nos o golpe de misericórdia com a celebração do tratado de commercio, a que a nossa fiel aliada ligou o nome do negociador, como homenagem ao incalculavel beneficio por elle alcançado. De facto, o tratado de Methwen destruiu toda a industria portugueza, anniquilou o seu commercio e navegação, abrindo, na fórma de monopolio, todo o nosso paiz á industria, navegação e commercio da Inglaterra. Nós passámos a viver do ouro que as naus dos quintos traziam do Brazil, o qual não aquecia nas nossas mãos, porque todo passava para Inglaterra, em pagamento dos generos e serviços de que ella tinha o exclusivo.

Foi o ouro do Brazil colonial que nos empobreceu, deixando-nos, como memoria d'essa epoca de decadencia, a móle informe de Mafra, enquanto servia a Inglaterra para pagar os grandes subsidios á Saboya, comprar alianças na Allemanha, sustentar exercitos, formar a sua poderosa marinha, elementos esses com que conseguiu, desde essa epoca, envolver-se em todos os negocios políticos da Europa, até vir a exercer um papel principal. O ouro do Brazil permitia, ainda, á Inglaterra comprar no estrangeiro as materias primas para alimento e progredimento das suas industrias.

Um homem houve em Portugal que viu, no seu verdadeiro ponto, esta ruina que vinha de Inglaterra. Pombal, no seu governo de ferro de 1750 a 1777, lutou com esta ruinosa suzerania, tendo rasgos e momentos de grande e fecundo triumpho. Mas as suas criações foram efemeras. Não firmaram raizes, já pela rebeldia do terreno, que encontrou fundamente esterilizado, já pela inquebrantavel tenacidade do adversario a quem feria, já e grandemente pela sua odiosa, perseguidora e am-

biciosa politica intestina, que armou de odios a corrente que o esmagou a elle e toda a sua obra, a boa e a má.

A revolução franceza e a invasão napoleonica vieram encontrar este paiz no seu mais baixo estado de decadencia, em que vai ser joguete despresivel de ambições, troco para negociatas vantajosas, em que a nossa fiel aliada procura sempre a parte do leão.

*

Como despertando de fundo letargo, Portugal vê-se ameaçado pela Republica franceza, que se havia concertado, em tratado secreto com Espanha, para nos invadir e sujeitar como amigos e braço direito da Inglaterra. O embaixador portuguez em Madrid pede explicações a Godoy, a alma damnada da conspiração. O velhaco principe da Paz responde: — «que Espanha não atacaria a Portugal, nem permitiria a passagem a tropas francezas para o invadirem». Por ordem de Lisboa, volta o embaixador a Godoy, pedindo-lhe uma declaração por escrito do que lhe dissera em conversa, e o simulado amigo respondeu: — «que Espanha não queria fazer guerra a Portugal, *mas que, em tempo oportuno, lhe pediria explicações sobre a attitude que viria a tomar quando rompessem as hostilidades com a Inglaterra*». Falava de papo, como quem tinha a França na barriga.

Procurou, em tal apuro, o fraco e desprestigiado governo de Lisboa entabolar accordo em Paris com o Directorio, de modo que podesse afastar de cima do reino a espada de Damocles do tratado franco-espanhol. Antonio de Araujo, nosso ministro em Paris, aconselhava o suborno de personagens influentes, che-

gando mesmo, em cifra, a inculcar a somma de quatro milhões de libras de que seria preciso dispôr.

Apesar da penuria do reino, o negocio foi considerado bom, e Luiz Pinto de Sousa, ministro em Lisboa, dizia a Araujo: -- «Reflexionando S. A. R. mui particularmente a carta de V. S.^a de 4 de Dezembro, e, sobretudo, o artigo que veiu em cifra, estabeleceu que o meio mais proporcionado para facilitar a negociação, era o de prestar-se aos desejos das pessoas indicadas, e, portanto, se V. S.^a vir que se poderão conseguir os fins de evitar novo tratado e de estipular portanto a compensação de mais de um milhão de diamantes, o mesmo senhor autorisa a V. S.^a para ajustar-se com as referidas pessoas até a quantia de quinhentos mil crusados, pagos em moeda corrente, para o que V. S.^a se munirá das letras competentes sobre os banqueiros».

A negociata fracassou ruidosamente, promovendo enorme escandalo. Dois dos agentes de Araujo foram presos por suas dividas e proezas, e, vendo-se perdidos, denunciaram o ministro. Este foi preso, encarcerado na cadeia do Temple e mandado sair em curto praso, de Paris dentro de dez horas, da Republica dentro de dez dias, depois da notificação.

Lord Grenville tinha dado ao ministro portuguez em Londres provas verbaes de afeto, de auxilio e da melhor boa vontade, no caso de aggressão da França. Tal qual, em palavras, como Manuel Godoy. Voltou o nosso ministro a pedir-lhe, em cumprimento da promessa, o reforço de tres náus de linha e duas fragatas, que se fossem incorporar á esquadra portugueza nos mares dos Açores. Fez como o principe da Paz; fugiu, com a evasiva de que não queria agravar a situação por um acto aggressivo, como seria esse. Mas não se

contentou com a evasiva; foi violento até a humilhação. Andava, clandestinamente, procurando a paz com a França, e, como prova do nenhum interesse que lhe merecíamos, ou como reforço do seu valor na balança das negociações, mandava ocupar a bacia do Tejo por uma esquadra de mais de vinte navios de linha, de commando de lord San Vicente, e exigia do governo portuguez que as tropas inglezas internassem nos fortes de S. Julião e Bugio para os guarnecer!

Fracassada a negociação Araujo, ameaçado o paiz por ventos tempestuosos, que sopravam de todos os lados, Luiz Pinto de Souza pratica a baixeza de mendigar a proteção da Inglaterra, exprimindo-se ao embaixador em Londres, João de Almeida, nos termos seguintes:— «Esta corôa chegou finalmente ao ultimo ponto da crise, e não duvido que, dentro em pouco, seja atacada por França e Espanha...

Se essa monarquia pode ou não socorrer-nos, é o ponto decisivo de que hoje se trata, na intelligencia de que Portugal ha de fazer, pela sua parte, os mais energicos e extraordinarios esforços para sua defeza; porém, se se achar abandonado á sua sorte, n'esse caso não extranhará a Grã-Bretanha que busque os meios de salvar-se o melhor que possa, sem que, em tempo algum, possa ser arguido, com justiça, de que não exgotou todos os recursos que pediam a sua fidelidade e aliança, nem de que omitiu explicar-se com aquella franqueza propria do soberano que nos governa e dos sentimentos d'uma nação generosa».

Lord Grenville, como prova do pequeno caso que fazia da ameaça, aconselhou Portugal a que se entendesse diretamente com França, e, para facilitar esse entendimento, mandou retirar todas as forças de terra e mar que havia no reino. Mas ordenava a occupação

militar da ilha da Madeira, como compensação dos pesados sacrificios que fizera com a sua ingrata aliada.

O resultado da politica fraca e dubia de Luiz Pinto de Souza, marombando, subornando e suplicando, foi a invasão franceza de 1807, com o auxilio de Espanha e execução do miseravel tratado de Fontainebleau.

Inglaterra foi d'uma fidalguia extrema para com a a côrte, aconselhando e favorecendo a sua fuga para o Brazil. Da esquadra ingleza, que estacionava fóra da barra, foram destacados quatro navios, que escoltaram a familia real e o seu sequito até a Bahia. E, emquanto Junot tomava conta do reino, em nome de Napoleão, que se declarava seu grande e disvelado protetor, a Inglaterra capitulava com Portugal a mudança da séde do reino para o Brazil e a ocupação, agora official, da ilha da Madeira, por tropas inglezas. E' claro que se dizia que essa ocupação seria temporaria, e era precisa como base estrategica; mas o artigo 1.º d'essa capitulação reza do seguinte modo, que o leitor julgará com justiça:

«Artigo 1.º — Desde a firma do presente tratado, a ilha da Madeira e suas dependencias serão entregues aos commandantes das forças de S. M. britanica, para serem conservadas e gosadas pela dita S. M., com os mesmos direitos, privilegios e jurisdicções com que até agora os gosou a corôa de Portugal».

Na proclamação do governador inglez, ao tomar posse da ilha, encontra-se a seguinte disposição: — «O nome de S. M. será posto em todos os casos e logares em que se empregava o de S. A. R., o principe regente de Portugal».



Se o ouro do Brazil tinha, durante todo o seculo xviii, enriquecido a Inglaterra, natural era que tão rica mina não fosse abandonada, agora que a côrte portugueza, por conselho e aprasimento da sua fiel aliada, lá se fôra estabelecer. Ora um dos primeiros actos de D. João, no Brazil, foi a lei da abertura dos portos da colonia ao commercio geral, o que, no tempo, era o mesmo que abril-os ao commercio da Inglaterra. E, d'este modo, a perda do mercado da metropole, agora em mãos francezas, tinha farta compensação na conquista e monopolio do commercio do Brazil. O ouro, que, d'antes, passava por Lisboa e Porto, seguia, agora, directamente, a Inglaterra, bem como as materias primas, principalmente o algodão, com que se abasteciam as fabricas inglezas. De retorno, fornecia Inglaterra os artigos manufacturados e todos os objetos de uso e luxo, que abasteciam a côrte e as populações brasileiras. E, de caminho, ia preparando, no povo brasileiro, a ideia da sua emancipação, em que, a contento das duas partes, veiu a ter predominante influencia.

A patriótica revolução peninsular contra o dominio usurpador de Napoleão, avisou a Inglaterra da oportunidade da sua intervenção, aproveitando a justa indignação que ardia, por egual, nos dois povos peninsulares, e que os uniu fraternalmente n'esse heroico movimento de recuperação de seu territorio, liberdade e independencia.

A onda que, engrossada, de vitoria em vitoria, durante seis duros annos de continuas lutas, apagou de todo a estrela de Napoleão em Waterloo, leván-

tou-a o grito unisono dos dois povos peninsulares. Pois a historia, as memorias coevas e os apreços posteriores estão cheios de documentos nada lisonjeiros para a gratidão da Inglaterra, o paiz que mais directamente era visado por Napoleão, aquelle que jogava nessa campanha todo o seu poder, aquelle que mais lucrou com a vitoria dos aliados. Em Portugal ainda hoje não está apurada qual das duas entradas lhe foi mais funesta; se a da França, para o *proteger* contra Inglaterra, se a da Inglaterra, para o *salvar* das garras francezas.

«E' de notar que, sem que deixem de confessar a parte ativa que as tropas portuguezas tiveram nos acontecimentos, os generaes inglezes as desdenham com uma apreciação presunçosa, injusta e ingrata. Quando chegaram a Londres as noticias da vitoria alcançada pelos inglezes em Vimeiro, não se fez elogio algum ás tropas portuguezas, que, por si sós, compunham a ala direita do exercito na Roliça e faziam parte da coluna do centro e esquerda, ao mesmo tempo que se prodigalisavam os mais desmedidos elogios até aos tambores inglezes; isto nos despachos officiaes, e quando os jornaes e gazetas officiaes e particulares asseguravam, na sua maior parte, que os portuguezes se haviam portado mal, não hesitando em ennegrecer-nos o carater (1).

Quando a Santa Aliança ajustava as pazes e resolvia os destinos da Europa, salva das mãos de Napoleão, no congresso de Viena, Inglaterra comparecia lá, por si e em representação dos dois reinos peninsulares! Já tínhamos, do mesmo modo, sido expulsos do

(1) Claudio de Chaby — *Excertos historicos e coleção de documentos relativos á guerra denominada da peninsula.*

congresso de Amiens, onde Inglaterra nos fez a graça de resolver por nós.

NOTA SOLTA: Em Watterloo, Wellington esteve e considerou-se perdido, e Napoleão participou a Paris a sua vitoria. N'um dado e afflictivo momento, os dois generaes olhavam para a mesma estrada, por onde, com seus binoculos, divisavam tropas de reforço. Napoleão julgou reconhecer as signas francezas e as tropas que esperava. Enganou-se. Eram os prussianos, commandados por Blücher, que decidiram a campanha a favor dos aliados. Inglaterra está pagando esta divida na moeda em que costuma saldar as suas contas de gratidão. Ha poucos dias, no mar do Norte, barcos inglezes lograram meter no fundo um cruzador allemão que tinha o mesmo nome do vencedor de Watterloo. Seria proposital a escolha do barco? E' que aquelle nome, Blücher, é, de facto, um terrivel pesadêlo para Inglaterra!

*

Expulso o dominio francez, e conservando-se a côrte no Rio de Janeiro, a Inglaterra fez-se dona e senhora de Portugal, com assentimento do rei, que o abandonára. Beresford foi nomeado commandante em chefe do exercito portuguez, e proconsul de Inglaterra, dispondo do paiz como se fôra, de facto, provincia ingleza. As ordens que recebia de Londres é que eram a lei portugueza, mandando-as cumprir e executar, com supremo desprezo dos governadores e da côrte do Rio de Janeiro, de que eram platonicos representantes.

A revolução de 1820 avisou Inglaterra de que este paiz ainda vivia. Na Espanha e na Italia a reacção contra o absolutismo afirmava uma nova e poderosa corrente que prometia abrir uma nova era de liber-

dade. Era a prova de que a semente da grande revolução se não havia perdido.

A Inglaterra encolheu cautelosamente as garras e manobrou com suprema habilidade. A D. João VI aconselhou a volta ao reino, e preparou a prevista independência do Brazil, como mediadora entre pae e filho e entre os dois paizes, de forma a manter e assegurar o seu privilegio commercial em ambos: «Os desejos mal encobertos de D. João VI e o interesse commercial de Inglaterra prepararam a solução d'esta questão. Nomeado Sir Charles Stuart mediador por parte de Portugal para realisar um accordo com o Brazil, e havendo D. João VI n'uma carta regia de 13 de Maio de 1825 creado e reconhecido o Brazil como imperio independente, cedendo e transferindo desde logo a soberania a seu filho D. Pedro, se concluiu a 29 de Agosto um tratado de paz». (1)

*

No conflito entre D. Pedro e D. Miguel, a Inglaterra jogou sempre com pau de dois bicos. Se, por um lado, receava indispor-se com o seu magnifico cliente, o Brazil, e se sorria para D. Pedro, seu imperador, por outro, não lhe convinha salientar a sua preferencia no reino, onde a cauza de D. Miguel tinha fortes elementos e podia consolidar-se.

Ao duque de Palmella, que negociava em Londres, creava o governo de lord Wellington serias difficuldades, como se colige da correspondencia do duque com D. Pedro:

«Tive com lord Aberdeen uma larga e muito ani-

(1) Miguel Lobo de Bulhões — A Fazenda, n.º 21,

mada conversação, em que não lhe ocultei a dôr que me inspira a conduta do governo espanhol, e o opprobrio de que o gabinete britânico se cobriria, se não accedesse, quanto antes, a salvar, dado que para isso haja tempo, aos infelizes refugiados portuguezes. Achei-o, como sempre, extremamente prevenido contra tudo que eu alegava, e pareceu-me que quasi experimentava interiormente alguma satisfação com a conduta do governo de Espanha» (1).

«Senhor: Pelos officios do seu fiel e ativissimo ministro, o visconde de Itabayana, se acha V. M. cabalmente informado das argucias e difficuldades de toda a especie, que o actual ministro britânico opõe a tudo quanto se lhe ha proposto para sustentar, ao menos de palavra quando não o faça efectivamente, a legitima cauza de V. M. em Portugal. Seria inutil cansar a V. M. com o detalhe das contendidas que tenho tido e não cesso de ter com lord Aberdeen para demonstrar-lhe a obrigação que Inglaterra contraiu, como de honra e de religiosidade politica, de sustentar uma cauza que é a do rei que ella reconheceu como legitimo e como seu intimo aliado, que é, ao mesmo tempo, a dos governos respetivos com os quaes devera este julgar-se ligado, ao menos por simpatia, que é, finalmente, a de um soberano, que, de ha dois annos a esta parte, não tem deixado de seguir nem um só dos conselhos que este gabinete lhe suggeriu e que não devia esperar, em pagamento de tanta condescendencia, que o vendessem e atraioassem!

Entretanto, pouco valem os argumentos contra as paixões, nem bastam, sequer, para vencer as conside-

(1) Despachos e correspondencia do duque de Palmella — Carta ao imperador, 9 de Agosto de 1828.

rações de interesse e de politica. O ministerio do duque de Wellington quer, em primeiro logar, seguir em tudo o torcido systema de mister Canning, quer, em segundo, evitar, a todo o trance, complicações ou guerras, por isso sacrifica nas questões do Oriente até o seu proprio decoro, perdendo a preeminencia que exercia politicamente, e figurando em segunda linha, atraz da Prussia e da França. Quer, finalmente, sobretudo, satisfazer a sua aversão ás ideias liberaes e, no caso atual, considera a cauza de V. M., ainda que legitima, como revolucionaria, e a do Senhor D. Miguel, ainda que rebelde, como a da monarchia (1).

Foi em acordo com os sentimentos do governo inglez, assim expressados na correspondencia de Palmella a D. Pedro, que esse mesmo governo perseguiu o então conde de Saldanha, quando condusia para Ilha Terceira, onde a bandeira liberal ainda flutuava, os emigrados portuguezes que se tinham refugiado em Inglaterra. Consta da correspondencia trocada entre o Comodoro William Walpole e Saldanha em aguas d'aquella ilha:

«O Comodoro William Walpole ao Conde de Saldanha, no porto da Praia, a 16 de Janeiro de 1829. — Tenho que pedir-vos que vos sirvaes communicar-me qual o motivo da vossa vinda a este porto com a força do vosso mando».

Saldanha respondeu: — «O motivo da minha chegada a este porto é cumprir as ordens de S. M. F. a Rainha de Portugal, a qual me ordena que condusa á Ilha Terceira, desarmados e sem apparencia alguma hostil, aos portuguezes que estão a bordo dos quatro transportes á vista da Ilha, que nunca deixou de obe-

(1) Idem — Carta de Palmella ao Imperador — Londres.

decer e reconhecer, como sua legitima Soberana, á Rainha D. Maria II; como subdito fiel e militar devo afirmar-vos que estou resolvido a cumprir com o meu dever, seja qual fôr o perigo».

O Comodoro insistiu: — «Em consequencia da vossa resposta á minha ultima communicação, só tenho que dizer-vos que, se não vos fizerdes á vela antes das tres da tarde, deixando a proximidade d'estas ilhas, me verei obrigado e estou resolvido a empregar a força para vos obrigar a fazel-o».

Replicou Saldanha: — «Assombra-me a vossa communicação! Como, senhor, viestes á Terceira para nos prender?!

Tendes-nos escoltado durante oito dias. Impedime que cumpra as ordens que tenho. Pondez em perigo as vidas de tantos subditos fieis da mais antiga aliada de vosso Soberano. Fizestes-nos gastar as nossas escassas provisões. Haveis-me obrigado, positivamente, a não separar os meus navios. Tendes exercido sobre mim uma autoridade de conquistador! E, em resultado de tudo, perguntaes-me onde vou! Eu não sei onde vou; vou onde vós me conduzirdes».

Pois, se, por um lado, era esta a conduta de Inglaterra com a facção liberal, não era menos violenta, nem menos desdenhosa a que mantinha com a facção absolutista, que estava no poder. Contamos n'outro lugar o procedimento da França, em Julho de 1831, na missão armada do barão Roussin. O visconde de Asseca, então ministro de Portugal em Londres, cansouse de expor a lord Palmerston as criticas circumstancias do reino e de implorar o auxilio do governo inglez de acordo com os tratados existentes. Palmerston respondeu consoante a doutrina que mais adiante tere-mos de expor e apreciar; doutrina classica na politica

internacional da Inglaterra; a mesma, exposta no parlamento por Gladstone em 1870, a mesma, reproduzida por Grey, no seu discurso ao mesmo parlamento, em 3 de Agosto do anno passado, vespera da sua declaração de guerra á Allemanha. Um tratado é uma coisa a que as partes que o assinam devem muito respeito, mas que não pode tolhel-as de proceder segundo as condições especiaes em que se encontrarem no momento de obrar!

★

Seria um nunca acabar e daria muitos e grossos tomos a historia seguida das nossas relações com Inglaterra. E' forçoso limitar o esboço a rapidas olhadas e a factos e epocas mais conformantes com o proposito d'este trabalho. Passemos por alto os largos e acidentados periodos das nossas lutas civis, nos primeiros annos do regimen constitucional, em que Inglaterra nos manteve como tutelada, apregoando os seus serviços para a implantação d'esse regimen. Não repisemos com commentarios o abandono cynico com que Inglaterra nos deixou humilhar pela França, na questão Charles et Georges, quando nós defendiamos a liberdade dos negros e procediamos legalmente contra negreiros francezes. Demos por liquidada a ladroeira do Congo com a parte principal que ahi teve Inglaterra, e arredondemos a olhada com esse moderno e impressionista caso do *ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, para o qual, com grande oportunidade, chamamos a attenção, a memoria e a consciencia dos contemporaneos.

No tratado de Viena de 1815, o mesmo para que não fomos chamados, porque Inglaterra nos fez a graça de nos representar, foi estatuida a liberdade de navegação em todos os rios, salvando aquelles que corres-

sem em terrenos do mesmo paiz desde as nascentes á foz. Só esses ficaram fechados em propriedade e exclusivo do paiz que atravessam, como o Mississipi para os Estados Unidos, o Amazonas, S. Francisco e muitos outros para o Brazil; como eram e deviam ser considerados portuguezes o Zaire ou Congo, o Zambeze e a totalidade dos rios da Africa central.

Esta resolução ficou como esquecida nas actas do congresso, onde, seguramente fôra lançada por quem premeditava, em 1815, o uso que viria a fazer d'ella para futuras e oportunas usurpações.

O primeiro assalto foi ao Congo, do modo que já foi descrito, tendo Portugal sido, propositalmente, afastado para não se lhe reconhecer a posse das terras onde passa o rio. Na conferencia de Berlim, que poz termo á pendencia do Congo, estabeleceu-se a nova jurisprudencia da propriedade de territorios coloniaes, tendo por base a occupação efectiva como garantia do direito de posse, e a communicação ás potencias da occupação como garantia de acquisição. E' claro que tal jurisprudencia a Portugal principalmente visava, como legitimo possuidor de extensos territorios, onde a occupação efectiva se tornava difficil, senão impossivel, ou, pelo menos, podia, facilmente, pôr-se em litigio, em que fossemos vencidos como o cordeiro da fabula. Se já o tinhamos sido, de um modo tão esmagador, no Congo!

Na conferencia de Berlim ficou, ainda, demarcada a zona da Africa central livre ao commercio de todo o mundo, comprehendendo toda a bacia do Zaire, o territorio adjacente até o mar das Indias, o 5.º paralelo norte e as bocas do Zambeze. Foi, para tamanho roubo, invocada a doutrina do congresso de Viena, sob a suposta e não contrariada consideração de que nos não

pertenciam ou, antes, não tinham dono, os terrenos por onde correm os rios da região.

A Inglaterra achou pouco o que nos havia sido roubado; queria mais.

O Chire era um dos rios que ainda ficava nosso, por sobre a doutrina do congresso de Viena, ampliada pela conferencia de Berlim. Corria em territorios fóra da zona livre e nos quaes exerciamos jurisdição. A Inglaterra carecia de o navegar, sem nos pedir licença. Só havia um meio, que era discutir-nos a occupação efectiva e continua nas suas margens. O processo pratico era intercalar algures uma occupação extranha; a ingleza, a de casa, seria o mais facil. Mandou adiante um tal Buchanan arvorar a bandeira ingleza na região entre o Nyassa e o Zambeze, nas margens do Chire, sob pretexto d'um contrato com chefes pretos locais, que os collocava sob o protetorado da Inglaterra. Johnston, o celebre consul da Grã Bretanha em Moçambique, foi em pessoa ao lugar ratificar os contratos de Buchanan, tornando official a concordata do protetorado. E, note-se bem, tinha o consul inglez tão segura certeza de que viajava em territorios portuguezes, que solicitou e obteve para a sua viagem um salvo conduto do nosso governo de Moçambique!

As autoridades portuguezas da região que se pretendia usurpar oposeram á usurpação a natural, legitima e legal resistencia, mantendo os usurpadores no devido respeito á nossa soberania. Então a Inglaterra não se lembrou dos tratados que tinha assinado com Portugal, nem dos serviços e favores que, á sombra d'esses tratados, vinha disfrutando. Intimou-nos, summaria e ultrajantemente, o despejo da região, n'esse execrando *ultimatum* que aqui vamos deixar, palavra por palavra, tradusido do original:

«O que o governo de S. M. deseja e no que insiste é o seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegraficas, para que todas e quaesquer forças militares portuguezas, atualmente no Chire e nos paizes dos makololos e machonas, se retirem. O governo de S. M. entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo governo portuguez são illusorias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, á vista das suas instruções, a deixar immediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatoria á presente intimação não fôr por elle recebida esta tarde; e o navio de S. M. *Enchantress* está em Vigo esperando as suas ordens. — Legação britanica, 11 de Janeiro de 1890».

Portugal ainda por esse tempo era um povo que sentia, capaz de se impressionar. Nem a sua epiderme era cortiça, nem o seu temperamento limonada. O seu governo é que era o que tem sido — resignação.

Ainda vivem muitos que concitaram á revolta, e o partido que com esse facto se fortificou está hoje senhor do poder. Se lhes perguntarem pela sua coerencia, conclamando pela beligerancia do paiz em favor da Inglaterra, responderão, encolhendo os hombros, que são voltas que o mundo dá!...

*

O tratado de 1661 é o que ainda hoje se invoca, quando, d'uma ou d'outra parte, se fazem referencias e apelos á aliança e reciprocas obrigações dos dois paizes. Não sabemos se o novo regimen politico de Portugal contraiu outras; para todos os efeitos legaes, são como não existentes, porque o paiz não tomou d'ellas conhecimento para lhes dar sanção pelos seus

representantes legaes. E, sendo essas, só começariam a tornar-se effectivas para Portugal, quando Inglaterra fosse agredida e ameaçada na sua soberania politica e na integridade do seu territorio. Pelo contrario, no presente conflito, foi a Inglaterra quem declarou a guerra á Allemanha, com quem nós outros estavamos e sempre tinhamos vivido em boa paz, e tomando por pretexto a garantia da neutralidade e soberania da Belgica com que nós não temos nada. E que isto não fosse já muito e bastante, uma politica nossa, modestamente sagaz e oportuna, conseguiria facilmente desviar a suposta obrigação, seguindo e recordando o exemplo que a Inglaterra sempre nos deu, em todos os momentos em que, vexados e expoliados, de 1661 para cá, a ella e ao tratado recorremos. Ella ou alguém que tenha a peito defendel-a que cite um unico caso em que nos acudiu, em que em beneficio de Portugal, da sua independencia e integridade fez o mais pequeno sacrificio. Dos nossos sacrificios por Inglaterra, que nos levaram, por vezes, até a ruina, dos vexames que sofremos e de que seriamos salvos pelo seu apoio, d'outros e muitos, de expoliações e roubos, muitos feitos por ella, outros por ella promovidos, aconselhados, — d'isso está cheia a historia e alguns ahi ficam rememorados.

A' politica modestamente sagaz e oportuna que garantisse a nossa aconselhada neutralidade no actual conflito, podia juntar-se o exemplo da Italia, que, ligada ao solemne compromisso da Triplice Aliança, fugiu a elle e lucrativamente se vae mantendo neutral, invocando, para com a Allemanha, o maquiavelico principio de que ella foi a agressora e a Triplice é defensiva, e o, ainda mais maquiavelico, de que o povo italiano não queria a guerra. Fizesse o governo

portuguez a pergunta ao povo, em forma livre e honrada de plebiscito, que teria essa resposta. O povo portuguez não deseja sair da neutralidade, seja contra e a favor de quem fôr.

CAPITULO IV

Portugal e Allemanha

Politicamente, as nossas relações com a Allemanha, com o relativamente moderno imperio dos Hohezolerns, que tem por cabeça a Prussia e de que tomou a coroa em Versailles o avô do atual imperador, começam a desenhar-se e a tomar corpo, modernamente também. Antes, a vasta região dos teutões teve mui variadas fórmias politicas, mais ou menos instaveis, e as relações que tivemos com esses povos são as mais amistosas, de respeito mutuo e de consanguineas alianças, que honram e enobrecem os dois paizes.

Algumas princezas portuguezas foram para lá por casamentos de alta linhagem, que as levaram até o trono; com a atual casa reinante se estreitaram relações de sangue, pelo casamento da infanta D. Antonia, irmã de D. Pedro V, e pelo casamento d'este melancolico e malogrado rei com essa, ainda mais infeliz rainha D. Estefania, de quem os portuguezes ainda se recordam com piedosa saudade.



N'estes famosos tempos, em que se classificam de barbaros e de incultos os povos germanicos, em que se lhes chegou a negar a filosofia, considerada esteril, a sciencia por apoucada e a litteratura por velha e pobre, preciso é que se abra, com a verdade historica, uma excepção para Portugal.

Não sabemos, ou, pelo menos, não vamos aqui discutir, se a nossa epoca de navegação, descobrimentos e conquistas, foi, para Portugal, um bem ou um mal. Também não sabemos ao que ficaria reduzida a gloria e a grandeza d'este povo, se da sua historia riscassem essa epopeia, e os Luziadas e os Jeronymos tivessem de ser eliminados. O que é um facto é que foi um alemão, que, no fim do seculo xv, era senhor e professo na sabedoria cosmografica do tempo, quem veio dirigir a escola nautica que D. João II instituiu no seu palacio, e que elle, em pessoa, presidia. Martim Behaim, — mestre Martim da Bohemia, como lhe chamavam em Lisboa, — foi trasido da Allemanha, como o melhor discipulo de Regiomontano, por sua vez discipulo e o melhor continuador dos trabalhos de Jorge Purbach, em 1481, no mesmo anno da exaltação do Principe Perfeito ao trono de Portugal. Com elle, com dois medicos judeus e dois bispos, o de Vizeu e o de Ceuta, se formou essa escola d'onde saíram os conhecimentos e recursos das futuras e grandes navegações.

Pedimos venia para transcrever aqui uma passagem do que dissémos e publicámos, a respeito d'esta escola, por ocasião do ultimo centenario do descobrimento da India: «Reunidos, pesados e confrontados todos os recursos existentes, verificadas as primeiras e maiores necessidades a suprir, trabalhou-se sabia e seriamente.

A tenacidade do rei, o seu exemplo e a sua excepcional autoridade moral, formaram o meio. Todos os homens da sua côrte, da sua casa e muitos do povo, eram iniciados, experimentados, aproveitados e instruídos.

O mar havia de vencer-se, os seus mysterios tinham de ser decifrados; elle havia de ceder, na furia, á suprema vontade do homem, e os mundos, que elle guardava em seu bojo, haviam de ser conquistados. As lendas, feitas de imaginação e de pavor, estavam exigindo uma final decifração, e haviam de tel-a. Não seria a ellas que o turco devia o seu poder, firme resolutamente no Oriente, marchando, como o bulcão, sobre o Ocidente?

A escôla, antes de mais nada, formou uma raça, uma cavalaria. Todos aprendiam, todos sabiam; um fertilissimo principio de unidade moral engrossava a ideia nova, dava-lhe sectarios e devotos até o martyrio. O que constituia a base da sciencia nautica, todo o mundo o sabia; e o que se ia descobrindo, tomava logo a feição popular. Era o nivel inteletual que subia diariamente.

Pilotos, surgiam d'ali ás duzias, todos com a instrução requerida para o governo do barco, e com a alma anciante para ir á nova batalha. Pero de Alemquer, Alvaro Martins, João de Santiago, João de Coimbra, Pero Escobar, Martim Vicente, e outros e muitos, são produtos desta escôla.

A nobreza, alem da cultura profissional, que era de todas as classes, adquiria as condições superiores do commando. Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, Dom Francisco de Almeida, Duarte Pacheco, Tristão da Cunha, Affonso de Albuquerque, Fernando Magalhães... lista extraordinaria de homens, que, na epo-

ca, não têm, n'outro lugar, outros com quem comparar-se; homens, que, pelo brilho da sua obra, são o atestado irrefutavel da supremacia da escola onde se formaram (1).

★

A guerra de 1870 produziu, pelos seus resultados, a Allemanha moderna, com o seu carater de expansão, com a sua interferencia internacional, em permanente e crescente ameaça á hegemonia da Inglaterra. A sua industria definia uma nova feição commercial, procurando o barateamento dos productos; o seu commercio extendia-se por todo o mundo, em busca de mercados e de centros de propaganda pacifica e honrada. A sua feição de potencia colonial tinha de ser um natural corolario; e o seu encontro com paizes, como o nosso, senhores de extensos dominios, em grande e na maior parte incultos, não podia deixar de produzir-se. A providencia impunha a esses paizes, a quem se dirigia o choque, uma politica sagaz, consultando a sua historia, apreciando as condições praticas da concorrência, e determinando as suas preferencias. Não é esta a ocasião para recriminações á desorientada politica portugueza n'essa epoca. Houve, de facto, uma corrente que pretendeu desviar o eixo tradicional d'essa politica; algumas tentativas se fizeram, umas para França, outras para Allemanha. Todas indecisas, timidas, vacilantes, com duplo resultado negativo: não conseguiram firmar alianças novas e poseram de ataláia e em desconfiança a aliança ingleza.

Entretanto é um facto, de previsão e de confirmação, que a Allemanha, na sua nascente ambição de

(1) Mesmo auctor — Tres Estudos, pag. 46 e 47.

conquista colonial, trazia e empregava um processo novo, até ahi desconhecido, e manifestamente honrado: ella não usurpava pela força, não roubava, não roubou ninguém. Aonde encontrou um direito, um titulo legitimo de posse, respeitou-o. Na conferencia de Berlim de 1884 e 1885, ella não se collocou, é certo, ao nosso lado; mas não nos roubou. Apenas consentiu que nos roubassem, mas isto porque nós não quizemos ou não soubemos conquistar, previamente, a sua boa vontade e força decisiva, por actos que, na moderna politica internacional, definem interesses materiaes. E consentiu que nos roubassem, ainda, porque a doutrina, a jurisprudencia que ia definir-se na conferencia e que muito interessava ás aspirações da Allemanha, era a da occupação efetiva, e nós não podémos demonstrar que occupavamos efetivamente muitos territorios que nos usurparam. Não deixa de ser um roubo, porque a doutrina da conferencia teve efeitos retroativos, contra os rudimentos do Direito. Entre a tradicional rapacidade da Inglaterra e a nascente cubiça da Allemanha, ficámos com Inglaterra. Os factos encarregaram-se de nos mostrar o nosso erro.

Segundo a doutrina da conferencia de Berlim, a Allemanha arvorou um dia a sua bandeira na ilha Yac, que encontrou abandonada. A Espanha reclamou e compareceu com os titulos da sua posse. A Allemanha não discutiu; arrou a sua bandeira e negociou com Espanha a compra d'essa e d'outras ilhas. Ficaram suas, pagando-as de contado. Segundo a doutrina da sua rapacidade, a Inglaterra mandou um subdito seu fazer uma facil negociata com pretos makololos e arvorar a bandeira ingleza em territorios onde exerciamos a nossa suzerania, com autoridades constituídas, e, por um *ultimatum* e morrões acesos, intimou-

nos a evacuação d'esses territorios em poucas horas. E' comparar, para se ser justo.

★

Atravessava Portugal a grave crise financeira que conduziu ao vigente convenio com os seus credores externos, entre grandes dificuldades que lhe eram apresentadas por esses credores.

N'um dado periodo das laboriosas negociações, a maior resistencia ao acordo proposto pelo governo portuguez provinha do *comité* alemão, representante dos portadores dos titulos de $4\frac{1}{2}\%$. Devem existir na nossa chancelaria documentos suficientes para provar o serviço pessoal que, por essa ocasião, prestou o Kaiser, conseguindo dos portadores dos titulos, seus subditos, uma boa vontade que se traduziu em facto e permitiu a ultimação do convenio nas condições em que o propunha o governo portuguez. O facto, com todos os seus detalhes, muitos dos quaes commovem até a piedade por mortos illustres e cruelmente tratados que n'elle tiveram parte preponderante, foi-nos relatado por pessoa fidedigna que figurou como factor e agente importante.

★

Em Março de 1905, o imperador Guilherme II visitou Lisboa, de passagem para Marrocos, onde se dirigia com a firme resolução de se opôr ao tratado anglo-franco-espanhol, que limitava a influencia naquella região. N'outro logar teremos melhor oportunidade de nos referir a esta decisiva e energica iniciativa, por meio da qual, sem prejuizo de preferencias politicas, Marrocos ficou porta aberta para as franquias do com-

mercio de todas as nações. Se as coletividades humanas fossem capazes de ter uma consciencia justa, este gesto do Kaiser devia produzir a gratidão pelo beneficio, e uma confiança esperançosa na influencia politica da Allemanha, a qual, ao contrario da Inglaterra, labora e grangeia para si e para os outros.

Pouco tempo antes da visita do Kaiser, tinha estado em Lisboa Eduardo VII, refazendo a sua popularidade, e a rainha Alexandra havia feito a sua visita dias antes da chegada de Guilherme II. Não bastou o tempo que mediou entre as duas visitas, para mudar as decorações das ruas. Não faltou quem, á boca pequena, extranhasse tamanha cortezia da parte da Inglaterra, e a não tomasse por proposito de minorar a influencia que a visita do Kaiser podesse produzir na alma nacional, que ainda não tinha esquecido o *ultimatum* de 1890, que havia produsido, entre protestos sentimentaes, em que somos prodigos, correntes de orientação politica contra Inglaterra, uma das quaes visava a Allemanha.

A presença do Kaiser, a sua desprerenciosa e simples figura, os seus modos cortezes, familiares, o grande interesse que mostrava por tudo que via e visivelmente admirava, foram encantando o povo de Lisboa, que via, com surpresa, uma figura muito diversa do que imaginava ser a do chefe d'esse indomito e guerreiro povo teutão.

No dia 29 de Março teve logar a solene recepção do Kaiser na Sociedade de Geografia. Encontrava-se ahi, enchendo á cunha a vasta sala Portugal, todas as outras salas e dependencias do edificio, tudo que Lisboa tinha de mais selecto em todas as classes sociaes: el rei D. Carlos com a sua corte e governo, todo o corpo diplomatico, commissões representantes dos altos

corpos politicos e administrativos do Estado, a imprensa nacional e estrangeira, a direção e socios da Sociedade de Geografia e d'outras sociedades congeneres, representantes do Commercio, da Industria, etc.

O imperador, levantando-se apoz a saudação do presidente da Sociedade, pronunciou, visivelmente commovido, esse notavel discurso, que produziu funda e não apagavel sensação no grande publico que o escutou, como a produziu em todo o paiz onde foi levado pela imprensa. A' saída d'essa solenidade, o Kaiser era uma figura que se impunha ao respeito e á estima de todos. Entrára alli admirado e saira querido.

Quando, no dia seguinte, o imperador embarcava no seu *yacht*, o caes e as casas estavam repletas da melhor sociedade de Lisboa, que corria á sua despedida por um sentimento mais nobre do que o da curiosidade, com que acudira á sua chegada.

Trasladando aqui esse discurso, é nosso proposito avivar com a sua leitura os sentimentos que elle produziu e que parece terem-se obliterado no curto praso de nove annos.

«Senhor! Senhores!

Do fundo do meu coração agradeço á direção e aos membros da illustre Sociedade de Geografia a brilhante recepção que me prepararam. Sinto-me muito feliz por travar conhecimento com este centro intelectual, guarda fiel das obras que os vossos grandes homens, inspirando-se no genio de Henrique o Navegador, precusores do tempo moderno pelas suas ideias de conquista pacifica, commercial e scientifica, levaram a cabo, guiados ao mesmo tempo das grandes tradições em que brilharam nomes taes como Dias, Vasco da Gama, Magalhães, Almeida, Albuquerque, Serpa

Pinto, Capello e tantos outros, e, entre elles, um alemão, Martim Behaim.

Sinto-me tanto mais feliz de estar em contacto com esta illustre instituição, conhecida no mundo inteiro, quanto a Allemanha e Portugal estão ligados, no terreno das emprezas coloniaes, por importantes interesses communs.

Nos fins do ultimo seculo as nações europeas estabeleceram os limites dos seus territorios e das suas esferas de influencia no continente africano, por solenes tratados. Foi assim que Allemanha e Portugal se tornaram visinhos a Este e Oeste do continente negro.

Sinto particular satisfação em declarar aqui, na presença de S. Magestade, o augusto soberano do vosso belo paiz, e do seu governo, diante d'esta illustre assembleia, que, tanto n'uma das costas como na outra da Africa, temos vivido como visinhos leaes e bons amigos. Tenho a firme convicção que cada um de nós, á força de trabalho e de perseverança, conseguirá manter a paz, a tranquillidade e a ordem no seu territorio, e levar a bom fim a nobre missão civilisadora que empreendemos.

Se alguma vez as exigencias da nossa visinhança, do commercio e das relações de toda a especie, reclamarem um accordo ulterior, podem estar certos de encontrar em mim a melhor vontade e um espirito que saberá conciliar todos os interesses.

Deixo-vos, senhores, exprimindo, novamente, o meu vivo reconhecimento, e ao mesmo tempo a esperanza de que as possessões de Portugal em outros continentes, sob o sabio reinado de vosso augusto soberano e sob a intelligente direção de vosso governo, continuarão no caminho do progresso e da civilisação, e che-

garão ao mesmo grau de prosperidade que o magnifico paiz onde tenho a felicidade de me encontrar n'este momento e ao qual a Divina Providencia visivelmente prodigalisou os seus beneficios».

*

O que ahi fica é pouco para explicar relações estreitas; mas é bastante e é muito para comprovar respeito, estimas e leaes disposições para as formar com segurança e reciprocidade de interesses. Nada ha que descontar-lhe até o momento em que rompeu o conflito atual. Parece que alguma coisa de serio e lamentavel tem ocorrido depois. Não o sabemos concretisar, nem possuímos elementos de informação para o julgar com justiça. Seja o que fôr, tem de ir a conta nova que será fechada e liquidada no fim da tremenda luta.

Sinceros votos fazemos porque essa liquidação seja melhor do que a que os nossos erros nos preparam, e agoureiras Cassandras nos anunciam. Nossos maiores fartaram-se de nos grangear e legar direitos a uma existencia nobre e feliz. Que a justiça nos respeite esses direitos, ainda que com desconto dos nossos erros. O saldo seria grande e bastante para ir vivendo, com honra, se á roda dos desatinos se possesse travão.

CAPITULO V

A Inglaterra no atual conflito

Eu admiro o povo inglez. Vem de longe e tem fundas raizes a minha admiração. Em varias partes, por varias vezes, no jornal, no folheto, no livro, na tribuna, falando ou escrevendo, a minha admiração acha-se patenteada e justificada. Basta que é um povo que se fez grande, rico, dominador, á custa do seu esforço, da sua energia e da sua inexcedivel tenacidade. Admiro-o, na historia, pelos seus costumes, em que sobreleva o seu amor á familia e o respeito aos outros.

Admiro-o na contemplação historica das suas instituições sociaes, na sua organização politica, que foi o modelo das organizações congeneres d'outros paizes.

A Inglaterra, se não foi nunca o paiz da democracia, porque é e foi sempre um paiz de castas, de privilegios oligarquicos, conseguiu um admiravel equilibrio social, pela garantia dos direitos de cada um, pelo respeito á opinião e ao livre pensamento de todos.

A galeria dos seus homens celebres, seja qual for o

ramo considerado, é farta, de qualidade e de quantidade, em saber profundo e em disciplina modelar. Sabios como Newton, Lyell, Darwin, Mill e Spencer, literatos como Shakespeare, Scott, Dickens, estadistas como Pitt, Peel, Palmerston, Derby, Gladstone, são figuras que iluminam uma nação com brilho que não pode ser empanado.

*

Mas as nações são, como todos os seres vivos, sujeitas ás leis da existencia: nascem, crescem, estacionam, decrescem e morrem. A hora do decrescimento parece ter soado para Inglaterra. E' aplicar-lhe o scopo com que apreciamos as grandes civilisações e os grandes povos que as representaram.

Uma das carateristicas dessa lei da existencia é que esta tem a mesma modalidade nos individuos e nas coletividades, sendo as suas transformações produzidas por causas eguaes ou equivalentes. A decadencia moral, a degenerescencia do carater, é um bacylus que decompõe o individuo do mesmo modo que a coletividade. Quando o homem esconde a cauza da sua conduta, a falsifica, a troca por outra, enfraquece-se ante a consciencia e decae. Do mesmo modo as nações.

E' fazer a applicação ao momento atual.

A Allemanha patenteia toda a força d'uma nação progressiva e poderosa, porque faz da sua sinceridade a melhor arma e razão da sua conduta. Ella diz que foi forçada á guerra pela necessidade de viver, porque outros lhe estorvam o caminho da sua legitima expansão. E esta razão convence.

A França não esconde a sua razão, a desforra da sua derrota de 1870. E' uma razão que tem as suas

raizes no brio, condição imprescindível da raça forte e da nação poderosa. Convence tambem.

Mas a Inglaterra sente uma coisa e proclama outra, com a premeditada tenção de iludir os demais, quando é ella só que se ilude. Intenta reduzir a Allemanha, porque esta vem competindo com ella em interesses commerciaes, e pensa iludir o mundo, dizendo-lhe que acode em defeza dos fracos, dos direitos alheios, dos interesses da liberdade e da civilisação.

E' esta hipocrisia que indispõe contra Inglaterra o são juizo dos insuspeitos, dos sinceros, e que ha de terminar por converter-se em poderosa arma contra ella. E' o que, aos olhos dos estudiosos e conhecedores das leis cominativas da historia, põe em manifesto a decadencia moral da Inglaterra, pela decadencia moral dos homens que lhe dirigem os destinos. E' tambem essa a melhor razão deste trabalho, onde, sem sairmos dos documentos officiaes, publicados e produsidos pelos estadistas inglezes, poremos em evidencia a hipocrisia com que a politica ingleza promoveu o conflito atual.

*

O Sr. Asquith, nos seus discursos parlamentares e extraparlamentares, declarou que Inglaterra se vira forçada a ir á guerra por tres motivos:

1.º — Para defender a santidade dos tratados e do que se chama, com muita justiça, a lei publica da Europa;

2.º — Para sustentar e impôr a independencia dos Estados Livres, relativamente pequenos e debeis, contra as invasões e violencias dos fortes;

3.º — Para contrarestar, segundo sua convicção, nos melhores interesses do proprio imperio inglez e da ci-

vilisação em geral, a imperiosa pretensão d'uma unica potencia de ditar a lei dos destinos da Europa.

No dia 6 de Agosto, o mesmo Sr. Asquith disse no parlamento inglez: — «Tenho o direito de declarar, e o declaro em nome do paiz em geral, que fizemos tudo que podia fazer qualquer governo em favor da paz».

Analisemos, com calma e sem paixão, estas declarações publicadas, do primeiro ministro de Inglaterra.

O Sr. Grey, em nota de 24 de Julho, a Sir. M. de Bunzen, ministro de Inglaterra em Viena (doc. n.º 5 do Livro Branco inglez) afirma que dissera ao representante austriaco em Londres, ao entregar-lhe este a *nota-ultimatum* da Austria á Servia: — «que interviria no assunto só e simplesmente no ponto de vista relativo á paz europeia; que as cauzas do litigio entre Austria e Servia não afetavam ao governo de S. M.» E, para deixar bem patente este seu modo de ver, este seu desinteresse pela querela entre aqueles paizes, acrescentou: — «os comentarios que fiz não tinham, de modo algum, o fim de discutir essas cauzas ou meritos».

Declara que dissera ao representante da Austria: — «que o assassinato do Arquiduque e algumas das circumstancias referentes á Servia, citadas na nota, tinham produsido uma corrente de simpatia por Austria, como era natural».

O que se conclue, logica e restritivamente, destas declarações? Que no dia 24 de Julho, o Sr. Grey entendia que Servia devia uma satisfação á Austria; que esse incidente devia ser liquidado entre os dois paizes, de fórma a não ameaçar a paz da Europa, e que a sua intervenção só se daria quando essa paz fosse ameaçada. Nada mais claro, mais razoavel, mais digno e

conveniente, se isto fosse sincero, se viesse a condizer com a attitude posterior.

Pela sua parte, a Allemanha, na sua nota ás Potencias, com a mesma data, 24 de Julho, tambem inserta no Livro Branco inglez, sob o numero 9 dos documentos que encerra esse livro, declara, depois de apreciar as razões da Austria: — «O governo austro-hungaro, se não quer abandonar, definitivamente, a posição de Austria como uma grande Potencia, não terá mais remedio que conseguir o cumprimento das suas reclamações feitas ao governo servio, por um forte aperto, e, se necessario fosse, por ação armada; a escolha dos meios deve deixar-se a elle. O governo imperial deseja expôr, com firmeza, a sua opinião de que, no caso presente, só ha questão d'um assunto que deve ser liquidado entre Austria-Hungria e Servia, e que as grandes Potencias devem seriamente procurar que esse assunto fique limitado ás duas immediatamente interessadas. O governo imperial deseja com urgencia a localisação do conflito, porque *a intervenção de alguma outra Potencia seria seguida de consequencias incalculaveis, devido aos compromissos dos distintos tratados*».

Conclue-se, logica e restritivamente, que Allemanha estava, neste mesmo dia 24 de Julho, em sentir perfeitamente igual com Inglaterra, de que a liquidação do conflito devia ficar limitada aos dois paizes, com o fim de se evitar a guerra geral. Deve acrescentar-se que o final da nota alemã mostra, com toda a clareza, a impossibilidade de se evitar a conflagração, desde que uma outra extranha Potencia se envolva no conflito.

Se, pois, a Inglaterra, o governo inglez, o Sr. Grey, falavam sinceramente, e o chanceler britanico queria

evitar a guerra europea, teve na sua mão os meios seguros de o conseguir. Bastava que, naquele momento, significasse a resolução de fazer cauza commum com a Allemanha, como resultava das respetivas declarações.

A Russia, — provou-o a seguir — por maior que fosse o seu desejo e o seu interesse por cair sobre a Austria ao lado da Servia, teria que encolher as garras. A França, por mais vivo que fosse o seu odio e o seu desejo de vingar-se, não obstante os seus compromissos com Russia, aconselharia a sua aliada a esperarem juntas melhor ocasião, e a que se limitasse, por agora, a obter para a Servia a melhor situação. E, neste sentido, a Inglaterra teria um simpatico e decisivo papel, sendo que, — como se viu, no decurso das negociações, — podia contar com Allemanha e com a propria Austria para o representar. Sabe-se que, como prova do desejo das duas potencias aliadas em limitar o conflito e evitar a conflagração, a Austria, indusida por Allemanha, fez a declaração de que não atentaria contra a soberania da Servia, nem lhe tomaria parte alguma do seu territorio.

Allemanha foi, até o momento da rotura, sinceramente coerente. Foi-o Inglaterra? ou, melhor, foi-o o Sr. Grey? E' o que iremos vendo, sempre com factos, apreciados com logica e serenidade.

O governo austro-hungaro deu ás Potencias e nomeadamente á Inglaterra, por intermedio do Sr. Grey, todas e até excessivas seguridades de que o seu fim era, exclusivamente, sufocar em Servia o movimento revolucionario que atentava contra a segurança, poder e até autonomia do Imperio.

Em nota de 25 de Julho, o Sr. Grey fez saber aos seus representantes em Paris e em S. Petersburgo

que o embaixador da Austria lhe fôra dizer que a nota austriaca não era um *ultimatum*, mas uma *démarche* com limitação de tempo, e que, caso as reclamações não fossem atendidas, o governo austro-hungaro romperia com Servia as relações diplomaticas, e começaria *preparativos* militares e não *operações* militares. O Sr. Grey acha que estas declarações suavizam a situação.

Parece que, ainda nesta data, 25 de Julho, o Sr. Grey estava disposto a evitar a guerra europea, e, indiscutivelmente, o teria conseguido, se o tivesse querido, desejado; se não tivesse mudado de opinião; se, por baixo destas apparencias doces e pacificas, não estivesse já resolvida e concertada a guerra á Allemanha. Com as garantias dadas pela Austria e com a firme declaração da Allemanha, a Russia e a França, alem de não terem motivo para romperem as hostilidades, assumiriam a responsabilidade da guerra, responsabilidade de que Inglaterra devia ser a primeira a pedir-lhes contas, se, realmente, procedia com lisura e sinceridade.

*

Mas já nesse dia 25, dia atarefado, de intenso labor para o Sr. Grey e para todas as chancelarias envolvidas nas negociações, a sinceridade das primeiras declarações do chanceler britânico sofre um duro golpe, que traz uma dura decepção aos que tivessem acreditado n'ella. Os seus actos já nesse dia revelam o que havia de real nas suas intenções.

Apontemos factos. De Paris, comunicam ao Sr. Grey (doc. n.º 16) que — «rebentaria a revolução em Servia, se esta aceitasse, no todo, as reclamações de Austria». Foi o ministro interino dos Negocios Extranheiros de França quem fez esta declaração ao repre-

sentante do Sr. Grey em Paris. Parece que o chanceler britânico se assustou.

De S. Petersburgo chegaram-lhe, no mesmo dia, notícias de alto relevo. O ministro dos Negocios Extranjeros russo falava de cadeira quanto a Servia e como em seu nome. Que não podia aceitar as reclamações politicas que se lhe exigiam. Que estava informado que a resolução do governo da Servia, apenas fosse atacada por Austria, seria abandonar Belgrado, com suas forças, para o interior, e apelar para as Potencias para que a ajudassem. E o ministro inglez era desta opinião; desejava ver a questão posta sobre uma base internacional. Também era sua opinião que Servia podia propor a arbitragem. Que, — e isto tem importancia, vindo da Russia — se Inglaterra estivesse firmemente com França e Russia, não haveria nenhuma guerra. Se não, se Inglaterra, n'aquelle momento, faltasse com o seu apoio ás duas nações, correriam rios de sangue, e mais tarde Inglaterra seria obrigada a entrar na luta. Deve confessar-se que, no tocante a profecias, o ministro dos Extranjeros russo levava a palma a M.^{mo} de Thebes!

Debalde o representante do Sr. Grey lhe significou que lhe parecia que era melhor que Inglaterra servisse de mediador amigo em Berlim e Viena; e que, caso os seus conselhos fossem desatendidos, compareceria, então, com mais força, como aliada, do que se se declarasse aliada desde já. O ministro respondeu, — naturalmente com ares de contristado despeito, — «que, infelizmente, Allemanha estava convencida de que podia contar com a neutralidade da Inglaterra». E, cortando cerce contra todos os conselhos de moderação do representante de Inglaterra, arrematou, com mavortica enfase, — «que Russia não podia permitir que

Austria destroçasse a Servia e *chegasse a ser a potencia predominante nos Balkans*, e que, sentindo-se segura do apoio de França, faria frente a todos os riscos da guerra». Eis um extrato fiel do documento 17, como o leitor pode comprovar. O Sr. Grey, em resposta do mesmo dia (doc. n.º 24), louva o seu representante em S. Petersburgo, pela sua attitude na conferencia com o chanceler russo, e acrescenta:— «Considero que a opinião publica aqui não sancionaria nem devia sancionar a nossa ida á guerra *sobre uma pendencia servia*. Não obstante, se a guerra tem lugar, outras questões nos podem fazer intervir, e estou, por conseguinte, desejoso de o impedir».

E, a seguir, indica o meio:— «O expontaneo, brusco e perentorio carater dos austriacos tornará quasi inevitavel que, n'um muito curto lapso de tempo, Russia e Austria se tenham mobilisado simultaneamente. Neste caso a unica fórmula de paz, na minha opinião, é *unirem-se as outras quatro Potencias e manifestarem aos governos russo e austriaco que não atravessem a fronteira, e deem tempo a que, por ação combinada em Viena e S. Petersburgo, se tratem e regularisem os assuntos. Se Allemanha quer aceitar este ponto, França e nós trabalhariamos com gosto nesse sentido*. Não duvido que Italia prestaria a sua cooperação com alegria».

Paremos um pouco sobre os documentos, para reflexionar, fria e desapaixonadamente, sobre o que d'elles sacámos.

Se o Sr. Grey tinha empenho, desejo que fosse, de evitar a guerra, todo o seu esforço deveria ter sido em evitar a mobilisação da Russia contra Austria. Dar este acto como possivel, como iminente, o mesmo é que ter

como inevitavel a intervenção da Allemanha a favor da Austria, a não ser que o Sr. Grey tivesse a pretensão de obrigar a Allemanha a engulir a sua declaração ás Potencias no dia anterior! Como se comprehende que o Sr. Grey admita, tome como base das suas negociações a intervenção da Russia no conflito, e pretenda obrigar a Allemanha a admitil-o tambem, quando a Allemanha tinha declarado que considerava essa intervenção *casus belli* para ella?!

E' assim, Sr. Asquith, que um governo faz tudo que pode para evitar a guerra?

No estado em que se encontravam as coisas no dia 24, depois da nota e declarações da Austria, depois da nota da Allemanha, a Inglaterra teve na sua mão os meios de evitar a guerra, de acordo com as suas declarações do mesmo dia 24. Era colocar-se abertamente entre a Russia e a Allemanha, e compelir aquella a que se abstivesse de intervir. Recusava-se Russia a aceder ao prudente conselho de Inglaterra? O mais provavel, o que temos por seguro é que não se iria aventurar, mesmo contando com a França, a uma luta desvantajosa. Os factos têm-se encarregado de provar que, mesmo com o concurso da Inglaterra e de tudo e tanto que se tem arrebanhado contra os dois imperios, não tem chegado para os reduzir tamanho poder.

O que é fora de duvida é que o Sr. Grey mudou de parecer na noite de 24 para 25 de Julho. Tendo manifestado a opinião de que o conflito da Austria com a Servia lhe não interessava, e que todo o seu esforço seria evitar a generalisação d'esse conflito contra a paz da Europa, no dia seguinte admite já a generalisação da pendencia pela intervenção da Russia, e procura a solução pacifica numa hipotese irrealisavel, porque equivalia á retratação da Allemanha. Isto nos

autorisa a concluir que foi a declaração da Allemanha quem produziu a mudança de opinião do Sr. Grey. Elle bem sabia que Allemanha não voltaria atraz e que a guerra seria inevitavel. Não procurou evital-a; promoveu-a. Viu Allemanha presa a uma declaração categorica, e forçou-a a cumpril-a, em vez de evitar que ella tivesse de se tornar efetiva.

Que queria o Sr. Grey conseguir com a sua solução ou proposta de 25 de Julho? Que Allemanha consentisse, cruzasse os braços ante a mobilisação da Russia contra Austria, que era tambem contra ella, e ante a mobilisação da França, a titulo de aliada da Russia, e que contra ella era tambem?

Isto é, manifestamente, uma quimera, um *truc*, e, dizendo melhor, uma perfidia, em que, seguramente, Allemanha se não podia arriscar. Perdia a sua força moral, recuando perante uma declaração categorica, perdia tempo deixando concentrar nas suas fronteiras as forças dos seus antigos e irreconciliaveis inimigos. Mas queremos conceder ao Sr. Grey esta quimera, o exito desta perfidia. Reuniam-se as Potencias, entrando a Allemanha, para resolver o quê? Não o conflito de Austria com Servia, que o Sr. Grey havia posto de parte, mas o conflito de Russia com Austria, que o Sr. Grey aceitou e a que deu foros por sua conta!

E o que podia sair da conferencia? Resolviam-se que Servia dêsse a Austria todas as explicações e reparações que esta pedia na sua nota? A Russia revoltava-se, a França seguia com ella, e a guerra europea estava acesa, com as desvantagens para Allemanha que já apontámos. Resolviam-se que Austria restringisse as suas reclamações á Servia? Austria, que, desde o principio, procedera isolada, sem previa communicação

ás Potencias, a Austria que, ao dar conhecimento da sua nota, collocára a questão n'um terreno irreductivel, não se conformaria, marchando para a guérra com o apoio da Allemanha. A solução proposta pelo Sr. Grey, seja qual fôr o lado por onde se veja, é sempre um desafio á guerra, e não um meio de a evitar.

*

Os factos vieram logo confirmar que o Sr. Grey, longe de fazer tudo que era possivel para evitar a guerra, procurava tornal-a inevitavel. Em nota ao seu representante em S. Petersburgo, de 27 de Julho (doc. 47), dizia-lhe o Sr. Grey que procurasse dissipar a impressão de que Inglaterra ficaria neutral, se o conflito se generalisasse. Que o embaixador russo em Londres lhe fôra dizer que nas esferas alemãs e austriacas se tinha a impressão de que Inglaterra ficaria afastada da luta. O referido embaixador deplorava o efeito de tal impressão.

Ora, franca e lealmente, Sr. Asquith, qual seria o motivo porque o embaixador russo deplorava esse boato da neutralidade da Inglaterra, senão que essa neutralidade roubava á Russia e á França um concurso que tinham, por necessario para se aventurarem á guerra? Pois então, a resposta que devia dar o Sr. Grey ao embaixador russo, a que devia communicar aos seus representantes em Paris e S. Petersburgo, se o seu fim fosse, na realidade, evitar a guerra, seria que, em vez de deplorar esses boatos, estimava o seu efeito, que era a paz.

Porque, se Allemanha, como depois e sempre os aliados procuram insinuar, é que queria a guerra, não era sincera, não cumpria a declaração que fizera, e

provocava o conflito europeu contra esta attitude correcta da Inglaterra que o procurava limitar, o mundo inteiro teria o direito de se revoltar contra a perfidia e deslealdade da Allemanha, e o seu poder teria de quebrar-se contra a indestrutivel muralha da força moral.

Mas não; o Sr. Grey tambem deplorava o effeito que a neutralidade da Inglaterra podia produzir, e não só deu logo ao embaixador da Russia todas as seguranças de que taes impressões eram infundadas, como accorreu, pelo telegrafo, a ordenar ao seu representante em S. Petersburgo que eguaes seguranças dêsse lá, com as seguintes memoraveis palavras: — «Essas impressões devem, como indiquei, ser dissipadas, pelas ordens que démos á nossa primeira esquadra, que está concentrada por casualidade em Portland, de não se dispersar depois das manobras».

Em 27 de Julho sabia-se, em S. Petersburgo e certamente em Paris, que se podia contar com Inglaterra no caso que a conflagração se dêsse. Mais, desde esse dia que Inglaterra mobilisava!

E' assim, Sr. Asquith, que Inglaterra fazia tudo que podia fazer qualquer governo em favor da paz?!

*

Quem passa em revista e comparação os documentos do Livro Branco inglez, insuspeitos seguramente, verifica que a attitude da Russia se vai modificando, desde desconfiada e timida até audaz e arrogante, segundo a attitude da Inglaterra.

Chegou a acreditar na neutralidade d'esta, e mostrava-se penalizada por isso (doc. 17), insistindo, até obter a segurança do apoio inglez (doc. 47). E, nestes

poucos dias das negociações, a sua attitude variou, desde concordar que Servia devia satisfações a Austria (doc. 17), até aconselhar Servia a transigir (doc. 26); até desejar resolver o conflito austro-servio por conversação directa entre Russia e Austria (doc. 45); até ser reconciliatoria e optimista, prometendo toda a sua influencia em Belgrado, para que Servia cedesse o mais possivel, desde que Austria garantisse a integridade e soberania daquelle reino, de sorte que não chegasse a ser vassallo de Austria (doc. 55); até a sua attitude guerreira (doc. 70).

Esquece a sua precedente timidez e compromissos, declarando, altiva e intransigente que — «se Servia, fosse atacada, Russia não ficaria satisfeita com promessa nenhuma de Austria, e que a ordem de mobilisação seria dada no dia em que Austria transpusesse a fronteira servia (doc. 72).

Por seu lado, Allemanha, não renunciando nunca á sua declaração de que acompanharia Austria, desde que outra Potencia entrasse no conflito, redobra em Londres e em S. Petersburgo os seus esforços pela paz. Em Londres, renovando o seu pedido para que Allemanha e Inglaterra atuassem juntas para a paz, como tinham feito na ultima crise europea (doc. 71). Garantia o chanceler que Allemanha empregava todos os esforços em S. Petersburgo e em Viena para que esses dois governos se entendessem directamente; que, porém, acabava de ser informado, 28 de Julho, de que Russia tinha mobilisado quatorze corpos de exercito, o que agravava a situação para Austria e para a mesma Allemanha. Terminava o chanceler por estas palavras ao representante do Sr. Grey em Berlim (doc. citado): — «E' preciso evitar a guerra entre as grandes Potencias».

No dia 29, o chanceler alemão chama novamente o representante de Inglaterra em Berlim, para lhe fazer a confidencia dos seus esforços em Viena, pedir-lhe que o fizesse saber ao Sr. Grey, como prova da sua confiança nos desejos d'este em bem da paz, mostrando vontade de que o Sr. Grey — «demonstrasse que fazia leal e sinceramente todo o possivel n'esse sentido, sem outro objeto que impedir o perigo de complicações europeas (doc. 75)».

Deve concluir-se que a sinceridade de Allemanha estava desconfiada de que não era correspondida por Inglaterra. Allemanha dava conselhos pacificos e conciliatorios a Austria; mas Inglaterra, ou não os dava á Russia e á França, ou lh'os dava em sentido bem diverso. De facto, no mesmo dia 29 (doc. 76), o Secretario de Estado em Berlim dizia ao representante de Inglaterra que — «estava muito sentido com os rumores de mobilisação na Russia, e *de certas medidas militares, que não especificava, que se tomavam em França*».

E quer o leitor ver a consideração que o Sr. Grey dava a estas declarações, pedido e desconfiança mesmo, da Allemanha? Chega a parecer troça! Em telegrama minusculo ao seu representante, no mesmo dia, (doc. 77), — «aprecia muito as palavras do chanceler, que confie este em que Inglaterra continuará a esforçar-se pela paz, e remata: — «se elle — o chanceler alemão — póde persuadir a Austria a satisfazer a Russia, e a abster-se de ir até chocar-se com ella, todos significaremos nossa profunda gratidão a S. Excelencia, por haver salvado a paz da Eúropa».

Não chega a parecer troça?! Se Allemanha conseguisse de Austria, no dia 29 de Julho, que esta sua aliada se sujeitasse ao que queria Russia, que era

dar-se por satisfeita com a resposta da Servia, não atacar esta, nem dar importancia á mobilisação russa, de facto a paz europea estava conseguida! E o que ficava para Inglaterra, para quem, na opinião do Sr. Asquith, havia feito tudo que era possivel para essa paz? Ah! sim! Ficava o prazer de fazer cõro com *todos* no aplauso ao chanceler alemão!

O que ao Sr. Grey não preocupava, o que não procurou evitar, o que todo o mundo pensa que não evitou porque não quíz, ou, melhor, porque lhe não convinha, foi a mobilisação russa e franceza, já conhecidas de Allemanha n'aquelle dia, o que era uma manifesta provocação, obrigava a immediata mobilisação alemã, e a consequente conflagração europea. Isso podia o Sr. Grey fazer pela paz da Europa, e não o fez. O Sr. Asquith bem o sabe, mas foi dizer o contrario, no parlamento e nos comícios, onde tem falado!

*

Declarada a guerra á Servia, mobilizando Russia contra Austria e Allemanha, mobilizando França, a Allemanha procurou conseguir a neutralidade da Inglaterra. Deu-lhe a garantia de que não atentaria contra a integridade de França, mesmo que saísse vencedora. Quanto á garantia da neutralidade da Hollanda e da Belgica, fazia depender a sua ação da que tivessem com esses paizes os outros paizes beligerantes (doc. 85). Esta declaração está perfeitamente de acordo com a declaração de Bismark em 1870. O Sr. Grey repele todas as propostas e garantias que lhe vêm da Allemanha, e faz saber ao representante desta nação em Londres que não deve haver equívocos nem illusões quanto ao significado das relações amistosas em que

Inglaterra e Allemanha se tem mantido para a negociação da paz. Uma vez declarada a guerra, a Inglaterra fica em liberdade para tomar a posição que convem aos seus interesses e compromissos (doc. 87, 88 e 89). A proposta da Allemanha foi pelo Sr. Grey qualificada uma infamia para Inglaterra, se a aceitasse (doc. 101). Entretanto não é uma infamia, antes é um galardão de gloria para Inglaterra, andar amistosamente com Allemanha a manifestar a sua imparcialidade, a repetir e a apregoar todos os dias que a Inglaterra não tinha compromissos com ninguem, e rematar, no dia 31, declarando á Allemanha que: — «se França fosse envolvida, a Inglaterra o seria tambem». (doc. 111).

E aqui está como o Sr. Grey fez todos os esforços para a paz da Europa, entrando nas negociações preso a um compromisso com França, que só manifesta no ultimo momento, quando todos os paizes, incluindo Inglaterra, têm feito ou estão fazendo as suas mobilizações! E' preciso ver as coisas como ellas são na realidade, despindo-as de toda essa roupagem que as esconde e falsifica. A Allemanha, logo no começo do conflito, fez a sua clara e perentoria declaração — que achava que Servia devia a Austria reparações; que o conflito devia ser entre essas nações; que, caso outra qualquer interviesse n'elle, as suas relações com Austria a obrigavam a intervir em seu favor.

Desde este momento, todo o trabalho para conseguir a paz europea, tinha de ser no sentido de obter de Austria uma conduta quanto possivel conciliatoria, de forma a evitar a intervenção da Russia. Allemanha empregou para isso todos os seus meios.

Ainda no dia 30, o representante do Sr. Grey em Viena lhe diz que — «o embaixador francez tinha rece-

bido noticias de Berlim, segundo as quaes o embaixador alemão em Viena tinha ordem de aconselhar *seriamente* ao governo austro-hungaro que não procedesse de forma susceptivel de provocar uma guerra europea» (doc. 95). Estas e outras provas dos bons desejos e officios de Allemanha pela paz encontram-se nos documentos de origem ingleza, que estamos analisando. O que não encontramos n'elles, por mais que os remiremos, é uma prova, sequer uma referencia aos desejos, aos esforços do Sr. Grey em S. Petersburgo e em Paris, que tenham em vista atenuar os impetos belicosos da Russia, condição imprescindivel para evitar a guerra. Vemos sim os constantes esforços do Sr. Grey para, directamente em Viena e por meio de Berlim, advogar os interesses e pretensões da Servia e da Russia, contra a Austria e a Allemanha. O Sr. Asquith vem então dizer-nos que o Sr. Grey fizera tudo para obter a paz! Tudo fez, na verdade, para humilhàr a Austria e provocar a Allemanha.

E' tão sincera e chega a ser tão mal apreciada a conduta da Allemanha em favor da paz, que os seus proprios adversarios a confundem com medo! Em 25 de Julho, o ministro dos Negocios Extranjeiros da Russia garantia ao representante de Inglaterra em S. Petersburgo que: — «estava certo de que Allemanha não queria a guerra, e que a sua attitude dependia da de Inglaterra; que, se esta se collocasse firmemente ao lado de França e Russia, nenhuma guerra haveria». (doc. 17).

Em 3o do mesmo mez, informava o representante de Inglaterra em Paris ao Sr. Grey que: — «O presidente da Republica está convencido de que a paz entre as Potencias está nas mãos da Grã Bretanha. Se o governo de S. M. annunciasse que Inglaterra viria em

auxilio de França, na eventualidade d'um conflito entre França e Allemanha, — como resultado do presente conflito entre Austria e Servia, — não haveria guerra, pois que Allemanha modificaria logo a sua attitude». (doc. 99).

Pelo visto, a Inglaterra era o papão, e parece que o Sr. Grey sentiu subir-lhe á cabeça esse papel, e quem sabe se se chegou a convencer do que lhe diziam de S. Petersburgo e de Paris! Os factos em breve se encarregaram de mostrar a todos os aliados que a sinceridade da Allemanha e os seus vivos desejos e esforços pela paz, não significavam nem encobriam o medo da guerra, nem podiam sacrificar o seu brio comprometido em defender a sua aliada e fazer boa a declaração publicada, ainda quando o papão, regulando a sua conduta por bem diversos principios e fins, a ameaçasse com a sua beligerancia. A Russia, arrogante, mobilisou contra ella; a França seguiu-a. A Allemanha intimou-as a suspender a mobilisação, com praso curto á resposta. Passado esse praso, declarou-lhes a guerra, sabendo que Inglaterra ia com a França (doc. 111).

Temos já adquirido o direito de dizer ao Sr. Asquith que as suas declarações não estão de acordo com os documentos fornecidos pela Inglaterra: — nem esta foi á guerra por algum dos dois primeiros motivos indicados pelo primeiro ministro da Inglaterra, nem o governo fez tudo o que podia em favor da paz.

*

Houve um momento em que o Sr. Grey se viu perdido, com a falta de motivo, aparentemente satisfatorio, para declarar a guerra á Allemanha. Foi no dia

4, quando ainda corriam as negociações entre Alemanha e Belgica, e o Sr. Grey ardia em Londres no receio de que este paiz fizesse como o Luxemburgo e deixasse passar o exercito alemão. Estava tudo perdido! E o que fez? Passe o leitor pelos olhos o doc. 155 e conclua. Toda a preocupação receiosa do Sr. Grey era que a Belgica cedesse, e por isso lhe mandava dizer pelo seu representante em Bruxellas: — «o governo de S. M. espera que resistirá por todos os meios em seu poder». Logo o governo de S. M., ou o Sr. Grey por elle, era interessado em que Belgica mantivesse a sua neutralidade; não queria, não lhe convinha que a deixasse violar. E, para dar coragem ao seu aliado, prometia-lhe poderoso auxilio; nada menos que uma liga de forças inglezas, russas e francezas, para, unidas ás belgas, «resistir ao emprego de força feito por Allemanha».

Quando uma pessoa mansa, pacifica e honrada, tem com outra o compromisso de a ajudar na sua luta com uma terceira, corre ao chamado d'essa outra, desde que o conflito está aberto. Mas o seu desejo, o seu interesse seria que o conflito se não abrisse, para que a sua intervenção se evitasse. Se, em vez de procurar evitar o conflito, incita a elle, a pessoa pode ser mansa, pacifica e honrada, se a logica do Sr. Asquith a tanto nos quer forçar, mas com a condição de nos conceder que o interesse no conflito passa para essa pessoa, que viu o seu beneficio por cima do muro da sua mansidão, da sua paz e da sua honradez. Esta tem sido a logica e a etica cá pela Europa continental.

Para complemento do apreço das afirmações do sr. Asquith, é preciso juntar ao que sae dos documentos do Livro Branco publicado por Inglaterra, o que o Sr. Edward Grey disse ao parlamento, no dia 3 de Agosto,

vespera da sua declaração de guerra á Allemanha, e o que o Sr. David Lloyd George foi dizer no Queen's Hall de Londres, mais de um mez depois dessa declaração. Vamos fazê-lo, e o leitor verá a que ficam reduzidas as taes afirmações. O leitor verá qual o verdadeiro motivo, pelo qual a Inglaterra foi a guerra, depois de ter atirado para a guerra com os seus aliados.

CAPITULO VI

A atitude da Inglaterra no atual conflito

Um discurso de Sir Edward Grey

O discurso de Sir Edward Grey, na Camara dos Communs, em 3 de Agosto, vespera da declaração de guerra da Inglaterra á Allemanha, tem fartas malhas em que se apanha a perfidia e a deslealdade da sua conduta politica, e se lhe tem de carregar com a maior parte da responsabilidade na presente conflagração.

Sem sair d'esse discurso, das suas palavras e argumentos, averigua-se que, pelo menos desde 1906, Sir Grey, sem audiencia da opinião publica da Inglaterra, pela qual tem sempre mostrado um manifesto desdem, mas por si só, sem a mesma corresponsabilidade do gabinete de que fazia parte, estabeleceu com a França um entendimento e acordo, estudada combinação de forças para a luta com a Allemanha.

Confessa que na crise marroquina d'aquella data, que terminou pela conferencia de Algeciras, declarára aos embaixadores francez e alemão que, se a França

se visse forçada á guerra n'essa crise, a opinião publica ingleza se pronunciaria, a seu juizo, pela ajuda material á França. Mas não diz quando, nem como consultou a opinião, em nome de quem fez tão solene e responsavel ameaça.

Que por essa ocasião alguém lhe dissera: (não declina a pessoa ou entidade, mas deve ter sido a França ou quem a representasse). — «Se o senhor julga possivel que a opinião publica da Grã Bretanha possa, no caso de ocorrer crise, justificar que o senhor dêse á França auxilio de força armada, auxilio que não pode assegurar de antemão, não poderá o senhor prestar esse auxilio, chegado o momento, sem que tenha havido inteligencias entre os tecnicos navaes e militares». O senhor Grey *reconheceu* força n'essa observação e *autorizou* essas inteligencias.

Está portanto confessado que a Inglaterra, clandestinamente, só pela vontade do seu ministro chanceler, se concertou militarmente com a França para a hypothese d'uma guerra contra a Allemanha, desde 1906.

E com tal ancia e tamanha prepotencia praticou o senhor Grey acto de tanta responsabilidade e magnitude, que, não só passou por cima da opinião publica, não ouvindo o parlamento, como dispensou a sanção do proprio gabinete! Confessa-o! Que se estavam fazendo eleições geraes; que os ministros andavam por fóra, pelos seus distritos eleitoraes, e, pelo visto, o assunto era de tal urgencia, que se não pode esperar, alguns dias, uma ou duas semanas, que se fizessem as eleições!

E, porque havia tanta urgencia?

Sir Edward Grey não indica senão esta: — «Era preciso dar uma resposta».

Parece natural que se dêse a resposta natural: —

estam-se fazendo eleições; é preciso esperar que voltem a Londres e se reunam em conselho os ministros que andam por fóra. Pois não; o senhor Grey preferiu assumir toda a responsabilidade dum acto tão grave, em que envolvia toda a nação ingleza, e respondeu só por si e afirmativamente.

Isto é; Sir Edward Grey confessa que consultou tres membros do gabinete — Sir Henry Campbell Bannerman, ao tempo presidente do conselho de ministros, Lord Haldane, então ministro da guerra, e o actual presidente do conselho, o Senhor Asquith, que era o ministro da fazenda.

Não será contrariado nesta afirmação o senhor Grey, mesmo que não fosse verdadeira, porque os dois primeiros não falam e o terceiro é bom camarada.

Pois -- facto singular! — em 1906, quando isto se passava, parece que ainda não havia telefone nem telegrafo que ligasse Londres com os distritos eleitoraes e terras onde os ministros se encontravam!

O gabinete foi informado mais tarde, quando o acordo já estava confirmado e tinha produzido efeitos. O Sr. Grey não diz quando e nós não adivinhamos. Ve-se, porem, que lhe achou asperezas e complicações, porque lhe exigiu aclarações, resolvendo que se estabelecesse em *documento escrito* que semelhantes intelligencias entre os tecnicos das duas nações não obrigavam os seus governos a intervir militarmente.

Consta da carta lida á Camara por Sir Edward Grey, com a data de 22 de Novembro de 1912, por ocasião do conflito de Agadir. A Camara e a nação ingleza é que não tiveram conhecimento do successo, senão na vespera do dia em que as intelligencias começaram a servir, pela declaração de guerra da Inglaterra á Allemanha!

*

De eguaes inteligencias, na mesma occasião, 1906, feitas entre a Inglaterra e Belgica, não deu o senhor Grey conhecimento á Camara. Claro que não convinha, para se não perder o efeito da razão escolhida para *casus belli* — a violação da neutralidade da Belgica, *casus honoris* para a filantropica politica da Inglaterra nas mãos do senhor Grey.

A Allemanha havia-o afirmado, dizendo-se bem informada, e o governo inglez respondeu-lhe, arrogantemente, que era falso. O publico está sacientemente informado de que a Allemanha dizia a verdade. O exercito belga, fugindo de Bruxellas, não teve tempo de esconder e levar todos os documentos do arquivo do seu Estado Maior, e deixou em mãos dos alemães uma caderneta que tem na capa o sugestivo titulo — «Intervenção ingleza em Belgica», e dentro, entre outros, os seguintes documentos :

a) Informe dirigido ao ministro da guerra belga, com a data de 10 de Agosto de 1906, acerca do resultado de relações detalhadas que tiveram logar entre o chefe de Estado Maior e o agregado militar inglez em Bruxellas, tenente coronel Barnar Diston.

Consta d'esse documento que o plano d'uma intervenção ingleza em Belgica é de origem ingleza e foi aprovado pelo chefe de Estado Maior britanico general Gierson. Esse plano especifica a força, composição e pontos de desembarque de um corpo expedicionario de 100.000 homens, que a Inglaterra teria que mandar; mostra as medidas que deviam ser tomadas pelo Estado Maior belga, para o transporte, alojamento e provisões das forças inglezas, com detalhes sobre

interpretes belgas, policia etc. Os pontos de desembarque apontados são — Dunquerque, Calais e Bologne.

Não esqueça o leitor a frisante circumstancia de que estes tres portos são francezes !... Como lhe chamamos a atenção para uma nota posta neste documento pelo adido militar inglez, de que «n'aquelle momento não se podia contar com a ajuda da Hollanda». Outra nota diz que o adido militar inglez propõe a organisação dum amplo serviço de espionagem na provincia alemã do Rheno.

b) Um segundo documento é um mapa da concentração militar franceza, que, colocado na mesma pasta e sob a epigraphe apontada, não deixa sombra de duvidas de que no acordo entrava a França.

c) Um terceiro documento, d'uma revelação mere-diana, é uma informação do Barão Greindl, ministro belga em Berlim, dirigida ao ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica, com a data de 23 de Dezembro de 1911. Refere-se o Barão Greindl aos planos elaborados pelo Estado Maior belga para a defeza da fronteira belga-alemã, em caso de guerra franco-alemã, e chama a atenção do ministro para a violação da neutralidade belga pela França, dizendo, a este proposito, textualmente: «O perigo d'um ataque francez não ameaça somente o sul pelo lado do Luxemburgo, mas toda a fronteira commum. Esta afirmação não é somente uma suposição, mas é baseada em acordo da *Entente*».

O ministro belga em Berlim pensa que Inglaterra e França são protetores duvidosos da Belgica, e que as indicações de Barnar Diston em respeito ás fortificações de Flesinga são tão perfidas como ingenuas. Pede, por isso, uma elaboração de planos de batalha para o caso da invasão belga por Inglaterra e França, n'uma guerra

com a Allemanha, cuja ameaça e premeditação são indubitaveis.

*

A publicação d'estes documentos desconcertou o Sr. Grey! Bem claramente se vê pelo telegrama que expediu ao seu embaixador em Madrid, com o proposito de atenuar o efeito moral da publicação ahi feita pela embaixada alemã.

Com uma coragem que roça pelo cynismo, o Sr. Grey afirma que a Alemanha calunia, porque accordo anglo-belga não existiu!

Mas vai dizendo: — «Em vista da solene garantia oferecida pela Grã Bretanha para proteger a neutralidade da Belgica contra toda a violação de qualquer parte, é possivel que tenham tido lugar *discussões academicas*, por mediação do Coronel Barnar Diston, entre o general Gierson e as autoridades militares belgas, com respeito ao auxilio que o exercito britanico poderia oferecer á Belgica, se essa neutralidade fosse violada por uma nação visinha; é possivel que existam nos arquivos de Bruxellas algumas notas referentes a este assunto.»

Por um lado, pretende justificar as *inteligencias* entre os tecnicos militares inglezes e belgas com a ficção da solene garantia que a Grã Bretanha tinha oferecido para a defeza da neutralidade belga; por outro, chama a essas *inteligencias discussões academicas*, com o fim de lhes cassar importancia! Não será isto uma perfidia? E não será uma ofensa ao bom senso? E não será a contradição palmar com o que o Sr. Grey disse no seu discurso, para justificar as *inteligencias anglo-francezas*, que, por si, autorisou?

Se acolá consentiu, porque lhe disseram e elle reco-

nheceu força na observação de que o auxilio militar não pode prestar-se sem previo entendimento dos technicos, porque desmerece as inteligencias anglo-belgas, rebaixando-as para *discussões academicas*? Palmar contradicção!

Concretisa-se o auxilio, no efectivo da força, nos logares por onde hade ir, no destino que se lhe hade dar; indicam-se esforços até aquella data improduttivos para chamar a Hollanda ao abraço, aconselha-se a espionagem, no territorio adjacente alemão, e a tudo isto se qualifica de *discussões academicas*! Não é uma ofensa ao bom senso?

Afirma-se que a Inglaterra defenderia a neutralidade belga contra toda a violação, portanto franceza, como alemã, e citam-se portos francezes — Dunquerque, Calais, Bologne—onde o reforço inglez tinha que desembarcar! Não é isto uma perfidia?

E deixam-se sem resposta o segundo e terceiro documento da pasta, n'um dos quaes está o mapa da concentração militar franceza, indicando um computo de forças aliadas contra a Allemanha, e noutro uma preciosa informação de que a *Entente* premeditava invadir a Allemanha atravez da Belgica! Não é isto uma perfidia?

E porque o Sr. Grey, revelando ao parlamento as suas gestões desde 1906, para se concertar com a França contra a Allemanha, escondeu as gestões da mesma data, simultaneas, com a Belgica? Não é outra perfidia?!

E quem hade crer que, em quanto o Sr. Grey concertava com a França uma ação commum contra a Allemanha, concertasse com a Belgica outro accordo que não fosse conducente ao mesmo fim? Outro accordo que podesse ser contra a França, se esta violasse a neutralidade belga? Não é uma ofensa ao bom senso?



Não se salva a conduta politica da Inglaterra, dirigida pelo Sr. Grey, a quem, com supremo arrojo, o Sr. Asquith apresentou ao mundo como o «Pacificador da Europa». Mas tão pouco se salva a candura patriótica da Belgica, que nos anda a seduzir com a nobreza da sua conduta, defendendo até á morte a integridade da sua nação.

Porque não fez ella como o Grão Ducado do Luxemburgo, protestando com hombridade, mas evitando ao seu pequeno povo a certa assolação e ruina, opondo resistencia a um inimigo immensamente superior?

Por ventura a Belgica podia ter a louca pretensão de expulsar e vencer a Allemanha invasora? Logo o dilemma: — ou sacrificou o reino á ruina, que era certa, e fica com toda a responsabilidade de acto de tamanha loucura; ou estava metida no complot manejado por Sir. Edward Grey, e não tem direito a alegar a sua innocencia, nem a carpir os crueis efeitos da sua malograda politica. Não lhe pode aproveitar a ella, como não aproveita ao Sr. Grey, a insinuação de que defenderia a neutralidade contra fosse quem fosse que lh'a violasse. Já está insinuado e hade ser bem esclarecido que a França invadiu a Belgica antes da Allemanha, até antes da declaração de guerra da Allemanha á França.

O facto de nos apontar fortificações egualmente poderosas em todas as fronteiras, para insinuar que por egual se tinha preparado contra a Allemanha, França e até Inglaterra, não procede. Essas fortificações e defezas serviriam de posições estrategicas ao que entrasse e se fixasse no terreno belga. Aos alemães estão prestando otimos serviços. Somente que tiveram de

conquistar essas posições á custa de grandes sacrificios. Estamos autorisados a afirmar que, se a invasão fosse franceza, a occupação dessas posições seria pacifica, e serviriam á maravilha para garantia da offensiva aliada contra a Allemanha. Esta sabia-o bem, e de que o complot era sabido em Berlim dá prova o terceiro documento da pasta, na informação do barão Greindl.

Belgica não pode alegar ignorancia de que o seu complot estava descoberto. Allemanha não deu tempo a que os tres inimigos se unissem, e a Belgica foi esmagada. Queixe-se de si; da sua má politica, imprevisão e ingenua confiança.

*

Voltemos ao discurso do Sr. Grey. Ficou assentado em documento escrito que as intelligencias estrategicas não obrigavam os governos a prestar apoio no caso de guerra. E quer ver o leitor a importancia que o Sr. Grey deu a esta resolução do gabinete de que fazia parte? Quer ver a importancia, o uso e o fruto que o Sr. Grey foi logo sacando destas intelligencias? É este; é o Sr. Grey quem lh'o vai dizer.

Depois e em consequencia destas intelligencias, a esquadra franceza vai para o Mediterraneo e por lá se conserva até o presente. Quem sabe se o Sr. Grey nos quererá persuadir de que esta deslocação da esquadra franceza foi feita sem accordo com a Inglaterra? Quem sabe se a França nos terá preparada a mesma ou parecida, ingenua e innocente, confissão á da Belgica?

Não se está palpando, dum modo material, o complot, feito entre o Sr. Grey e a França, prevendo a guerra de ambas com a Allemanha? A attitude da Italia era ou devia presumir-se de parceria com os seus aliados na triplice. O Mediterraneo seria batido pelas



esquadras austriaca e italiana, e a Inglaterra não podia reforçar aquelle mar com força bastante para manter em respeito aquelles adversarios, sem grande prejuizo do seu *Home*. Uma mão lava a outra.

A França tomava conta da defeza naval do Mediterraneo com a ajuda das esquadras parcelares que a Inglaterra tem por lá, e as costas francezas ficavam defendidas pela grande esquadra do Mar do Norte, contra a tentativa da Allemanha.

Logo as inteligencias frutificaram e amadureceram um plano de ação commum, que vinha executado desde longa data. A mobilisação naval dos dois paizes estava feita contra a Allemanha, oito annos antes da declaração da guerra. A psalmodia da violação da neutralidade belga não adormece senão crianças. A Inglaterra saía á frente da Allemanha, fosse qual fosse o lado por onde Allemanha rompesse a luta; e o Sr. Grey tinha tomado esse compromisso, por cima da carta que leu ao parlamento, por cima d'este, e da opinião publica do seu paiz, que nunca ouviu e que, como succedeu, só foi buscar para cobrir o seu acto aggressivo, quando já não havia possibilidade de recuar.

Estaremos nós inventando hypoteses ou mal interpretando actos? Pois oiçamos o Sr. Grey:

«A esquadra franceza encontra-se atualmente no Mediterraneo e as costas norte e oeste da França estão completamente indefesas».

«Estando a esquadra franceza concentrada no Mediterraneo, a situação é muito diferente do que era n'outro tempo, porque a amisade existente entre os dois paizes ha infundido a segurança de que nada havia que temer da nossa parte».

Isto já é sufficiente prova da sinceridade do Sr. Grey! Então a França abandonava as suas costas de

norte e oeste, se contasse apenas com a segurança de nada temer contra ellas da parte da Inglaterra, na confluencia da guerra da França com a Allemanha?! Como quem diz a expol-as ao bombardeo e invasão da esquadra alemã?! De que nos quer convencer o Sr. Grey? Da ingenuidade da França ou da sua hypocrisia? O Sr. Grey logo nos tira desta transitoria esitação, continuando no seu discurso:

«As costas francezas estão completamente indefesas. A esquadra franceza está no Mediterraneo, e está reconcentrada ali ha alguns annos, em razão do sentimento de confiança e amisade que tem existido entre os dois paizes. O meu sentir é que, se uma esquadra estrangeira (é claro que só da Allemanha se trata), empenhada n'uma guerra não provocada por França, e em que ella não tivesse sido a que acomettesse primeiro, viesse pelo canal inglez e bombardeasse e canhoneasse as costas indefesas de França, não poderíamos nós ficar de lado e presenciar isso diante de nossos olhos, e crusarmos os braços, contemplando-o desapaixonadamente, sem fazer nada. Creio que este mesmo seria o sentir do paiz».

Não fica evidente que, rotas as hostilidades entre Allemanha e França, o Sr. Grey tinha tomado o compromisso de defender as costas norte e oeste francezas da aggressão alemã? que tinha Sir Grey, por si só, confiando que o seu sentir seria o sentir do paiz, estipulado a beligerancia da Inglaterra, em cauza commum contra a Allemanha, independentemente da violação da neutralidade da Belgica?

Para que blasonar então de neutral, de leal, de filantropia, de defeza de direitos alheios, de tratados, de Justiça, de liberdade, de proteção dos fracos e dos oprimidos?!

Demos que o parlamento, que o sentir do paiz discordava do sentir do Sr. Grey e se opunha á guerra, em similhante hypotese? Que terrivel dilemma para o Sr. Grey? Ou a França esmagada entre os fogos alemães de terra e mar sob a exclusiva responsabilidade d'um ministro leviano, ou a ação despotica, prepotente, d'um governo contra o sentir e vontade do paiz, e a exhibição d'um ditador que se andava a recommendar por defensor das liberdades e dos direitos alheios! Merece consideração especial a condição terceira, sempre reservada pelo Sr. Grey, de não ser a guerra provocada por França, de não ser ella quem acomettesse primeiro. Ve-se bem o que anda aqui de ardiloso, de desleal! Tramava-se uma situação simpatica, favoravel, de vitima, atirando, como se tem procurado fazer, para cima da Allemanha, com toda a responsabilidade e odioso d'uma guerra que se sabia tinha de ser tremenda e aniquiladora. E punha-se um freio á impetuosidade sentimental da França, annullando toda a sua iniciativa, collocando-a em sujeição da Inglaterra, que ficou senhora da situação e da escolha do momento.

*

A Allemanha não ignorava a posição que se lhe tinha creado, e provas sobejas deu de que procurava evitar similhante responsabilidade.

Apesar do seu tão combatido e até vituperado militarismo, a Allemanha procurou sempre viver bem, em paz e até amisade, com os que andavam na sombra tramando e conspirando contra a sua crescente prosperidade. E, se isso manda a justiça que se diga da Allemanha, que nunca foi aggressiva, senão quando precisou de o ser para sua defeza, com acrescida razão

tem de se reconhecer esse sentimento no Kaiser, perante a evidencia dos factos do seu acidentado reinado.

Manifesta-o, da maneira mais solene e mais publica, na sua proclamação ao seu povo quando subiu ao trono :

« Chamado ao trono dos meus maiores, assumo a responsabilidade do governo com os olhos postos no Rei dos Reis. Prometo a Deus que, seguindo o exemplo de meus antepassados, serei um principe doce e justo para o meu povo, temeroso do Senhor, que mantere a paz, que concorrerei para a felicidade do paiz, socorrendo os pobres e os oprimidos, e velando pelo respeito da lei ».

Rompe com Bismark, levando-o a demittir-se em 20 de Março de 1890, pelo seu modo de ver todo de paz em opposição ás tendencias guerreiras do grande chanceler. Este vinha sustentando uma violenta campanha contra o socialismo radical, a que se attribuiam as duas tentativas de assassinato contra o primeiro imperador ; o Kaiser entendia que muitas das pretensões dos socialistas deviam ser atendidas. Em 4 de Fevereiro de 1890 annunciava a convocação em Berlim d'uma conferencia internacional, para tratar a questão operaria. A sua politica internacional foi sempre de atração, de amisade. Com Russia e Inglaterra fez gestões directas e pessoaes, que esgotaram a tolerancia e transigencia do chanceler de ferro e determinaram a sua retirada.

A sua *sympatia* pela França, o seu longo e perseverante trabalho de aproximar os dois paizes por laços da mais cordial e fecunda amisade, fórma um capitulo de inapagavel brilho na historia do seu reinado, que essa perfida e vergonhosa campanha de descredito

pessoal, que vem escandalizando os homens serios, não consegue senão engrandecer pelo destaque e contraste.

Em 1891, o Kaiser promoveu uma exposição internacional de Bellas Artes em Berlim e procurou atrair a ella a arte e os artistas francezes.

Tamanha importancia deu ao seu desejo, que encarregou sua Mãe, a Imperatriz Viuva, de ir a Paris fazer o convite. Chegou a produzir-se o movimento favoravel, mas a Liga dos patriotas promoveu taes e tão hostis manifestações, que a Imperatriz, acompanhada da Princeza Margarida, tiveram que fugir de Paris.

Não obstante a indignação que este acto de *refinada cortesia* produziu na Allemanha e a dor que certamente cauzou ao Kaiser, dois annos depois morre MacMahon, e a sua viuva recebe um afetuoso telegrama do *barbaro e desposta* Imperador! Mais um anno passado, Sadi Carnot é assassinado, e o primeiro telegrama de dor que sua viuva recebe é firmado pelo *grande inimigo da França*, Guilherme 2.^o

Dois officiaes francezes são presos e condenados na Allemanha pelo crime de espionagem. O *cruel e vingativo* Kaiser usa para com elles do seu poder moderador, indultando-os, com a seguinte rubrica no respectivo despacho — «Para dar uma prova das suas simpatias á nação franceza afligida», referindo-se ao assassinato de Carnot. Desta vez, Casimiro Perier foi, em pessoa, á embaixada alemã agradecer. O *perverso* Kaiser julga que os odios da França se vão aplacando, e faz-se representar no enterro de Canrobert, em 1895.

N'este mesmo anno, inaugura-se o canal de Kiel, e a França manda lá uma esquadra. O Imperador mostra-se muito satisfeito, e pensa ter vencido a sua talvez mais grata campanha. Em 1896 manda annunciar á França, oficialmente, pelo conde de Munster, que a

Allemanha concorrerá á exposiçãõ de 1900. *Barbaro, selvagem* pagamento á *nobre* conduta da Liga dos patriotas em 1891. Em todos os momentos dolorosos para França, recebeu esta telegramas de sentimento do seu *pavoroso, rancoroso* inimigo: — no incendio do bazar de caridade em 1897, na perda do *Borgogne* n'esse mesmo anno. Em 7 de Julho, ainda desse anno, o *Hohenzollern* e o navio-escola francez *Iphigenie* encontram-se em aguas da Noruega. Ha visitas e festas entusiasmadas, que chegam até a troca de telegramas amistosos entre o Kaiser e o presidente Loubet. Vem a terrivel catastrophe das minas de Courrières, e o malvado Kaiser ordena que sigam para lá, em auxilio de seus confrades, os mineiros de Westphalia, com os seus aparelhos de salvaçãõ. E dá tamanha importancia a este acto, que recebe em seu palacio esses mineiros, no seu regresso, com estas *execrandas* palavras: — «Acabais de mostrar que existe alguma coisa mais alta do que os limites das fronteiras, que une os povos de todas as raças — o amor do proximo. Haveis obedecido ao mandamento do Senhor».

*

Similhante labor incommodava alguẽm, que na possivel cordialidade d'aquelles dois paizes via a sua futura decadencia; alguẽm, que considerava o mundo um feudo seu, e havia de lutar por conserval-o.

O commercio e a industria alemãs cresciam com prodigiosa velocidade, levando os seus productos aos mercados mundiaes, onde abriam uma competencia esmagadora. Desde 1896, que a marinha de guerra alemã começava a tomar vulto, correspondente á sua marinha mercante. No dircurso da coroa de 30 de Novembro

do 1897, o Imperador, com uma clareza e sinceridade inexcusáveis, expõe o plano da organização naval, que produz uma extraordinária sensação nos meios políticos, na imprensa, e vai até a cabeça do povo inglês, que se vê acometido no seu orgulho e poderio. A guerra estava declarada á Allemanha pelo seu mais encarniçado, mais poderoso e tambem mais perfido inimigo.

Eduardo VII fez todo o possivel, pela sua ação pessoal junto do sobrinho, para o dissuadir dos seus planos navaes. Conta-se que, n'uma entrevista em Kiel, os dois imperadores se avistaram, pela manhã, com um abraço cordial e se separaram, na tarde do mesmo dia, sem se despedirem. A luva fora lançada e apanhada.

Era preciso a todo o custo apagar esse fogo de atração entre a Allemanha e a França, e á frente desse movimento collocou-se Delcassé, o atrabiliario chanceler, cuja passagem pelo Quais d'Orsay é uma serie de estocadas á susceptibilidade de nações que nada devem á França.

Em 1905, a Inglaterra consege o seu primeiro e grande triunfo diplomatico: o tratado anglo-franco-espanhol, que dispõe de Marrocos como coisa propria, não é communicado á Allemanha. O Kaiser, percebendo que queriam encerral-o n'um circulo de ferro, levantou então a cabeça, e marchou para a luta, franca, clara, aberta, como a dos lutadores que contam consigo e com a justiça da cauza que defendem. Metteu-se no seu barco, e seguiu para Tanger, em Abril de 1905, onde pronuncia esse notavel discurso da porta aberta, em que proclama o inatacavel principio de que todas as colonias de Marrocos tinham eguaes direitos e haviam de assim ser tratadas, não obstante quaesquer privilegios que algumas nações se arrogassem. Os bancos alemães emprestaram 10 milhões de fran-

cos ao Sultanato, e o Sultão, instigado pejo Kaiser, reclamou que os negocios internacionaes de Marrocos fossem discutidos e resolvidos em conferencia aberta a todas as nações. A Inglaterra, que não tinha as coisas preparadas para o conflito, cedeu, a França seguiu-a, e o Kaiser venceu pacificamente a campanha. Delcassé saiu do governo e a Conferencia de Algeciras estabeleceu o *stato quo* de Marrocos. Agadir é um facto decorrente, em que a firmeza do Kaiser acaba por convencer Inglaterra e França de que a supremacia da Allemanha, cada dia mais consolidada, só por uma conflagração podia ser destruida. Os primeiros alicerces e passos para esta crusada lançam-se e dão-se em 1906, com as inteligencias tecnicas consentidas pelo Sr. Grey. Em 1911 o edificio da conflagração ainda não estava consolidado, e Agadir foi iludido. Tres annos depois, a Inglaterra julgou-se invencivel, e a guerra saltou. Estamos a tempo de ver se o Sr. Grey mediu bem as forças que arrebanhou.

*

A guerra foi declarada pela Inglaterra sob o pretexto da defeza da neutralidade da Belgica.

Mas era esta conduta do Sr. Grey, fazendo cauza e corpo commum com a Belgica, uma questão de honra politica imposta por um tratado que obrigava a Inglaterra a defender a neutralidade d'esse pequeno estado? Porque não fez a Inglaterra do Sr. Grey a mesma questão de honra pela defeza da neutralidade do Luxemburgo, cuja neutralidade a Inglaterra se comprometeu a defender pelo Protocolo de Londres de 11 de Maio de 1867?

Mas era esta conduta do Sr. Grey, fazendo cauza

e corpo commum com a França, uma questão de honra, e de abnegada simpatia e amisade, uma acrisolada sensibilidade altruista que ao coração do Sr. Grey e, no seu conceito, da Inglaterra, não permitia assistir de braços crusados ao bombardeio das costas francezas? Porque crusou os braços e consentiu a Inglaterra que a mesma França fosse esmagada em 1870?

O Sr. Grey, elle proprio, se vai encarregar de responder a estas perguntas, sacando a mascara da hypocrita e fidalga generosidade, filantropia e defeza dos direitos e interesses alheios, e assentando, como base real, bem egoista, bem ingleza, de todo o seu labor, os interesses da Inglaterra.

Agora sim, que nos encontramos todos á vontade, e em terreno onde o Sr. Grey pode contar com farta opinião no seu paiz. Oiçamol-o:

«Porem quero tratar tambem esta questão fóra de todo o sentimento, e no ponto de vista dos interesses britannicos, e é sobre isso que vou basear e justificar o que passo a manifestar á Camara. Se ficassemos quietos nestes momentos, que faria França com a sua esquadra no Mediterraneo? Se a deixa ali, sem nenhuma declaração da nossa parte ácerca da nossa attitude, ficariam as suas costas norte e occidental absolutamente inefesas, á mercê da esquadra alemã, que viria pelo canal abaixo, para fazer o que lhe aprouvesse, n'uma guerra que é de vida ou de morte entre as duas nações; pode tambem succeder que a França, não dizendo nós nada, retire a sua esquadra do Mediterraneo. Ora achando-nos em face d'uma conflagração europea, pode alguém pôr limites ás consequencias que d'ahi podem derivar?

Suponhamos que nós ficamos hoje fóra da conflagração, em attitude neutral, dizendo— não podemos com-

prometer-nos a ajudar nenhum dos beligerantes n'este conflito. Suponhamos, pois, que, em tal hypotese, a esquadra franceza é retirada do Mediterraneo, e que, em consequencia de factos imprevistos, tenhamos de ir á guerra *em defesa de interesses importantissimos da Grã Bretanha*. Suponhamos mais, — *o que é bem possivel* —, que Italia, que agora é neutral, porque, segundo eu entendo, considera que esta é uma guerra aggressiva, com que nada tem a triplice aliança, que é defensiva, forçada por circumstancias e em defeza de seus legitimos interesses, se vê obrigada a entrar na peleja. Qual será então a situação do Mediterraneo?

Quem pode afirmar que nos não podemos achar em momento critico, porque as nossas rôtas commerciaes se tornassem importantissimas para aquele paiz? Então palparíamos o erro de deixarmos sair do Mediterraneo uma frota que, só por si, seria capaz de fazer face a uma combinação de outras frotas no Mediterraneo.

Ora ahi está por que motivo, não francez, não belga, não da liberdade, não da civilisação, não da jura dos tratados, não do mundo, mas dos *interesses importantissimos da Grã Bretanha*, a esquadra franceza foi para e é preciso que fique no Mediterraneo, a defender as rôtas commerciaes da Inglaterra contra outras frotas do mesmo mar; as que são e as que possam ser inimigas da mesma Inglaterra!

Pois fiquem ahi, encerrados na mesquinhez do seu supremo egoismo, assim, de modo tão patente, reconhecido e confessado, e não andem a pregoar honra, generosidade, filantropia, dedicação, que são incapazes de antepor, que nunca, na historia, antepuseram aos seus interesses.

E segue o Sr. Grey:

«Neste apuro e nestas prementes circumstancias, hontem de tarde dei ao embaixador francez a seguinte declaração: — «Estou autorizado a assegurar que, se a frota alemã entrar no canal ou pelo mar do Norte, com o fim de realisar operações hostis contra as costas da França ou seus barcos, a esquadra britanica dará a França quanta protecção possã».

Não está aqui, feita em 2 de Agosto e publicada e annunciada ao mundo em 3 d'esse mez, a declaração de guerra á Allemanha, antes que Allemanha tivesse violado a neutralidade da Belgica?

Não é o senhor Grey o que, publica e oficialmente, se encarregou de mostrar que a guerra em commum estava resolvida e combinada pela *Entente*, contra a *Triplice*, o que, na expressão mais simples e mais real, queria dizer contra a Allemanha?

Note o leitor, de passagem, para aquilatar das normas politicas do Sr. Grey, da Inglaterra que se vangloria de ser o paladino das franquias constitucionaes, da soberania do poder parlamentar, que o parlamento inglez estava aberto no dia 2 de Agosto, quando o Sr. Grey fez ao embaixador da França aquella solene e responsavel declaração!

Que edificante prova de respeito pela opinião e pelo parlamento! Leva-se ao parlamento uma responsabilidade que se confessa não ter valor sem a sua authorisação, horas depois de a ter convertido em facto consumado! O parlamento ficava coacto, porque assumia tremenda responsabilidade se negasse sanção ao acto do ministro.

Entra o Sr. Grey na questão da neutralidade belga, onde elle proprio, por suas palavras, se encarrega de

annular esse pretexto de refinada hypocrisia, volvendo a avolumar os interesses britannicos, unica e verdadeira cauza da rotura com a Allemanha.

Como preliminar, procura indispor a opinião contra aquele paiz, pretendendo esmagal-o sob o peso d'uma odiosa contradição. Que a Allemanha era signataria do tratado de 1839, em que a neutralidade belga foi sancionada, que a Allemanha se comprometera a respeitar essa neutralidade, em 1870 e para sempre, por declaração escrita do principe de Bismark.

Quer o leitor ver a que se reduz este compromisso? Nós não conheciamos os termos precisos da declaração de Bismark, mas o Sr. Grey nol-os fornece no seu discurso. São estes :

«A Confederação Germanica e suas aliadas respeitariam a neutralidade da Belgica, *ficando entendido para sempre que esta neutralidade seria respeitadã pelas outras potencias beligerantes.*»

Esta restrição, combinada com factos já conhecidos depois da guerra, mas que a Allemanha conhecia antes, quando resolveu passar por Belgica, ha de absolvel-a na historia, e expremmer, por sobre a tunica com que pretende cobrir-se a Inglaterra, a mancha de que o respeito á neutralidade e independencia é um sentimento sagrado para os outros, mas que, para ella, se subordina aos seus interesses.

Nós, os portuguezes, sabemol-o por dura experiencia, pelo ultimatum de 1890; os boers pela maneira como foram annexados; o Egypto pelo protetorado... Quem é ahi capaz de pôr em duvida o respeito da Inglaterra pela independencia e soberania dos outros, mórmente das pequenas nações!...

Em seguida, o Sr. Grey rememora á Camara a attitude que tivera, em 1870 e em relação a este caso da

neutralidade da Belgica, o governo inglez de então, de que faziam parte Gladstone, e Lord Granville.

Reproduz as palavras então pronunciadas nas duas camaras, como para as tomar para polo da sua orientação actual. Pois ahi vem, mais uma vez, a prova de que, então como agora, a Inglaterra se tem feito o paladino da neutralidade da Belgica, apenas pela defeza dos interesses britannicos.

Lord Granville disse na sua camara, em 7 de Agosto de 1870, isto, que o Sr. Grey reproduz:

«Podíamos ter explicado ao paiz e ás nações estrangeiras que não podíamos crer que Inglaterra estivesse obrigada, moral ou internacionalmente, ou que seus interesses estivessem complicados na sustentação da neutralidade da Belgica».

Quer dizer, o governo inglez podia esquivar-se ao compromisso com uma explicação ao paiz e ás nações de que o tratado não obriga a Inglaterra. Mas não quiz; e porque? — «Porque tinha presente a honra do paiz e os seus interesses». Isto é: os interesses inglezes já em 1870 é que obrigavam, e não o tratado.

Em conclusão, o governo inglez, em 1870, podia pôr de parte a questão moral e os seus interesses; mas não poz, por cauza da honra (questão moral) e dos interesses do paiz. A honra era uma coisa que se podia pôr de parte, ou pôr em jogo, contanto que essa dama não saísse senão de braço com os interesses! Se ha interesses, sai a honra, se os não ha, a honra fica de reserva!

Gladstone, dois dias depois, disse na camara dos Communs, segundo lemos no discurso do Sr. Grey:

«Existe, confesso, o compromisso do tratado. Não se precisa, nem tenho tempo de entrar na complicada questão da natureza das obrigações d'esse tratado».

Vá o leitor vendo e rubricando!... A natureza das obrigações do tratado da neutralidade da Belgica é complicada questão que Gladstone pôz de parte em 1870. Confere com Lord Granville, dito d'outra maneira. O tratado, pelo visto e combinando os dois dizeres, não obrigava, ou presta-se a fazer a declaração de que não obriga.

Mas vá o leitor ouvindo, como o Sr. Grey foi buscar, na grande autoridade de Gladstone, a mais cabal defeza da Allemanha.

«Não posso acomodar-me á doutrina de que o mero facto da existencia d'uma garantia significa obrigação de cada uma das partes, sem respeito algum pela posição especial em que poderá encontrar-se na ocasião requerida para obrar segundo essa garantia».

Augmente o leitor o poder da sua visão e da sua rubrica!... Veja e note como em 1870, para Gladstone, para o governo inglez, para a Inglaterra, a garantia dos tratados é coisa complicada, que tem de subordinar-se, na pratica, á posição especial em que se encontra cada parte contratante no momento de obrar. E em 1914, o Sr. Grey, o governo inglez, a Inglaterra, declaram guerra á Allemanha, que, sendo parte contratante, obrou por força da posição especial em que se encontrava!

Terrivel dilemma em que se envolve e emaranha o senhor Grey! Ou nega a doutrina de Gladstone e desastadamente a evocou, ou a reconhece e desastadamente se serviu da obrigação do tratado para declarar a guerra á Allemanha! Ou desastre da sua inteletualidade, ou desastre da sua coerencia e sinceridade. Desastre inevitavel! Sempre desastre!

Ah! não; o Sr. Grey tem uma maneira de escapar ao dilemma, dizendo, e fica dentro da tradição do

seu paiz: — o que para os outros é obrigação, é para a Inglaterra faculdade.

E segue Gladstone, invocado e reproduzido pelo Sr. Grey:

«Os grandes prohomens na politica internacional, a quem tenho por costume consultar, taes como Lord Aberdeen e Lord Palmerston, nunca, que eu saiba, tomaram essa rigida — permita-se-me a frase — impraticavel apreciação da garantia».

Ve-se por este trecho que a subordinação da garantia dos tratados á posição especial em que se encontra cada uma das partes contratantes, no momento de obrar, é uma tradição politica da Inglaterra até Gladstone, até 1870. Mas o Sr. Grey, que invoca, para justificar o seu procedimento em 1914, o pensar e o proceder de Gladstone, declara no dia seguinte a guerra á Allemanha, porque lhe não permite que ella pense e proceda como os Prohomens da politica internacional da Inglaterra! Coerencia modelar! Justiça modelar! Sinceridade modelar!

Completemos a transcrição que o Sr. Grey fez do discurso de Gladstone:

«O facto de que está já em vigor uma garantia é, necessariamente, um factor importante, um argumento de peso; é um caso a que estamos obrigados a dar ampla e plena consideração».

Até aqui o romanticismo da politica ingleza; o que tanto pode servir para impôr aos outros o cumprimento dos tratados, como para justificar a propria conduta, quando seja esse cumprimento o que convenha a Inglaterra.

Mas o pratico, o real, a norma invariavel da politica ingleza, aquella em que, ainda desta vez, ella se não afastou, dirigida pelo Sr. Grey, encontra-se no fecho

desta transcrição, pedida á autoridade de Gladstone :

«Ha tambem outro ponto a considerar, cuja importancia e força todos temos que sentir fundamente, e são os *interesses communs* contra o ilimitado engrandecimento d'uma potencia qualquer».

Ora aqui está o busilis, o quid, o substracto da razão que levou a Inglaterra á guerra contra a Allemanha! O perigo, o receio do engrandecimento da Allemanha, — o pangermanismo, em luta pelo trabalho, pela necessidade de viver, contra o pansaxonismo, cebo e rico morgado do dominio colonial, maritimo, commercial, que a Inglaterra vinha disfrutando e tinha convertido em monopolio.

E' n'este ponto e sobre tal fim, — faça-se-lhe a devida justiça, — o Sr. Grey não discrepa uma linha dos prohomens, seus predecessores, e elle com todos representam, consubstanciam o sentir do povo inglez. E foi por isso, por ser assim, que, agora como sempre, o governo inglez poude contar com o apoio do parlamento, com a união dos partidos politicos, das classes sociaes e da imprensa. Fala-se-lhes Grey em honra do paiz, em obrigações dos tratados, na defeza dos interesses e direitos alheios, e não apontasse para a posição especial da Inglaterra, e não apontasse para os interesses britannicos em perigo pelo engrandecimento e concurrencia da Allemanha, e veria os apupos, assobios e batatadas, com que o corriam no parlamento e nas ruas!

Exageramos nós? Venham os factos.

Declarada a guerra, abre-se em toda a parte a luta pelas armas. A Austria ameaça a fronteira servia e ahi se batem os exercitos dos dois paizes; a Russia invade a Galitzia contra a Austria, e a Prussia oriental contra a Allemanha, e os exercitos dos tres imperios lutam

encarniçadamente. A França passa a fronteira de leste, invade a Alsacia e luta ahi com a Allemanha; esta atravessa o Luxemburgo e invade a Belgica, casus belli para a Inglaterra. E esta o que faz? Manda a sua esquadra entrar no Baltico e bombardear as costas da Allemanha? Abre luta com a esquadra alemã, ella a senhora dos mares e de força naval que declarava bastante para lutar e vencer todas as esquadras do mundo? Manda, acto continuo á sua declaração de guerra, desembarcar forças em territorio belga, os 100 mil homens que lhe prometeu?

Não; nada disso. Ordena á sua marinha de guerra que dê caça a todos os navios mercantes alemães, que haviam saído de portos neutros ou beligerantes em tempo de paz, e todos são presos, levados para portos inglezes, saqueados, roubados. Guerra de corso e de pirateria!

Persegue, em seu territorio, a todos os alemães que pacificamente ahi viviam e trabalhavam, ordenando que com elles se não negociasse, e chegando até a confiscação dos seus bens; mas — o que é assombroso! — até o confisco das suas patentes e privilegios! Só depois que Belgica está vencida, assolada, se tem conhecimento de que alguns marinheiros inglezes se uniram aos sitiados de Anvers, e French vem, á frente da primeira expedição, unir-se a Joffre, quando o grande impulso alemão leva a ferro e fogo toda a França do norte até o sul de Paris! A Inglaterra fez e continúa fazendo guerra á ingleza.

*

O senhor Grey, depois de procurar reforço á sua conduta na autoridade dos seus predecessores, vai agora expor o seu modo de proceder, todo seu, e que, ao

contrario do fim todo pacifico que aqueles conseguiram, levou a Inglaterra á conflagração geral. De pouco serviu o apelo á tradição.

Vai dizendo:

«O tratado é antigo, é de 1839, e ahi fica exposto como se appreciou em 1870. É um tratado que se baseia não só na consideração por Belgica, que por elle é beneficiada, como *nos interesses d'aqueles que garantem a neutralidade da Belgica*. A honra e os interesses são hoje, pelo menos tamanhos como em 1870, e não podemos tomar as coisas debaixo d'um ponto de vista menos serio, nem mais limitado com respeito ás nossas obrigações e á importancia d'essas obrigações que o tomado pelo governo do Sr. Gladstone em 1870».

É o Sr. Grey sincero n'esta declaração? Procedeu de harmonia com ella? Gladstone satisfez-se com uma declaração, toda restritiva e condicional, de que o respeito á neutralidade belga por parte da Allemanha ficava dependente do mesmo respeito por parte das outras potencias beligerantes. O Sr. Grey tem concertado um plano de ataque á Allemanha, em que entra a Belgica, em que a neutralidade deste paiz começa por não ser respeitada por esse paiz mesmo, e fecha-se n'uma intransigência absoluta para com a Allemanha. N'uma parte diz que a Inglaterra não poderia deixar de intervir do lado da França, se a Allemanha bombardeasse as costas indefesas, norte e oeste da França. A Allemanha garante-lhe que não bombardeará essas costas, se a Inglaterra ficasse neutral, e o Sr. Grey não aceita tal accordo. Logo, não é, nem quer ser neutral.

N'outra parte diz que Allemanha lhe ofereceu a garantia de respeitar a integridade da Belgica:

«Sondaram-nos, durante a semana passada, sobre

se nos dariamos por satisfeitos se se dêsse uma garantia de que a integridade da Belgica seria respeitada».

E o Sr. Grey responde: — «que não podiamos estipular nem fazer negocio com os interesses ou obrigações que tinhamos na neutralidade belga, fossem quaes fossem».

Intransigencia absoluta, e portanto guerra à *outrance!*

Mas não somos nós que assim logicamente concluímos das normas seguidas, das negociações realizadas pelo Sr. Grey. É elle quem, explicitamente, nos dá razão, mostrando á saciedade que se colocaria ao lado da França, desde que a guerra saltasse entre a França e a Allemanha. Não por evitar o bombardeio das costas indefesas da França, não por garantir a neutralidade e integridade da Belgica; mas tão somente porque os interesses britannicos obrigam a reduzir o poder da Allemanha. Se não, oiça o leitor o Sr. Grey:

«Peço á Camara que considere a que ponto se acham comprometidos os interesses britannicos. Se França é vencida n'uma luta de vida ou de morte, vencida por completo, perde a sua posição como potencia de primeira ordem, converte-se em subordinada da vontade e poder d'outra maior que ella, resultados que não quero prognosticar, porque estou convencido de que França tem o poder para defender-se com toda a energia, habilidade, valor e patriotismo que demonstrou em tantas ocasiões — . Se, porem, isso chegasse a succeder e Belgica caisse sob a mesma dominadora influencia e depois Hollanda, e logo Dinamarca, não viria a comprovar-se a exatidão das palavras de Gladstone, de que frente a frente de nós havia um interesse commum pelo desmesurado engrandecimento d'uma potencia qualquer?»

Aqui está, reduzida á ultima, á mais simples, á unica real expressão, a cauza da guerra, a razão porque ella vinha preparada e concertada desde longe. E n'essa guerra entra a **Russia**, porque se conseguiu envolver no conflito, provocando-o, a supremacia nos **Balkans**, razão vital e tradicional dessa nação; entra a **França**, pelo seu nunca apagado nem amortecido sentimento de desforra. Mas o verdadeiro duelo preparou-se largamente, deu-se e tem de ultimar-se entre a **Inglaterra** e a **Allemanha**; esta, porque luta pelo seu dominio e extensão commercial, aquella, porque reconhece e não pode consentir que esse engrandecimento se faça á sua custa.

Pois pozesse a **Inglaterra** a questão n'esse terreno, simples, claro e até natural, e não viesse blasonar de generosa, de defensora de direitos alheios, proteção aos fracos e a outras que taes razões incompativeis com as suas tradições e processos, que ninguem a censuraria por isso.

*

Um incidente, cujo apreço cabe aqui, em remate deste capitulo e como retoque ao retrato politico de **Sir Edward Grey**:

O livro amarelo, francez, registra em Anexo n.º 11 bis, 5 documentos que agrupa sob esta epigrafe suggestiva — «Tentativas alemãs para obter, sob a capa d'um equivoco, a garantia da **Inglaterra** da neutralidade da **França** n'uma guerra germano-russa». Os documentos são os seguintes:

Em 31 de **Julho**, o principe **Lichnowsky**, embaixador da **Allemanha** em **Londres**, telegrafia ao chanceler **M. de Bethmann Hollweg**: — «**Sir Edward Grey** acaba de me chamar ao telefone e de me perguntar se eu

pensava poder declarar que nós não atacariamos a França se a França ficasse neutra n'uma guerra germano-russa. Eu disse-lhe que pensava poder assumir a responsabilidade d'esta declaração».

Antes de mais nada, sendo este o documento inicial e concedendo que elle fosse a baze de tentativas para alguma coisa, quem é que tentou esse alguma coisa? Quem foi da iniciativa? Não foi Sir Edward Grey quem a tomou, chamando ao telefone o embaixador da Allemanha?

Prosigamos. De Allemanha respondem, por duas vias e em duas direções. O imperador, no dia 1 de Agosto, telegrafa ao rei Jorge (doc. n.º 2), dizendo-lhe que recebeu a communição de que o governo inglez oferecia a neutralidade da França, com a garantia da Inglaterra, sob condição da Allemanha não atacar a França. O imperador mostra satisfação porque a França contenha a sua nervosidade, e declara que as tropas estão paradas, por ordem telegrafica e telefonica, na sua marcha para a fronteira franceza. Declara-lhe, porem, que a mobilisação, que já estava ordenada nas duas frentes quando chegou o telegrama, não podia ser alterada; que o telegrama da proposta chegara tarde para evitar a mobilisação; mas a tempo de evitar a aggressão, desde que a neutralidade da França fosse uma realidade, para o que havia de ser garantida pela Inglaterra por sua esquadra e exercito. O chanceler telegrafou no mesmo sentido ao seu representante em Londres (doc. n.º 3). Este documento, porem, traz uma clausula nova; declara que a mobilisação contra França não se podia evitar, porque já estava ordenada quando chegou o telegrama com a proposta ingleza; mas que se esperaria até o dia 3 a ratificação da mesma proposta, dando-se ordens para que a fronteira franceza

não fosse transportada antes desse dia ás 7 horas da tarde.

O rei Jorge V, em resposta ao telegrama do imperador, diz-lhe no mesmo dia 1 de Agosto (doc. n.º 4): que pensa que se produziu um equívoco a proposito da sugestão que se teria feito no correr d'uma conversa amistosa entre o principe Lichnowsky e Sir Edward Grey, em que os dois discutiam como um conflito armado entre a Allemanha e a França poderia ser retardado até que se encontrasse um meio de entendimento entre Austria-Hungria e Russia. Sir Edward Grey fallaria com o principe Lichnowsky no dia seguinte de manhã para determinar que tinha realmente havido equívoco da parte deste ultimo.

E termina o incidente com o telegrama do embaixador da Allemanha ao chanceler, em data de 2 (doc. n.º 5), nos seguintes textuaes termos:— «As sugestões de Sir Edward Grey, baseadas no desejo de manter a neutralidade, da parte da Inglaterra, foram feitas sem accordo previo com a França e foram depois abandonadas como futeis».

*

Começa por ser notavel que este incidente diplomatico, passado entre Inglaterra e Allemanha, não se encontre mencionado nos documentos do livro inglez, não fosse mencionado pelo senhor Grey no seu discurso de 3 de Agosto, se, como quer persuadir a França, depunha contra Allemanha! É a consciencia quem mandava calar á Inglaterra um acto indecoroso, como este é.

Pelos documentos fica provado e confessado pela Inglaterra que a iniciativa desse incidente partiu do senhor Grey, que se dirigiu ao embaixador da Allemanha quando a guerra já estava aberta entre Allemanha

e Russia, com o fim, indubitavel e até confessado pelo rei Jorge, de demorar a abertura das hostilidades entre a Allemanha e a França. Quem lucrava com essas negociações, fossem ellas quaes fossem? Houve um equívoco? quem o inventou? Pois um assunto de tamanha plenitude trata-se pelo telefone? Não se induz do meio escolhido para «a conversação amistosa, onde o senhor Grey fez uma sugestão, com o fim de retardar o conflito armado entre Allemanha e França», que esse meio foi proposital para dar depois a explicação do equívoco?

Houve sugestão do Sr. Grey para retardar a agressão da Allemanha contra França. Dil-o o rei no seu telegrama. O embaixador equivocou-se, supondo que as sugestões envolviam a neutralidade da França e da Inglaterra. O equívoco preparou-se para retardar a mobilisação da Alemanha do lado de Oeste. Isso, que era o principal, não se conseguiu. Mas sempre se conseguiu que, feita a mobilisação no dia 1.º, a guerra só fosse declarada no dia 3 ás 7 horas. Alguma coisa obteve a Inglaterra com o seu equívoco. A Allemanha só ganhou saber que a quizeram enganar, e que, em parte, lograram o intento.

As sugestões do Sr. Grey, isto é a sua proposta á Allemanha, não garantia a neutralidade, nem da Inglaterra, nem da França; tinha apenas em vista retardar as hostilidades entre Allemanha e França. Mas, o que se concedia a Allemanha em troco?

O Sr. Grey foi dizer ao embaixador, no dia 2 de manhã, que as suas sugestões eram baseadas no desejo que elle tinha de que Inglaterra ficasse neutral; mas que essas sugestões haviam sido feitas sem previo acordo com a França, e por isso as abandonava como futeis! Então o Sr. Grey faz propostas futeis ao em-

baixador alemão sobre um assunto de que estava dependendo a sorte do mundo? E é para sugerir coisas futeis que chama o embaixador ao telefone? E não previu, ou antes não foi com o fim de que as suas futilidades fossem transmitidas á Alemanha e não fossem lá tidas por futeis?

Se era uma conversa amistosa, com ideias futeis, um *hors d'oeuvre* para o Sr. Grey, se ainda não tinha jantado, ou um auxiliar de quimificação, se já tinha comido, porque não disse isso ao amigo embaixador, não o autorisando a fazer uso das suas futeis sugestões, porque as fazia sem ouvir a sua aliada França?

Nem o embaixador da Allemanha nem esta podiam acreditar que no dia 31 de Agosto, o Sr. Grey os estivesse ocupando com futilidades sobre a conflagração que ameaçava o mundo inteiro. E ai do conceito que a historia tem de formar deste estadista que assim se esquivava á responsabilidade da sua iniciativa!

Tam pouco podia o embaixador ou Berlim imaginar que Inglaterra tomasse uma iniciativa que envolvia a França, sem estar autorisada por esta a fazel-a, ou sem fazer ulterior questão de honra de a tornar boa.

A e B estão em luta e proximos a derimir uma pendencia pelas armas. C, amigo de B, procura A sem consulta nem autorisação de B, e faz-lhe uma proposta para liquidar a pendencia. A aceita a proposta feita por C e sob sua garantia. Que obrigação impõe a honra a C? Vem ter com B e relata-lhe o ocorrido, o compromisso que tomou em seu nome e que entende ser honroso para B aceitar. Rucusa-se B a cumpril-o? O que impõe a honra que faça C? Declara a A que B não aceita o compromisso; que A fica livre para proceder contra B como entender; e a B declara que dali

em diante se desinteressa pelo conflito, ao qual ficará neutral. Não será isto?

Ora aqui está porque Inglaterra não publicou estes documentos, nem o Sr. Grey a elles fez referencia. Fel-o a França, e seguramente que o Sr. Grey não tem motivo para lh'o agradecer.

CAPITULO VII

Um discurso de Sir David Lloyd George

NO

Queen's Hall de Londres

Sir David Lloyd George, a Ninfa Egeria do gabinete inglez, escolheu o Queen's Hall de Londres para explodir contra Allemanha um discurso todo tendencioso e conducente ao exito das circumstancias e necessidades da occasião: — chamar voluntarios ás filas e reservas metalicas á subscrição do emprestimo nacional para despezas da guerra, as quaes, no dizer official do Sr. Asquith, eram orçadas, por aquelle tempo, na bonita somma de um milhão sterlingo por dia. Foi isto em Setembro. Claro que a cifra tem aumentado progressivamente.

O orador foi habil — é justo reconhecê-lo — para o fim que tinha em vista, para o logar e para o publico a quem se dirigia; mas a verdade e a logica, essas duas condições que havia direito de exigir ao estadista, sacrificou-as o orador ao fim e ao exito do momento, certo como estava de que ninguem ali o desmentia. O

escrupulo exigia outra conduta; mas em tempo de guerra não se limpam armas, nem, na opinião de Sir Lloyd George, se fortifica a consciencia e se revigora o credito proprio.

Na vulgata que se espalhou pelo mundo em varias linguas, o discurso vem dividido em trechos, com epigraphes accomodadas. Sob essas mesmas epigraphes lhe iremos fazendo a merecida apreciação.

Divida de honra

A consciencia do orador traiu-o, forçando-o a desastres logicos, quando procura encobrir ou falsear a verdade, na situação do que pretendesse tapar o sol com uma peneira. Afirmo que a cauza da guerra para Inglaterra foi a defeza da Belgica, que esta defeza era uma questão de honra, uma divida de honra para Inglaterra, por ser Inglaterra signataria do Tratado que garante a neutralidade da Belgica. Mas a consciencia intervem, reconhecendo a objeção que firma a realidade e repele a apparencia: — «Diz-se que, se nós mencionamos o Tratado, é simplesmente uma excusa; que com nossas artimanhas e astucia tratamos de encobrir o ciume que nos inspira uma civilisação superior que tentamos aniquilar».

E, como a objeção é fulminante de evidencia, o orador tenta iludil-a, a golpes na logica e na verdade: — «A nossa resposta é a nossa conduta em 1870. Qual foi ella? Mr. Gladstone era então presidente do conselho de ministros. Creio que Lord Granville era ministro dos Estrangeiros. Nunca ouvi que fossem acusados de chauvinistas».

E' uma resposta que roça pelo disparate, tanto ella se afasta da logica, da verdade e até do senso com-

mum! A conduta da Inglaterra em 1870 foi evitar a guerra; a de 1914, declarar-a. A conduta da Inglaterra em 1870 foi a declaração d'aquelles dois ministros, cada um na sua Camara, de que o Tratado não obrigava a Inglaterra a intervir; que cada uma das partes signatarias devia proceder segundo a posição especial em que se encontrasse; que acima dos Tratados estavam os interesses britannicos, estava o perigo do engrandecimento d'uma potencia qualquer. Foi ao que se reduziu a divida de honra da Inglaterra em 1870.

Em 1914, o Sr. Grey reproduz no parlamento as palavras dos ministros de 1870, para lhe servirem de modelo; mas patenteia um largo e antigo plano concertado com França contra Allemanha e justifica toda a sua preparação guerreira pelo perigo do engrandecimento germanico.

Esta sabe bem o leitor que é a verdade, para concluir a logica e o bom senso com que Sir Lloyd George quiz iludir a objeção. Nunca ouviu o orador acusar Gladstone e Granville de «chauvinistas». Seguramente. Essa acusação não se faz nominalmente a este ou áquelle ministro de Inglaterra, porque anda, como tunica de Nessus, colada a todos. Ministro, estadista inglez que o não fosse, deixava de ser inglez.

França e Belgica em 1870

Reedita, — melhor, cita, falsificando-a, a declaração de Bismark. Já vimos o que ha de perfidia na interpretação e no uso que se vem fazendo dessa declaração. Bismark garantiu que Allemanha respeitaria a neutralidade da Belgica, sempre que as outras potencias a respeitassem. Era essa neutralidade agora respeitada por Inglaterra? por França? pela propria Bel-

gica, provado e documentado como está que essas tres nações tinham entre si concertado um plano de ataque á Allemanha? O mundo ignorava-o antes da guerra, mas Allemanha sabia-o. Reviu a declaração de Bismark, e seguiu o conselho que ha nella. Invadiu a Belgica, procedendo segundo a posição especial em que se encontrava no momento de obrar, e seguiu o conselho de Gladstone.

De reforço, traz o orador, em contraste com o procedimento atual da Allemanha, o da França em 1870, quando, em Sedan, tinha o seu exercito: — «encurralado contra a fronteira belga, dentro d'um cerco de fogo procedente dos canhões prussianos». E então exclama: «Tinha uma salvação. Qual? Violar a neutralidade da Belgica. E que fez? N'aquelle momento os francezes preferiram a ruina e a humilhação á quebra dos seus deveres. O imperador francez, os marechaes francezes, 100.000 valorosos francezes armados preferiram ser levados prisioneiros ao paiz de seus inimigos, a deshonrar o nome do seu. Era o ultimo exercito francez que ficava no campo de batalha. Se tivesse violado a neutralidade belga, a historia da guerra teria sido outra. Pois, apesar do interesse da França em violar o Tratado, não o fez».

Por mais voltas que demos ao trecho que ahi fica, e por maior que seja o nosso desejo em lhe moderar o apreço, o menos que podemos é qualificar-o de chorriho de disparates!

Não se percebe em que a conduta da França em 1870, quanto ao respeito pela neutralidade da Belgica, possa interessar á atual conduta da Inglaterra! Teria valor moral, — quando tivesse verdade, — para França, se fosse ella quem agora e pela violação declarasse a guerra á Allemanha. Porque tu fazes o que nós não

fizemos; desrespeitas o que nós respeitamos. Disparate! O que aproveitaria a Inglaterra seria o contraste entre a conduta da Allemanha agora e a sua antes, ali ou algures, em casos parecidos e nomeados. Ora Sir Lloyd George bem sabe que, no particular, lhe falta a prata de casa.

De sua casa lhe podemos nós citar muito que serve, com opiniões e autoridades insuspeitas, com factos concretos e precisos. A opinião do seu patricio Mr. Keir Hardier, deputado, dizendo aos seus eleitores: — «Emquanto ao pretexto de que fomos a defender a neutralidade da Belgica, é ridiculo. Se o nosso governo tivesse interesse em permitir a violação dessa neutralidade, tel-a-ia consentido, como consentiu á Russia violar a neutralidade da Persia». Note o leitor, — e é bem curioso! — que Mr. Keir Hardier se referia a um facto historico, porque falava no principio da guerra. Se fôra hoje, cinco mezes passados, poderia revigorar o argumento, actualizando-o, com a violação da mesma Russia da mesma neutralidade da mesma Persia, ocupando Azerbeidjan, facto confirmado pela nota do representante da Turquia em Teheran. A Russia é aliada e a Inglaterra seu bom amigo. Não vai esta declarar a guerra á Russia por atentado semelhante!

A opinião d'outro patricio de Sir Lloyd George, Mr. Ramsay Macdonal, chefe do partido operario de Inglaterra, dizendo na Camara dos Communs: — «Quando Sir Edward Grey fracassou, assegurando a paz entre a Allemanha e a Russia, fez tudo quanto poude para levar-nos á guerra, servindo-se de Belgica como pretexto... Se França tivesse decidido atacar a Allemanha atravez da Belgica, Sir Edward Grey não teria dito nada».

Note, tambem aqui, o leitor, — e não menos curioso

é! — que Mr. Ramsay Macdonal tocou, sem o saber, uma das mais chagosas feridas da diplomacia do Sr. Grey! Que existia o complot da invasão da Allemanha pela Belgica é já um facto documentado; a entrada da França na Belgica, antes da invasão alemã e até da declaração da guerra, é uma afirmação official da Allemanha que seguramente não ficará sem prova. O mundo inteiro já sabe bem que Allemanha costuma respeitar as suas afirmações.

*

Mesmo que fosse a honra, a coerencia da França, que Sir Lloyd George quisesse ali proclamar, ai da enfase do feroso orador, se fossemos folhear a historia! No proprio caso presente se vai vendo que a violação da neutralidade da Belgica não era deshonna para França practical-a, nem para Inglaterra consentil-a, nem para a mesma Belgica autorisal-a e auxilial-a. Na historia, bastaria relembrar o caso do general francez Dumoriez, invadindo e vencendo a Belgica em 1792, a derrota dos aliados em Fleurus, perto de Namur, com a conquista do territorio belga. Tal qual, como fez agora a Allemanha.

Se a Inglaterra põe a sua honra na defeza da soberania dos fracos, como consentiu a perda e a divisão da Polonia? Em 1864, a Prussia invadiu a Dinamarca, e tomou-lhe e anexou os ducados de Slewing e Holstein. Onde estava a Inglaterra, que cruzou os braços e não correu em defeza da fraca Dinamarca, declarando a guerra á Prussia? Pois não é que na historia se não encontrem provas de que a honra da Inglaterra ficou ali arranhada. Ella tinha indusido a Dinamarca á resistencia, e abandonou-a, no conflito, aos seus proprios

e minguados recursos. Von Quaade, embaixador dinamarquez em Londres, queixou-se amargamente da deslealdade do governo inglez. Iamos a dizer que tal qual como agora se queixaria Belgica, se poderia queixar a França... E' cedo para o ralho das comadres, em que muitas verdades se hão de patentear...

Temos o direito de perguntar a Sir Lloyd George, o que diria da honra da Inglaterra, se, ao tempo deste caso da Dinamarca, já andasse na politica do seu paiz?!

Nos nossos dias, quando Sir Lloyd George já tinha voz, destaque e autoridade, para invocar e defender a honra da sua nação, a Inglaterra invadiu, subjogou e anexou dois pequenos estados independentes, no sul da Africa. Para o conseguir, foi-lhe preciso violar a neutralidade d'outro paiz pequeno, fraco, mas amigo, com quem assignára tratados de defeza e respeito da sua soberania. Porque se não fez ouvir então a voz de Sir Lloyd George em favor desses tres pequenos paizes contra cuja soberania atentou o seu?

Com que direito e em defeza de quem, Inglaterra se apropriou de Gibraltar, que era da Espanha, e se tem oposto a que este paiz possua Tanger e fortifique a Sierra Carbonera, que é sua propriedade? Foi em defeza da sua ou da honra de alguém que Inglaterra colocou o Egypto sob o seu protetorado, e agora, já depois do inicio da guerra, o anexou? E o canal de Suez? E Malta? E Chypre? Outros e tantos casos de honra para Inglaterra, de defeza dos fracos, da liberdade, da civilização, que, reduzidos ao real, têm sido e produsido o engrandecimento do imperio britanico com o roubo da soberania e integridade dos outros.

Agora mesmo, o Japão, para invadir e tomar a colonia alemã de Tsing-Tao, violou a neutralidade e

soberania da China. Protestou Inglaterra, ou por ella Sir Lloyd George? Tres aviadores inglezes atacaram as oficinas de aeronaves alemãs de Friedrichshafen, violando a neutralidade da Suissa, por sobre cujo territorio passaram. Existe um Tratado, junto do qual está a assinatura da Inglaterra, que proibe os voos dos aviadores sobre territorio estrangeiro, sem licença do respectivo governo. Pediu Inglaterra licença á Suissa? Não pediu. Teve interesse em violar o Tratado e violou-o. Fez mais. Longe de confessar o crime, como fez a Allemanha, o Sr. Churchill, o ministro da Marinha da Inglaterra, levou a façanha dos aviadores patricios ao parlamento, cobrindo-a de aplausos e galardão. Os dois aviadores, que escaparam, foram condecorados!

Que maior, mais completo desmentido quer Sir Lloyd George da sua romantica e cinica doutrina da honra da Inglaterra, do que as seguintes e memoraveis palavras do mesmo colega seu, primeiro lord do Almirantado, na Camara dos Communs: — «A essencia da guerra é a violencia. A moderação na guerra é imbecilidade».

*

Mas o caso rabuscado, da conduta do exercito francez em 1870, é, a todos os respeitos, um desastre. Que tem esse caso de semelhante com o atual? A Allemanha violou a neutralidade da Belgica, invadindo-a. Mac-Mahon, se internasse o seu exercito na Belgica, não era para a invadir, mas para se salvar.

Que outra havia de ser a historia da guerra?! Pois, se entrasse na Belgica, o exercito francez não era desarmado? Se era, perdido estava esse exercito para o desfecho da guerra, que seria o que foi. Prisioneiro da

Belgica, equivalia a sel-o da Allemanha. Se não desarmava, se não se entregava, ficaria em situação ainda peor, debaixo do mesmo fogo dos canhões prussianos e do fogo da Belgica, sendo de esperar que tambem do fogo da Inglaterra que, pela sua honra, acudiria logo na pugna contra o violador da neutralidade da Belgica.

Um pedaço de papel

Este trecho do discurso de Sir Lloyd George parece destinado a produzir grandes efeitos, pela malicia com que está construido, pelos aplausos e risos com que foi acolhido pela multidão. Entretanto, corre parelhas com os outros no desastre. Quer o leitor ver? Oiça-o: — «Hoje, tinha Prussia interesse em violar o Tratado, e violou-o (*Risos*). E confessa-o com cinico desprezo de todos os principios de justiça». E' verdade. A Allemanha confessa que violou os principios de justiça, e a essa confissão chama Sir Lloyd George cinismo. A Inglaterra aconselha essa violação como norma de conduta, pela boca de Gladstone em 1870, pela de Grey em 1914, e assim tem procedido, sem o confessar, todas as vezes que aos seus interesses tem convindo. Como quer Sir Lloyd George que seja qualificada a conduta da Inglaterra?

Prosegue o orador: — «Diz Prussia: os Tratados não obrigam senão quando se tem interesse em respeitá-los (*Risos*)». Mas Allemanha pode responder a estes risos que aprendeu esta hermeneutica dos Tratados na lição dos Prohomens da politica internacional da Inglaterra.

Segue o audaz orador, agora, ao que parece, com a energia do triunfador: — «Que é um Tratado? diz o

chanceler alemão — um pedaço de papel. — Têm os senhores um bilhete de banco de cinco libras? (*Risos e aplausos*). Não é que eu lh'o peça (*Risos*). Têm algum desses bonitos bilhetes de uma libra emitidos pela nossa Tezouraria? (*Risos*). Se os têm, queimem-nos; não são mais que pedaços de papel (*Risos e aplausos*). Com que são feitos? Com trapos (*Risos*). E que valem? Todo o credito do imperio britanico». (*Grandes aplausos*).

Deve ter sido um delirio este momento vivo, sarcastico, fulminante do discurso de Sir Lloyd George! E entretanto que desastre para a logica do orador e para o credito do chefe do Tezouro da Inglaterra! Se Prussia diz que os Tratados são pedaços de papel, que valem a cada um pelo interesse que tem nelles, quem tem pedaços de papel, feitos de trapos, mas que valem uma e cinco libras e representam todo o credito do imperio britanico, não os rasga, porque tem interesse em os conservar. Salvo, se o credito do imperio britanico não vale nada! Eis a que fica reduzido o conselho dado ali pelo chefe da Tezouraria do imperio britanico aos portadores dos bilhetes emitidos por essa Tezouraria! que os rasgassem, ou que todo o credito do imperio britanico não vale nada! E, depois, quem sabe se, entre risos e aplausos, Sir Lloyd George teria sido profeta?...

A desculpa da Allemanha

Sir David Lloyd George não é tão descaroadado, tão tirano, que não dê cabida no seu discurso, embora para as pulverisar, ás duas razões, defezas ou desculpas, dadas por Allemanha para justificar o seu procedimento com Belgica: — que Belgica conspirava contra

ella, uma ; que França se preparava para invadir Allemanha por Belgica, outra.

Estas duas razões foram afirmadas pelo chanceler da Allemanha no parlamento, e Sir Lloyd George pretendeu pulverisal-as, afirmando que eram caluniosas, no Queen's Hall de Londres. Da primeira razão, já temos provas documentaes, fornecidas pelo acusado ; da segunda, não faltam vestígios e em breve haverá prova completa. Que as não houvesse, não tínhamos nós motivo para preferir a negação do orador da praça publica á afirmativa do orador parlamentar.

A confiança de Belgica

«Belgica foi tratada brutalmente» — exclama o orador, coberto pelos aplausos do seu publico. «E o que tinha feito Belgica? Tinha mandado um *ultimatum* á Allemanha? Estava-se preparando para uma guerra com Allemanha?»

Por um argumento *ad hominem*, Lloyd George tem estas hipoteses por falsas, por inverosimeis. A pasta deixada em Bruxellas pelo Estado Maior belga já respondeu a estas perguntas, tornando-as de inverosimeis em patentes realidades.

As atrocidades

O morcego é um animal que morde, chupa e sopra, engenhoso ardil com que consegue sacar o sangue da vitima, sem que esta se aperceba de que está sendo sangrada. Ha oradores que se parecem com este vampiro, e são os mais perigosos. Declamam a calunia com as cores mais carregadas, e dizem que não acreditam n'ella. Lembrou-nos o morcego, vendo Sir David

Lloyd George pintando esse pequeno paiz belga — hontem «pacífico, laborioso, economico, não molestando ninguem», hoje «com as suas cearas perdidas, queimadas as suas povoações, destruidos os seus tezouros de arte, mortos em atroz carnificina os seus homens, e ai! tambem as suas mulheres e os seus filhos». Esta tirada é por tal fórma tragica e deve ter sido tão melodramaticamente voseada, que a multidão exclama — *Vingança!* Parece ouvir-se o crescendo do côro dos punhaes na antemanhã da matança de S. Bartolomeu! A facada está dada, e da calunia alguma coisa ha de ficar.

Mas, a seguir, o morcego sopra, isto é, o orador prosegue: — «Não quero examinar em detalhe as atrocidades. Muitas dellas são falsas, como sempre ocorre n'uma guerra. A guerra é um fenomeno horrendo, espantoso em todo o caso, e não quero dizer que tudo que se referiu sobre atrocidades, tenha necessariamente que ser certo. Ha mais; quando se *levam* dois milhões de homens, *arrastados ao campo de batalha*, ha sempre que esperar que, entre elles, haja alguns que façam coisas de que tenha que envergonhar-se a nação a que pertencem. O meu juizo não se bazeia nestes relatos. Bastam-me as *referencias que os proprios alemães confessam, admitem, defendem e proclamam: os incendios, carnificinas e fusilamentos de pessoas inofensivas*».

Chupando em fartos haustos o sangue da calunia e procurando com o sopro venenoso dar-lhe curso com a confissão do caluniado! Nada mais cinico! nada mais repugnante!

Ahi ficam ellas formuladas, as duas torpes calunias, que não passarão á historia, nem mesmo cuspidas e atiradas pela voz d'um ministro de Inglaterra, ecoando sobre a multidão do Queen's Hall de Londres:

— que os soldados alemães vão para o campo de batalha obrigados, *arrastados*;

— que as carnificinas e fusilamentos, praticados ou atribuídos aos alemães, fossem, por confissão dos próprios alemães, de pessoas inofensivas.

*

A primeira destas calúnias alveja diretamente o Kaiser, a cuja figura inconfundível se pretende ajustar a lenda do Junker tirano, autocrata, despotico, impondo-se opressivo a um povo escravizado, e arrastando-o a seus caprichosos designios. Mas essa lenda mirrou, envenenada na baba da invejosa calúnia d'outros diretores de povos, que, por mais que andem pelos tablados a concitar ao alistamento, não logram chamar ás filas dos defensores da Patria, mais que mercenarios e um ou outro romantico sonhador de gloria.

Todo o mundo sabe, e Sir Lloyd George melhor do que a maior parte, que o Kaiser é, de sua indole, pacifico; que foi á guerra, depois de haver feito tudo que honradamente podia para a evitar, ou, pelo menos, limitar; que, desde o principio do seu reinado, o Kaiser teve que vencer situações dificeis para fazer triunfar os seus sentimentos pacificos contra correntes guerreiras e agressivas que o assediavam dentro da propria casa, tendo, umas vezes, que dispensar a cooperação de pessoas do maior relevo e serviços, outras, que pôr á prova a sua influencia pessoal; que o Kaiser é o unico chefe de nação que conseguiu ser e representar a unidade, a consciencia, o ideal e a vontade do seu povo, que, assim, vai com elle para onde o leve, porque sabe que, indo com elle, vai para onde a nação deve e o povo precisa de ir.

Todo o mundo sabe, e Sir Lloyd George melhor do que a maior parte, que o militarismo alemão não é uma criação do Kaiser, que o encontrou constituido em factor essencial da vida e progresso do seu povo. Esse militarismo, tão combatido quanto invejado, foi a grande clava com que um antepassado do Kaiser, manejando-a com tanta arte como aquella com que tocava a sua flauta ou fazia composições literarias com o seu amigo Voltaire, ia alargando os dominios do seu pequeno estado, á custa de lutas e de vitorias sobre os povos mais poderosos da epoca, que todos chegaram a coligar-se contra elle.

Firmou-se, desde então, na consciencia d'aquelle povo, a convicção, nunca desmentida e sempre e agora mesmo confirmada, de que um paiz, em final redução, se faz e conserva grande, tendo sempre á mão a força que lhe garanta o direito e lhe vá abrindo o caminho do seu progressivo desenvolvimento.

Foi esse militarismo que permitiu ao avô do Kaiser, primeiro imperador, ir, por Sadowa e Sedan, até esse grande facto da confederação germanica, que Guilherme II recebe, como arvore poderosa, mas nova, que é preciso cuidar, para criar raizes, desenvolver ramos e produzir frutos. E, de facto, á sombra do seu militarismo, a nação dobra a sua população, neste reinado d'um quarto de seculo, mais que dobrando a sua atividade e progresso, em todos os ramos da vida humana. Abençoado militarismo, que não só permite, como foi, e continua sendo, o principal factor do engrandecimento ethnico, etico, industrial e commercial d'um povo, como promete ser, pelo seu triumpho, o missionario da saudavel regeneração de toda a Europa, por ventura de todo o mundo.



E' certo que ao Kaiser, á sua perseverante iniciativa e inquebrantavel tenacidade, deve a Allemanha, deve o pangermanismo essa final, fecunda e necessaria orientação, pela qual irrompe e trasvasa, das já largas fronteiras do imperio, para os vastos campos do mundo, dando uma nova feição á vida, á luta commercial, abrindo franca e leal competencia nos mercados. Foi quando a iniciativa do Kaiser teve de ser tão energica, tão perseverante, tão irredutivel, que precisou de ser conflitosa; foi, tambem, quando elle teve a prova segura do ascendente que conseguira na consciencia do seu povo.

Elle viu e compreendeu que, desde que a vida economica da sua nação, o seu progressivo desenvolvimento ethnico e social não cabiam dentro das fronteiras, e o seu povo, já emigrando, já commerciando, tinha que percorrer o mundo em busca de mercados, de centros e meios accomodados á sua laboração, ou havia de viver na dependencia e sujeição alheia, ou constituir-se em potencia maritima, capaz de se defender contra fosse quem fosse que lhe estorvasse a sua rota. E dahi vem essa moderna feição da Allemanha nova, da Allemanha de Guilherme II, em que ella junta ao seu poder militar terrestre o poder militar maritimo, a cuja sombra a sua marinha mercante e o seu commercio mundial se desenvolvem e prosperam, d'um modo e em proporção nunca atingidos por outro povo.

Esta orientação do Kaiser, que envolvia a criação da grande esquadra e exigia os fortes sacrificios nacionais, foi contrariada pela opposição de grandes correntes internas, que não viam, como elle, a compensação

desses sacrificios. O Kaiser venceu, e a Allemanha engrandeceu-se ; e, hoje, não ha classe, partido ou pessoa, que não bemdiga essa orientação, não veja o fruto desse trabalho, não se una, pela alma rendida, em volta desse homem, que cristalisa o sentir de todo o paiz. A competencia da Allemanha acendeu as iras da Inglaterra, senhora do commercio do mundo, e a guerra foi decretada. Preparou-se largamente, e saltou com um pretexto bem afastado da sua verdadeira e leal razão. Nesse momento, porem, toda a Allemanha sabia a verdade da sua situação e o seu povo corria e corre para a guerra, com a certeza de que ia nella decidir a sua sorte, o seu futuro. A calunia do povo, dos soldados *arrastados ao campo de batalha* pela opressiva vontade do Kaiser, não conseguirá Lloyd George, não conseguirá Inglaterra fazel-a passar á historia.

E, ao mundo, aos espiritos estudiosos e sinceros, perguntamos nós, sem deslocar o problema da sua forma economica, se esta corrente commercial, com que a Allemanha vem competindo nos mercados com a Inglaterra, não deixa marcado um grande beneficio pelo barateamento dos produtos? Abençoado poder naval, que espalha pelo mundo o beneficio do barateamento da existencia, pondo em contraste, ainda ahi, o poder invencivel d'um povo, sobrio e laborioso, com a ganancia e desmesurada ambição d'outros, regalados no luxo, deprimidos nos costumes e nas depredações. O Kaiser foi previdente, aproveitando, em beneficio do seu povo, a lição da historia, que outros não quizeram ou não souberam ver e aproveitar. Elle viu que Napoleão foi vencido, no seu duelo final com a Inglaterra, porque não tinha esquadra, nem meio de contrabalançar o poder maritimo da sua rival. A Inglaterra não viu que a falta do seu exercito de terra é que tem de

a colocar em inferioridade nesse tremendo duelo que ella inconsideradamente provocou.

Fosse Inglaterra previdente, como foi o Kaiser, completasse, com o seu exercito, o seu poder militar, como o Kaiser completou o seu com a sua esquadra, e não chegaria á deprimente situação de andar, pelo Queen's Hall de Londres e por toda a parte, a vociferar calunias contra um inimigo, que se irá rindo d'um adversario ridiculo, emquanto contar com a unanime vontade do seu povo, donde vem uma força moral que o torna invencivel. Em proprio descredito, em desprestigio e em crescente inferioridade, se vai, dia a dia, convertendo essa odiosa campanha de mentiras, de perfidias e de grosseiros insultos, que escandalisam a consciencia e revoltam os desapaixonados.

*

A segunda calunia deste trecho não logra melhor successo. Dalguns fusilamentos resam as noticias, confessados pelos mesmos alemães que os praticaram. Citaremos, entre outros, os de um medico e dois officiaes francezes, fuzilados em Metz, logo na entrada da guerra, por terem sido apanhados em flagrante a envenenar a agua dos poços com o bacillus do colera. Serão estas pessoas inofensivas, talvez mesmo benemeritas, para Sir Lloyd George; mas é calunia que tenham sido confessadas como taes pelos alemães que os fusilaram. Era aos horrores de Louvain que Sir Lloyd George se quiz referir? Pois esses horrores já estavam sacientemente esclarecidos quando o orador do Queen's Hall os carpia. Apenas appareceram, na imprensa e nas legações anglo-franco-belgas, denunciaes e accusações concretas das atrocidades alemãs em Lou-

vain, o governo alemão ordenou uma rigorosa sindicancia, e tamanha seriedade e importancia lhe imprimiu, que escolheu para a dirigir, como commissario imperial, o Sr. Just, o director geral do ministerio do Interior. E o que se averiguou? e o que está constatado pelo testemunho de tantos que por ali têm passado? Sim, que foram queimadas, destruidas, arrasadas muitas casas de Louvain, mas que, dos seus estabelecimentos publicos, dos seus monumentos. apenas a Universidade e a sua Biblioteca sofreram danos parciaes; que todas as preciosidades artisticas foram acauteladas e, ou permanecem onde estavam, ou foram cuidadosamente arrecadadas. Os prejuizos materiaes recaíram sobre casas particulares, aquellas donde a pequena guarnição da cidade ia sendo cruelmente dizimada pelos habitantes. Verificou-se que as armas de que os civis se serviam pertenciam aos arsenaes do Estado e lhes haviam sido distribuidas pelas autoridades belgas. E' natural que factos, tão extranho ás leis da guerra, tivesse o devido castigo.

Os factos foram averiguados assim pelo inquerito official alemão. Mas pode ser arguido de suspeito, por quem aos alemães rouba tudo que seja bom e humano. Vandervelde, ministro do governo belga, é que não pode ser suspeito aos inimigos da Allemanha, e esse ministro, quando foi aos Estados Unidos protestar e fazer rude campanha contra as barbaridades alemãs, disse na sua exposição, que se tornou publica: — «Não nego que os paisanos do meu paiz tenham feito fogo contra os invasores». Quem, á vista desta confissão, pode negar aos alemães o direito da legitima defeza, dizendo tambem: — «Não negamos que temos fusilado paisanos, que contra nós faziam fogo?». Podem estes paisanos belgas ser, para Lloyd George, pessoas ino-

fensivas e até benemeritas. E' uma baixa calunia, que sejam assim reconhecidas e confessadas pelos alemães.

★

Na verdade, a campanha official e officiosa das crueldades alemãs, foi das mais facciosas e desculpulosas. Duas vezes já se desceu á abjeção de explorar o patriotismo incontinente d'um Cardeal, bordando com elle duas calunias. N'uma, attribuindo-lhe e querendo acreditar, com a sua autoridade moral, relatos horripilantes, feitos em Roma, das atrocidades praticadas pelos alemães, nas terras da sua patria. Por mim, confesso que a facto me impressionou vivamente, porque não podia crer que a consciencia d'um Cardeal se vendesse como a d'um politico, mórmente no momento em que esse Cardeal ia exercer o seu mais alto e sagrado ministerio — sufragar a alma d'um Papa, e receber o Santo Espirito para escolher outro. Pois, quando Sir Lloyd George, reeditava a calunia perante o seu publico no Queen's Hall, já o *Osservatore Romano*, orgão do Vaticano, tinha desmentido a noticia, declarando-a apocriфа! Noutra, e mais moderna calunia, o mesmo Cardeal é preso e condusido em ferros, de Malines a Bruxellas, pela indiscreta e imprudente pastoral, que o seu immoderado patriotismo lhe ditou, e chega-se até o ponto de fantasiar reclamações violentas e até rompimento de relações da Santa Sé com a Allemanha! Quando, no fundo, apenas ha a imprudencia da purpura que cobre um grande patriota, e a generosidade do governo alemão que se limita á censura e bom conselho, coroada pela correção da Santa Sé, admoestando o apaixonado prelado.

Quando as declarações e os inqueritos officiaes das

autoridades alemãs não fossem sufficiente desmentido das calunias forjadas contra a conduta do exercito alemão, havia de valer a opinião dos neutraes e insuspeitos. E, entre tantos documentos que temos desta opinião, escolhemos, para aqui deixar, o relatorio dos jornalistas norte-americanos, mandados pela imprensa do seu paiz ao teatro da guerra, a informar-se *de visu* das tão pregoadas crueldades. Diz esse documento: — «Em honra da verdade, os abaixo assinados declaram unanimemente que, segundo suas observações, as supostas crueldades alemãs não são verdadeiras. Depois de haverem estado duas semanas no exercito alemão, acompanhando as suas tropas por mais de cem leguas, não presenciámos, nem soubemos d'um unico caso de castigo não merecido, ou de medida de vingança. Tão pouco podemos confirmar os annunciados maus tratos a prisioneiros ou não combatentes. Com as tropas alemãs atravessámos Bruxellas, Nivelles, Binche, Buissières, Hautes-Whiéries, Marbes-le-Chateau, Solze-sur-Sambre e Beaumont, e, em todo esse trajeto, nem um só motivo tivemos para justificar uma acusação. Tratámos de apurar todos esses rumores que chegavam até nós, e verificámos que todos carecem de fundamento. Em toda a parte vimos os soldados alemães pagarem as suas compras e respeitar sempre a propriedade pessoal dos habitantes e os direitos dos cidadãos.

Depois da batalha de Bussières, encontrámos muitas mulheres belgas com seus filhos em completa tranquillidade e segurança. Em Marbes-le-Chateau, vimos fusilar um civil; mas ninguem pde pôr em duvida a sua culpabilidade. Fugitivos que nos contavam crueldades e violencias, nunca nos deram provas concretas d'esses factos.

A disciplina dos soldados alemães é notavel; nunca vimos um caso de embriaguez.

O alcaide de Solze-sur-Sambre, entre outros, negou espontaneamente os rumores de crueldades commetidas n'aquella região.

Pela verdade do que ahi fica dito, respondemos pela nossa honra profissional.

Assinados — Roger Levis (*Associated Press*), Irving S. Cobb (*Saturday, Evening Post* e *Public Ledger*, de Philadelphia), Harri Hansen (*Chicago, Daily News*), James O. Donnel Beunet e John Mac Cutchev'n (*Chicago* e *Tribune de Chicago*).

*

Para a historia tragica desta guerra tem de ir, de facto, que os alemães destruíram, incendiaram cidades e povoações que d'outra fórma não poderam reduzir e tomar e que á sua marcha e plano se opunham. Irá tambem que, ás carnificinas que fizeram nas hostes de seus adversarios, tem de juntar-se a carnificina e fusilamentos de civis que sobre elles disparavam, ou que, indefesos, eram involuntariamente alcançados pelo seu fogo. São as tristes leis e contingencias da guerra. O que não irá para a historia é a extranha e caluniosa afirmação de Sir Lloyd George, de que os civis sacrificados eram pessoas inofensivas, se foram fusiladas, e como taes confessadas pelos proprios alemães!

Mas, onde chegaríamos nós, se entrássemos em retaliações, e chamássemos a historia para nos contar a doçura e carinho com que os adversarios da Allemanha têm tratado os seus inimigos, a começar pela humanitaria Inglaterra!

O jornal de Londres, *Saturday Review*, proclamou

ao imperio britanico a necessidade de destruir a Allemanha, nas seguintes palavras: — «Se Allemanha fosse riscada da face da terra, todos os inglezes seriam, no dia seguinte, mais ricos». Pelo empenho que têm os inglezes em aumentar a sua fortuna, podemos bem calcular a doçura e o carinho com que seria tratada a Allemanha, no dia ou momento em que Inglaterra a podesse jugular!

No *Evening Standard*, de 18 de Dezembro, escreveu o coronel inglez F. N. Maude: — «E' uma hipocrisia da peor especie desmerecer os marinheiros germanicos por esta aggressão, á costa Este, qualificando-a, como fazem os jornaes, de violação d'uma lei internacional, visto como nós havemos de praticar actos de destruição *muito mais terriveis* nas cidades alemãs que atravessarmos na nossa marcha até Berlim. Os officiaes, que se acham atualmente em campanha, protestam contra esta attitude da imprensa, e com justiça, porque nada ha que um combatente odeie mais do que a depreciação de nossos inimigos, por actos que nós tambem havemos de commeter».

Que o mundo ponha aqui os olhos, e a Allemanha veja a doçura e o carinho com que serão tratadas as suas pessoas inofensivas, se a Inglaterra as apanhar a jeito!

Os factos já têm dado provas sobejas destas cordeaes disposições. Os subditos das nações inimigas, que se achavam em territorio britanico, foram obrigados ao arrolamento dentro de curto praso de horas. Em consequencia desta medida, muitos milhares de pessoas, de todas as edades, sexos e posição social, foram promiscuamente atirados para um logar publico de Londres, em frente a uma estação policial, onde o arrolamento se fazia, e ahi ficaram, esperando vez,

expostas ás vaias, chascos e insultos da multidão e garotio da cidade.

Dignificou-se a legislação ingleza e a suprema instituição do Direito com leis — que proíbem o commercio com subditos de nações inimigas, sob penas rigorosas, que permitem o confisco e arrecadação dos bens desses subditos, e — oh! suprema ignominia! — que roubam as marcas, privilegios e inventos de seus adversarios!

Como a sorte das armas é varia e falivel, a Inglaterra premune-se com arma que tem por mais segura, e decreta a morte da Allemanha pela fome. Cortam-se-lhe todas as communicações; prendem-se, saqueiam-se, metem-se no fundo todos os seus navios mercantes que se podem caçar por esses mares, não escapando á pirateria, nem mesmo aquelles que tinham saído de portos em tempo de paz; exerce-se vigilancia fiscal, arbitraria, despotica, sobre o commercio dos paizes neutraes. Para dar apparencia legal ao arbitrio, decreta-se, como contrabando de guerra, extenso rol de generos e materias de primeira necessidade. O navio mercante hespanhol *Leão XIII*, é preso á entrada de Lisboa e levado a Gibraltar, porque trazia milho e couros.

Se taes designios lograssem seus fins, velhos, mulheres e crianças, pessoas indefeas e inofensivas morreriam de fome. Que esplendido contraste, Sir Lloyd George, entre a barbaria da Allemanha e a filantropia da Inglaterra!

*

Tão doce e carinhoso tratamento, da parte da Inglaterra, não podia ser senão egualado, caso não pudesse ser excedido, da parte dos seus aliados. São todos

da Arcadia. Logo no principio da guerra, os jornaes de todos os paizes aliados vêm repletos de doçura e carinho para os alemães.

O *Matin* tem amabilidades, como esta: — «Não deve haver nenhum genero de compaixão nas proximas batalhas. Quando esses miseraveis estiverem em nosso poder, devem ser degolados como se faz aos porcos. Toda a França protestaria, irresistivelmente, se tivesse de ser encommoada por taes prisioneiros. Não merecem perdão; ha que matal-os como a feras».

O jornal *Avanti*, orgão dos socialistas italianos, transcreveu o artigo onde vem esta passagem, para declarar que, á vista de tanta doçura e carinho, o seu partido se afastava da França.

O chefe sanitario do exercito alemão, em relatorio de serviço dirigido ao imperador, cita o facto de ter sido invadido um hospital de sangue por soldados francezes, que mutilaram cruelmente vinte feridos alemães que ali estavam, afogando-os depois com serrim que lhes meteram pela boca e nariz. Foi em Orchies, perto de Valenciennes, sendo o facto confirmado por dois padres francezes que o presencearam. Procederam de harmonia e segundo a indicação da imprensa aliada e deram a Sir Lloyd George mais e novos argumentos, para pôr em contraste as atrocidades alemãs, com o carinho e doçura dos aliados.

Os jornaes de 8 de Dezembro relatam este caso, transmitido pelo Estado Maior Austro-Hungaro, e publicado pela respectiva embaixada em Roma: — «uma patrulha de 12 soldados austro-hungaros foi aprisionada pelos russos, perto de Przemyls. Foram desarmados e fusilados».

O mesmo Estado Maior, logo no principio da guerra, ordenou que as ambulancias não arvorassem

bandeira, por se ter averiguado que os servios atiravam contra ellas.

Estes e tantos carinhos e doçuras dos aliados estão dentro dos conselhos da sua imprensa e da eloquente sentença de Churchill:— «A essencia da guerra é a violencia; a moderação na guerra é imbecilidade».

Muito no principio da luta, os jornaes e chancelarias dos aliados afirmaram e energicamente protestaram que os alemães empregavam as balas *dum dum*. Era uma acusação grave, como emprego d'um meio barbaro de destruição, em contrario do convenio de Haya. A Allemanha repeliu a acusação de modo altivo e indignado, contravirando-o para os aliados. E apresentou uma razão insofismavel, dizendo que as balas *dum dum* que tinha em seu poder, encontradas nas cartucheiras dos prisioneiros inglezes, belgas e francezes, não serviam, pelo seu calibre, nas espingardas alemãs. Provocava os aliados a que mostrassem balas dessa especie, que se ajustassem ao calibre das armas alemãs. Não consta, ate hoje, que o repto tenha sido levantado.

O chanceler da Allemanha, na sua mensagem á *United Press* americana, repetiu a afirmação de que os soldados aliados atiravam com balas *dum dum*:— «Vinde á Allemanha, senhores americanos, e os proprios prisioneiros francezes e inglezes vos mostrarão essas balas».

Sir David Lloyd George acaba o trecho «Atrocidades», do seu discurso, com estas palavras:— «A Allemanha não ganhára tempo e tinha perdido a sua boa fama». Em que logar ficará a fama da Inglaterra, entregue aos cuidados dos seus hodiernos estadistas?

O caso da Servia

Outra nação pequena vai merecer a commiseração e o elogio de Sir Lloyd George. E' Servia. Sim; foi mesmo essa outra pequena nação a cauza primeira da guerra, e é frisante a analogia com Belgica, na melhor comprehensão dos motivos que a essas duas nações levaram á guerra, contra inimigos que, seguramente, não tinham a louca pretensão de vencer. Uma e outra contavam com o auxilio das nações grandes, que a uma e outra faltaram, não evitando nem atenuando a sua ruina. Servia não contava somente com Russia, de quem, na frase picaresca de Sir Lloyd George, é o irmão pequeno. Agora, e cada dia melhor, se vão ligando factos e se vai aclarando a larga trama. Poincaré, na sua indiscreta e imprevidente viagem á Russia, no preciso momento da crise, deixou cair uma frase ao embaixador servio, em S. Petersburgo, que tem um alto significado: — «Os senhores não se acharão sós». De certo se não referia á Russia; seria uma banalidade. Era a trama, a conspiração. Servia que fosse para a frente, que a Russia iria com ella e França com Russia e Inglaterra com todos.

As duas nações pequenas já sofreram crueis desenganos, quanto á realidade do auxilio que lhes haviam prometido as nações grandes. O que essas nações desejam e procuram, no atual momento da luta, é quem as auxilie a ellas, sem quererem saber o tamanho, a distancia, a politica, os precedentes e os fins dessas nações, a côr, a raça, os costumes de seus naturaes, o preço do socorro e as consequencias de o aceitar. A Russia não chegou a chegar ainda, e parece que não chegará jamais, em auxilio do irmão pequeno, inva-

dindo a Hungria e marchando sobre Budapest e Viena; quanto mais em auxilio e em cumprimento do plano concertado com os aliados do ocidente, invadindo a Allemanha, pela Prussia oriental e Silezia, em marcha acelerada até Berlim. Encontrou no caminho um ar tão frio, forte e pestifero, que a poz ás portas da morte, com uma bronchite aguda, diagnosticada de tísica galopante, por medicos especialistas, á frente dos quaes figura Hindenburgo. A França anda a bombardear Catarro, desde o principio da guerra, parecendo que de catarro foi atacada a sua esquadra, ficando-lhe roucos os seus canhões.

A Belgica, mais cedo do que a Servia, teve o cruel desengano. Lutou só até o exterminio, pois que os mesmos que lhe acoroçaram a temeraria resistencia, não só a abandonaram no momento da luta, como ainda lhe estão aproveitando os ultimos soldados, os residuos do seu dizimado exercito, na defeza e luta propria. Mas o mundo vai dando voltas, e a justiça triunfando com a luz da verdade. Um belga illustre, o advogado Henri Masson, vem de publicar a nota dos prejuizos materiaes da Belgica, somados em 212.057.600 libras sterlinas. Foi por este preço, afóra vidas, brios e direitos, que a Belgica evitou á França e á Inglaterra um prejuizo que seria muito maior. () que a Belgica já sabe hoje, é que foi vitima. Não tardará que seja esclarecida sobre quem seja o seu verdadeiro verdugo. Belgica carece de ler muitas vezes, até sabel-a de cór, a nota de Sir Edward Grey ao seu representante em Bruxellas, com a data de 4 de Agosto de 1914: — «Deve o senhor communicar ao governo belga que, se Allemanha usa de pressão para o desviar da sua neutralidade, o governo de S. Magestade espera que resistirá por todos os meios em seu poder; que o go-

verno de S. Magestade o ajudará para opôr tal resistencia, e que, nesta eventualidade, está preparado a unir-se com Russia e França, para oferecer ao governo belga uma acção combinada, para resistir ao emprego da força por parte da Allemanha, e para manter a sua independencia e integridade no futuro».

Da ajuda prestada para a defeza da neutralidade, já Belgica e o mundo estão informados. Quanto á independencia e integridade, falará o futuro.

A nota de Sir Edward Grey diz tudo; é uma revelação. No dia 4 de Agosto, o chanceler inglez prometia tudo á Belgica, com o receio de que ella se intimidasse e fizesse como o Luxemburgo: cedesse á pressão da Allemanha e a deixasse passar. Era um desastre para Grey, porque lhe faltava o pretexto para declarar a guerra á Allemanha, e porque desaparecia um serio embaraço á invasão germanica, que roubava um tempo precioso para a preparação da defeza na França e na Inglaterra. Belgica confiou. Falavam-lhe em tanto auxilio, na acção combinada da Inglaterra, Russia e França, sonhou compensações futuras; fechou os olhos e foi para... a sua destruição, que não poude evitar, só e isolada como a deixaram.

A lição foi dura, na verdade, e a França ali podia vêr claro a sua parecida situação. E' ella quem, depois da Belgica, vem pagando, em dura moeda, as contas d'uma guerra, em que entrou pelo seu temperamento sentimental e cavalheiresco. A Inglaterra, por emquanto, assiste á luta n'uma cautelosa reserva, emquanto seus aliados exgotam os seus recursos. Éspreita a ocasião propria em que possa triunfar, ella só, sobre o inimigo exausto, ou possa comparecer ainda forte na conferencia da paz, tomando a melhor situação. A sua invencivel esquadra apodrece no mar do Norte, sob

pretexto de que está guardando a alemã. Não obsta, porem, a que as costas inglezas vão sendo bombardeadas por navios alemães, que atravessam, para o fazer, o mar senhoreado por ella. A lenda da esquadra invencível vai-se, dia a dia, adelgaçando.

O ouro inglez, outro mito do invencível poder da altiva e poderosa Albion, vai, de facto, sendo fornecido aos aliados, mas com as conhecidas artes e cautelas do astuto e seguro judeu. E' emprestado por bom juizo, que, não podendo ser pago nos vencimentos, é capitalizado em novo e acrescido emprestimo; ao passo que, para os compromissos dos subditos inglezes, se estabeleceu o regimen das sucessivas moratorias.

A França, tarde sim, ha de convencer-se da realidade da situação.

*

Continuemos o caso de Servia. O assassinato de Serajevo tem antecedentes e premeditações, sacientemente averiguadas por Austria e que lhe imprimem a feição e responsabilidade que por Austria lhe foram impostas.

E' claro que aos aliados interessa limitar-lhe a importancia a um simples atentado, de exaltação pessoal, concedendo-se, como extremo favor á justiça da Austria, que fossem castigados os servios que se averiguasse acharem-se envolvidos no crime. E' toda a dialctica de Grey, nas suas notas, de Asquith, nas suas iracundas orações, de Lloyd George, no seu astuto discurso do Queen's Hall.

Que Servia reconheceu isso. Em parte, porque a lista dos implicados, que Austria fez conhecer ás potencias, alcançava pessoas que Servia e Russia não

deixariam castigar. A lista vai até o trono e côrte dos dois paizes, e ninguem hoje ignora que foi esse o motivo por que o velho imperador Francisco José proibiu as exequias ostentosas aos assassinados. Repugnava-lhe ver ali, junto das vitimas, alguns dos seus algozes.

Mas Sir Lloyd George não tem meias medidas na audacia de afirmar, e segue dizendo que o governo servio nada tinha que ver com o crime! Não fica ainda ahi, e completa: — «Nem mesmo Austria o pretende». E' um cumulo! Não pretende Austria que Servia tenha que ver com o crime de Serajevo, e é ao governo servio que Austria se dirige, em forma e termos taes, que produzem a guerra!

Na *nota-ultimatum* de 23 de julho, a Austria declara que as autoridades austriacas tinham averiguado: — «que os assassinatos de Serajevo foram planeados em Belgrado; que as armas e explosivos que foram encontrados aos assassinos lhes haviam sido fornecidos por officiaes e soldados servios que faziam parte da *Narodna Odbrana*, a mais notavel das muitas sociedades politicas contra Austria; que a passagem dos criminosos á Bosnia se fez com o auxilio dos chefes do serviço da fronteira».

A *nota-ultimatum* foi mandada, por copia, a todas as chancelerias acreditadas em Viena, acompanhada por um relatorio onde o governo austriaco fornece detalhadas e notaveis informações dos resultados certos a que chegou a investigação do crime. Apurou-se a responsabilidade, entre outros, dos seguintes personagens:

O principe real da Servia que, em 1912, recebeu em audiencia o criminoso, encarregado de assassinar o Banus da Croacia; que serviu de intermediario, para

se arranjar o dinheiro para o atentado; que mandou, por intermedio d'um professor da universidade servia, saudações ao Luka Gjukić e seus cúmplices.

Cabrinowic, que lançou as bombas contra o príncipe herdeiro da Austria, foi apresentado em Abril, dois mezes antes do crime, ao príncipe real da Servia, pelo diretor da imprensa estadual;

O general Bozo Iankowitsch, que foi inspecionar se os jovens estudantes já tinham feito progressos suficientes na arte de lançar bombas;

O major Milan Vaschitsch, que lhes deu dinheiro para a passagem;

O funcionario estadual, Milan Tschiganowitsch, que forneceu as armas e as bombas;

O major Woja Tankoschitsch, que os instruiu na arte de atirar ao revolver.

Pois o *memorandum*, onde Austria justifica com factos e dados concretos e positivos, foi entregue ao governo inglez, na pessoa de Sir Edward Grey. E é um membro d'esse governo, assim e tão ilucidativamente informado ácerca da responsabilidade do governo servio no crime de Serajevo, quem vem dizer, em publico, que o governo servio nada tem que ver com esse crime! Isto é extranho, mas chegaria a compreender-se, pelo interesse politico da Inglaterra em cercear importancia á reclamação da Austria. Era uma arma, vesga e traiçoeira; mas era uma arma politica. Tratando-se da politica ingleza, não havia motivo para espantos. Mas o mesmo ministro inglez acrescenta: — «Nem Austria o pretende»: que Austria não pretende que o governo servio tenha que ver com o crime de Serajevo! Isto não é extranho, nem arma vesga de vesga politica. Isto é audacia, cinismo, ludibrio, que pode ter servido, no momento, para alistar voluntarios

e chamar reservas metálicas á subscrição do emprestimo, mas que atira para a vala commum, por ventura para a lista dos cúmplices do crime de Serajevo, com um ministro do imperio britannico.

E não ficou ahí a audacia. Amesquinhou as pretensões de Austria, amesquinhou o proprio crime que as fundamenta, ao mesmo tempo que engrandece a transigencia da Servia, satisfazendo, ou, antes, significando a intenção de satisfazer parte dessas pretensões, o que, no entender do orador, já era excessivo vexame: — «Prometeu não sympathisar com Bosnia; prometeu não escrever artigos criticos sobre Austria; não permitiria a celebração de nenhum comicio, onde se dissesse coisa desagradavel para Austria».

Tudo isto, atravez do oculo britannico, já é excessivo vexame. E nós, os portuguezes, a lembrarmo-nos do *ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, sem que um portuguez tivesse assassinado, em terras inglezas, um príncipe de Galles, mas tão somente porque autoridades portuguezas pensavam que podiam continuar a residir e jurisdicionar em terras de Portugal! E a gente a relembrar como Inglaterra dominou a Índia, levando á forca os patriotas, seus naturaes!

A dignidade da Servia

E, então, Sir Lloyd George prosegue: — «Mas isto não bastava. Tinha que despedir do seu exercito aos officiaes que Austria designasse. Esses officiaes acabavam de distinguir-se n'uma guerra, em que haviam aumentado o lustre das armas servias; eram valentes e bons tecnicos. (*Muito bem*). Mas observaes isto: *não se denominou nenhum official*; Servia tinha que comprometer-se, de antemão, a despedil-os do exercito;

depois se indicariam os nomes. Podeis mencionar um paiz do mundo que tivesse sofrido isso?».

Não se vê, não se percebe, como, não citando Austria os nomes dos officiaes, Sir Lloyd George soubesse que elles eram valentes e bons tecnicos. Mas percebe-se, ve-se bem que Sir Lloyd George estava, n'aquelle dia, apostado a destruir o seu nome de homem de verdade, enganando o seu auditorio, que não tivesse conhecimento d'ella. A clausula 7 da *nota-ultimatum* diz: — «A proceder, sem dilação, á prisão do commandante Wojja Tankosic e do individuo chamado Milan Ciganovic, empregados do Estado servio, que se acham comprometidos no summario instruido em Serajevo». E Austria não denominou nenhum official!

O irmão pequeno da Russia

Tambem o trecho é pequeno. Mas corre parelhas com os outros nos desconcertos. Ha nelle grandes verdades, cujas razões e consequencias Sir Lloyd George não revela, porque lhe não convem. «Russia tem uma consideração especial por Servia», — diz, e isso, porque Russia «tem interesses especiaes em Servia», — acrescenta. São duas grandes verdades. E' que Servia era quem melhor servia a Russia, na sua politica balcanica, no desenvolvimento do panrussismo, prestando-se a representar um papel que, nem Rumania, nem Bulgaria quereriam, ou seriam capazes de desempenhar com tanta audacia e decisão, que chegaram até o crime de Serajevo. Toda a gente sabe, por lá, que esse crime foi tramado e preparado em casa do ministro russo, em Belgrado.

E' isso mesmo. Austria bem sabia d'onde lhe chovia, donde vinham as munições com que Servia lhe

vinha atirando. Sim, é verdade. Russia não podia abandonar Servia, sem ver desfeito o seu sonho secular de dominação nos Balkans, e de destruição da barreira germanica, que lhe impede a sua invasão pela Europa. Tem muita razão Lloyd George: — «Russia não podia abandonar o seu irmão pequeno, porque tem interesses especiaes em Servia».

E, tomando, certamente, posições dramaticas, de grande efeito, a julgar pelos aplausos e risos, figura Sir Lloyd George os *slavos russos*, voltando-se para Austria e dizendo-lhe: — «Se pões a mão sobre esse pequeno camarada, faço em migalhas o teu desunido imperio. (*Grandes aplausos e risos*) — membro por membro. E é o que está fazendo!» (*Grandes aplausos*).

Foi isto, como o leitor já sabe, em 19 de Setembro, quando Inglaterra e a numerosa familia dos aliados deliravam, com o celebre artigo do *Times*, titulado — «O muro de pedra e o rolo a vapor». Essa peça, devida á arguta pena do critico militar do grande órgão londrino, fez a volta do mundo, com a força persuasiva d'um artigo de fé!

Começa assim: — «Ha uma diferença muito grande entre a obra que corresponde aos aliados no Oeste e á dos russos no Leste. A nossa missão pode ser comparada a um muro de pedra, e a dos russos a um rolo movido a vapor. O nosso numero e a nossa situação no ocidente são taes, que, só por um golpe extraordinario da sorte, poderíamos obter uma vitoria brilhante que nos permitisse aniquilar o inimigo. O nosso papel reduz-se a conservar a nossa posição. Enquanto Russia avança, devemos combater todo o tempo e sustentar-nos até o fim, que seja até a margem do Atlantico, sem nunca nos darmos por derrotados».

Depois de divagações, que ao caso presente pouco interessam, segue:— «Este metodo do «muro de pedra» não está muito conforme com o temperamento dos francezes. Preferiamos que os russos o adoptassem, e que os francezes desempenhassem as funções do «rolo a vapor». Mas é uma erronea crença, a que supõe que os francezes não são bons na offensiva, e o metodo que foi adoptado não impedirá os ataques repetidos, nos quaes o arranque francez poderá mostrar tudo aquillo de que é capaz. Não podemos trocar a situação respectiva de francezes e russos, e devemos combater, quanto seja possivel, no posto que nos foi marcado. As cartas que temos na mão é que nos indicam a maneira de jogar. Russia tem na guerra o papel mais brilhante, e o triumpho dos aliados depende, em grande parte, da maneira como ella o desempenhe. Aliviamos a Russia da grande massa dos exercitos alemães, e, emquanto mantemos solidamente esta situação, Russia deve aproveitá-la. Evidentemente que tem a intenção de fazel-o. A Prussia oriental está já prostrada a seus pés. Os seus exercitos concentram-se na Galitzia, para ter Austria em cheque, emquanto na Polonia russa, o exercito principal avança, via Pozen e Francfort, sobre o Oder, até as portas de Brandeburgo.

Massas, massas enormes! dois milhões de homens no exercito de primeira linha, e outros dois milhões no exercito de apoio, que se está concentrando. Nos primeiros encontros, o exercito russo deu prova d'um vigor esplendido, e o seu potencial offensivo excedeu quanto se esperava. Não esqueçamos onde vamos, e o significado do que conseguimos. Russia deve chegar a Berlim, dentro de dois mezes, e, se nesse tempo, ainda conservamos a luta no Oeste, e Servia tem as suas

mandibulas incrustadas nos rins de Austria, o objetivo estrategico e politico da guerra estará conseguido».

Como o destino foi cruel e se ha cruamente vingado da profetica fanfarronada! O rolo a vapor entrou, de facto, na Prussia oriental, para se banhar nas aguas pantanosas da Masuria, deixando go mil russos de refens ao banheiro Hindenburgo, sem se poder bem precisar — tamanho foi o numero — quantos ficaram mortos em Tannenberg. Passados mais de cinco mezes de lutas pela Galitzia, não consegue acudir ao irmão pequeno, invadindo a Hungria, e metendo a Austria entre dois fogos. A Servia, em vez de ter as mandibulas incrustadas na Austria, já teve o incendio e a desolação dentro do seu territorio, e não se acha longe de experimentar a sorte da Belgica. Finalmente, as taes massas, massas enormes do exercito principal dos russos, que, pela Polonia, tomariam o caminho de Pozen-Francfort, com dois mezes de viagem a Berlim, não conseguiram, sequer, sair da sua casa. Fizeram ao inimigo o magnifico presente da cidade de Lodz, a grande, populosa, industrial e rica Manchester da Polonia russa, e lá vão levados em bonita marcha estrategica de recuo, defendendo Warsovia, a melhor posição forte que ainda tem na região. Cortados em tres partes, procuram toda a força de vapor, para moverem para traz o malgrado rolo, com que ha mais de tres mezes deviam estar em Berlim!

Foi tal e tamanho o desencanto, que o mesmo *Times*, com aquella desilusão que a desgraça produz nos espiritos, chamando-os irresistivelmente á realidade, confessa que, se os russos não defendem a Polonia, é, simplesmente, porque não podem, acrescentando: — «Não ha governo algum que, por nenhuma consideração, se desinteresse, de boamente, d'uma pro-

vincia tão rica, e consinta que uma cidade industrial de meio milhão de habitantes seja ocupada pelo inimigo». (*Times*, de 8 de Dezembro). Refere-se a Lodz, e á parte oficial russa, que havia anunciado o abandono, a evacuação desta cidade, por conveniências estratêgicas, conveniência de mudar de plano de combate, o que, até para o *Times*, tem a moralidade da fabula da raposa e das uvas.

Rússia podia responder ao *Times* que aprendera com Inglaterra a explicar os desastres da guerra, apoucando-os e desmerecendo as vitorias do inimigo. Anvers, que, em mãos dos amigos belgas era inexpugnável, passou a ser um canudo, verdadeiro presente grego, para os alemães, apenas caida em seu poder, na opinião do mesmo *Times*, da imprensa ingleza e na voz da sua diplomacia. Um pesado encargo no emprego de forças para o sustentar, sem valor algum estratêgico, trazendo aos aliados a grande vantagem de lhes sommar as forças que lá tinham presas, e que, livres, foram reforçar o muro de pedra. Era apontar-lhe aquelles barcos de guerra, mandados para o charco pelos submarinos e cruzadores alemães, que, no dizer inglez, não valiam nada, antes serviam só de estorvo e despeza á invencível esquadra.

*

Voltemos, porém, a Lloyd George e ao pequeno trecho do seu discurso, a que ainda nos resta fazer uma importante retificação. Supõe ou afirma o orador que o famoso repto a favor do irmão pequeno fôra lançado á Austria pelos *slavos* russos, implicando a ameaça da destruição do *desunido* imperio austro-hungaro. E' o desfraldar da bandeira moral dos aliados.

Elles são os libertadores das raças oprimidas. E' a França a resgatar as duas provincias que gemem no cativeiro de quasi meio seculo. E' a Russia a sacrificar-se pelo irredentismo da raça slava, parte da qual em cativeiro se figura no *desunido* imperio. A Inglaterra, essa, como nunca fez questão de raças, e de todas, com todas as cores e origens, fez o seu imperio mundial, entrou na bulha pela defeza dos fracos, contra a barbaresca tirania alemã.

A lenda da Alsacia e Lorena francezas, fosse de raça, fosse de lingua, fosse de mais antiga posse, seja, emfim, de resgate para a civilisação, — essa lenda está desfeita, por argumentos historicos e etnograficos, que nos mostram essa região germanica antes de franceza, sempre germanica de raça, e, de 1870 para cá, mais rica, progressiva e feliz; por argumentos de facto, no decurso da guerra actual. A França contava com o levante das duas provincias, correndo para ella; foi ao seu encontro, invadindo-as ao abrir das hostilidades; e o que se tem visto é que o loreno e o alsaciano combatem nas filas germanicas com o mesmo valor e decisão de todo o soldado teutonico. Pois a lenda dessa Russia, libertadora da raça slava, nem é, historicamente, mais consistente, nem tem tido, durante a guerra, menos formal desmentido. Para que Russia podesse ter direito a redimir a grande familia slava, que anda por fóra do seu imperio, fôra preciso que lhe promettesse melhora de sorte, quanto ás nobres tradições dessa raça, á sua liberdade, ao respeito da sua lingua, costumes e aspirações. Ao contrario, nem a raça slava forma a oligarquia governante na Russia, invadida como foi e fusionada como se acha nas raças turcomana, mongolica e tartarica, nem os slavos puros do imperio russo cauzam inveja aos que se encontram

no imperio austro-hungaro. E a prova pelo facto é que os slavos que vivem neste imperio, e que formam 48 por cento da sua população, vem combatendo ao lado dos soldados das outras raças, pulsando com o mesmo ardor e fé na vitoria da sua patria. E' mesmo assim, por esta força irresistivel de solidariedade e egoismo, que se operam as fusões etnicas, no cadinho do sentimento patriotico e da defeza do ideal commum.

Temos o relato á vista da viagem feita por um jornalista de paiz neutral, pelo sul da Hungria, Bosnia e Hersegovina, em complemento d'outra, anteriormente feita pelo norte.

Por toda a parte presenciou o mesmo entusiasmo, a mesma fé e a mesma dedicação pela cauza commum. O levantamento preannunciado, as revoluções da Croacia e da Dalmacia, tão pregoadas pela imprensa anglo-franceza, foram sonhos a que a sorte má dos agoueiros não concedeu realidade.

*

Se quizessemos retaliar, perguntariamos a Lloyd George se conta com a unidade da sua familia na presente conjuntura; no julgamento das cazas da guerra e no concurso de meios para a sustentar. Se o partido nacionalista da Irlanda está satisfeito, e se a Escocia já perdeu de todo a sua aspiração separatista. Vemnos a duvida do pouco que temos lido e de que, em parte, já demos noticia ao leitor, nos dizeres do deputado Mr. Keir Hardier aos seus eleitores, e de Mr. Ramsay Macdonal, tambem deputado, e chefe do partido operario, na propria Camara dos Communs. Acrescentaremos aqui ligeiras transcrições sacadas de artigos de jornaes inglezes. O *Irish Volunteer*, periodico

irlandez, de 10 de Outubro, diz que — «os nacionalistas de Oeste da Irlanda resolveram, unanimemente, não se alistar no exercito inglez». No numero de 7 de Novembro, do mesmo periodico, encontra-se este trecho: — «Inglaterra quer que o povo irlandez combata contra uma raça que nunca lhe fez dano algum, que, ao contrario, sempre mostrou simpatia á nossa, como o prova a aliança irlandeza-americana-germanica nos Estados Unidos. Em rigor, se os alemães chegassem a dominar a nossa ilha pela força, teriam o mesmo direito a faze-lo que os ladrões que a mantem submetida pela força das baionetas. Amigos, nós não temos que-rela com os alemães, e esperamos não a ter nunca».

Outro jornal irlandez, *Irish Freedom*, escrevia em Setembro: — «Irlanda é neutral». Mas acrescentava: — «Verdadeiramente, Irlanda estaria melhor como um protetorado da Allemanha, que é uma nação mais avançada em cultura e civilisação, do que a Inglaterra. Os seus e os nossos interesses não chocariam, como chocam os nossos com os de Inglaterra. Se a marinha ingleza fôr derrotada, cá teremos os nossos amigos alemães cruzando o mar da Irlanda». Em Novembro, dizia a mesma gazeta: — «A' Inglaterra dizemos nós — derime tu as tuas querelas. Se não fores vencida agora, temos a esperança de que d'outra vez o serás. Tanto nos dá que te vença o turco, como o teutão, o cossaco ou o amarelo. No dia em que a tua carcaça se desfizer para sempre, a nação irlandeza entoará um hino de alegria que subirá até os ceus».

Ainda um terceiro periodico, o *Irish Worker*, aconselhava á raça irlandeza que se mantivesse afastada da luta, já que não podia tomar parte nella, como nação independente, do lado unico que a honra e o interesse lhe ditam.

E parece que esta onda tem crescido, apesar do discurso de Sir Lloyd George, porque lemos no insuspeito *Times* que distritos, que, no começo da guerra, iam por Inglaterra, se têm mostrado abertamente germanofilos.

Pois então, Sir Lloyd George, quem tem telhados de vidro não atira pedras ao do visinho.

As nações pequenas

«O mundo deve muito ás nações pequenas» — diz, e muito bem, Sir Lloyd George; «e aos homens pequenos» — acrescenta. Não topa a gente facilmente a que vem a conta aberta a favor dos homens pequenos. Se não fosse de Lloyd George, não faltaria quem tomasse o dito por chata banalidade. Claro que os homens não se medem aos palmos, que David matou Goliath, que Napoleão não chegava á craveira, que Nero, também pequeno, foi um grande artista, como elle mesmo se qualificou ao morrer.

Parece, porem, que a banalidade caiu no discurso, para justificar uma ironia, que vem a seguir: — «Bom, as pernas compridas têm sua vantagem na retirada». E' claro que houve risos e aplausos. E' natural que, hoje, a frase não fosse pronunciada em tom de ironia, porque os factos têm comprovado que as pernas compridas têm servido aos alemães para alcançarem os que fogem na sua frente.

O desdem ao imperio grande e nação grande parece talhado para Inglaterra, que não cessa de nos dizer que tem o maior imperio e que é a maior nação do mundo.

A mofa prosegue: — «Allemanha applica esse ideal ás nações, e não permite que entrem em filas senão as nações de 1^m,88».

O publico — claro — cascalhou de riso. E não se lembrou, n'aquelle momento de espirito sarcastico, nem o orador, nem o seu electrizado publico, que a politica das grandes nacionalidades e o decreto de morte fulminado contra as pequenas, contra as nações de 1^m,65, foi gerada na Inglaterra e proclamada ao mundo por lord Salisbury! Que desastre, Sir Lloyd George!

«Mas; ah! o mundo deve muito ás pequenas nações, de 1^m,65» — prosegue Sir Lloyd George. Mundo e Inglaterra são sinonimos para o orador, como bom inglez; e, nesse sentido, a frase é muito verdadeira. Welington e Inglaterra estavam perdidos em Waterloo, se a Prussia, então de 1^m,65, lhe não acudisse com Blücher. Está Inglaterra pagando agora essa divida de gratidão.

Em 1876, a Belgica, outra nação de 1^m,65, poz-se á frente d'uma quadrilha, que tinha o olho vivo posto nas colonias e possessões portuguezas de Africa. Com essa iniciativa belga, suggestionada por Inglaterra, conseguiu esta nação, sinonima de mundo, chamar boa parte do dominio portuguez ao imperio britanico. Mais dividas do *mundo*, isto é, da Inglaterra, ás nações de 1^m,65.

No principio do seculo passado, Portugal sacrificou tudo, até a sua independencia, recusando as ofertas de Napoleão e collocando-se ao lado de Inglaterra, frustrando o grande plano do bloqueio continental. O reino foi invadido, tomado, saqueado. A familia real fugiu para o Brazil, o que deu em resultado a posterior perda desta sua melhor colonia. Inglaterra venceu e engrandeceu-se. Salvou-a Portugal. A primeira e grande derrota dos exercitos de Napoleão foi no Bussaco, em terras de Portugal e infringida por soldados portu-

guezes, como Welington confessou. Ahi começou o desmaio da estrela do grande conquistador. Portugal aindo hoje não sabe dizer qual das duas dominações contribuiu mais para a sua ruina: se a conquistadora da França, se a dominação protetora da Inglaterra, que áquella se seguiu e de que só poude livrar-se pela revolução de 1820.

Sabe, entre muitas desgraças, que perdeu o Brazil, e que foi Inglaterra quem, paternalmente, influiu e protegeu essa perda. Mais e grandes serviços que o *mundo*, isto é, Inglaterra, deve ás nações de 1^m,65.

Portugal sabe, Inglaterra tambem e Sir Lloyd George, por ventura melhor do que todos, que a convulsão politica que mudou o regimen tradicional na vigente republica, se deve a um secreto *complot* realisado em Londres. Deve ser por isso, por gratidão, que no senso republicano portuguez se operou tão funda transformação, tendo sido esse partido que dirigiu o movimento de opinião contra Inglaterra, quando foi do *ultimatum*, entre frases, discursos, artigos e livros que inculcavam odios inextinguiveis, e sendo, agora, esse mesmo partido, que proclama a comparticipação do paiz na luta em favor da Inglaterra. Essa attitude está bem longe de representar o sentimento e a vontade do povo; mas é uma divida de gratidão. E' tambem outro serviço que o *mundo*, isto é, que Inglaterra ficará devendo a uma nação de 1^m,65.

O *mundo*, isto é, Inglaterra, precisou de annexar, isto é, trazer ao convívio da civilisação, duas pequenas nações do Sul de Africa. Essas minusculas nações ou saram resistir, e as legiões britannicas iam sendo dizimadas por esse punhado de heroes. A Inglaterra viu-se e desejou-se. Apelou para Portugal, que rompeu a sua neutralidade, permitindo-lhe a passagem das suas tro-

pas pela Beira, com que os heroes foram reduzidos e esmagados.

Outros e grandes serviços prestados ao *mundo*, isto é, á Inglaterra, por tres nações de 1^m,65: — duas, aumentando com seus territorios o imperio britanico, outra, fornecendo o meio de conseguir a annexação.

Sir Lloyd George tem muita razão, em dizer que Inglaterra deve muito ás nações pequenas, ás nações de 1^m,65.

*

Ficam sem resposta os trechos que ainda restam. Iriamos longe, muito mais longe do que os limites que marcámos a este trabalho, se fossemos apreciar a fé ingleza, a civilisação alemã, a sua nova filosofia; o sacrificio e o novo patriotismo que Sir Lloyd George evangelisa para o seu povo. Nesses trechos ha verdade e parece haver a alma d'um patriota, condenando a falsa rota e abrindo, em mistica visão, as portas d'um futuro mais nobre e mais humano. Ardentes votos fazemos porque essas palavras do orador não sejam perdidas.

Temos visto, neste mar de protervias e de invectivas, chegar-se a negar a cultura moral, scientifica e filosofica da Allemanha moderna, pondo-a, em triste contraste, com a de Kant, de Goette e de Beethoven, dezenas de furos abaixo de si propria e das outras civilisações occidentaes. Nem podia deixar de ser, com esse morbus do militarismo. Nós, que muito nos instruímos com a eloquencia dos numeros, vemos que, não obstante o seu militarismo e o terrivel onus desse morbus, a Allemanha gasta com a instrução desse povo barbaro, caído na escravidão, na cegueira e na miseria, o dobro do que gasta Inglaterra, e quasi o triplo do

que gasta a França. E, quanto aos resultados, vemos que a proporção dos analfabetos é de 0,03% na Alemanha, contra 6% na Inglaterra e 10,7% na França.

Um dos coeficientes mais importantes, para julgar a civilização d'um povo, é o da sua criminalidade. Na Alemanha, contam-se 3 homicídios por milhão de habitantes; na Inglaterra, 5, e na França, 14.

Conclusão

As tres razões que o Sr. Asquith denunciou como sendo as que levaram á guerra o imperio britanico, são, com efeito, as verdadeiras, desde que, sobre o seu sentido, origens e applicação, se façam as correções que lhes deem toda a luz da realidade.

Quanto á primeira, aclarando que a guerra tem efetivamente por fim «defender tratados e o que se deva chamar a lei publica da Europa»; mas tratados e leis que sejam a garantia de vida egualitaria e justa para todos, e não, como vinham sendo, o monopolio e o feudo de alguns. O *statu quo* convem de facto á Inglaterra, porque ella conseguira, no uso e fructo dessa situação, impôr á Europa a sua hegemonia politica, social e economica e financeira, armando-se de todos os meios para levar a sua expansão aos outros continentes e a toda a parte, onde oprimia ou dificultava a expansão propria das localidades invadidas, e a concorrência leal das outras correntes invasoras.

Quanto á segunda, explicando que a «independencia dos Estados livres, relativamente pequenos e de-beis», não passa duma expressão sem sentido. Se são pequenos e de-beis, a sua independencia é uma quimera, porque elles, de facto, em vez de livres, estarão sempre expostos á invasão e violencia dos fortes. A Inglaterra não se fez forte e grande, senão á custa desses Estados pequenos e de-beis, invadindo-os e violentando os. Se agora quer enfeitar-se com a capa de protetora desses Estados, é que tem sobre elles mantido um dominio senhorial que vê em risco de perder. Correndo em defeza desses Estados, é para garantir esse lucrativo senhorio.

Quanto á terceira, ficando entendido que, de facto, «a pretensão d'uma só Potencia de ditar a expansão dos destinos da Europa» deve ser combatida, venha essa pretensão d'onde vier. E' esse o melhor, o mais util e o mais santo dos fins da guerra atual, sacando essa pretensão das garras absorventes da Inglaterra, sem que passe para as da Allemanha, ou seja de quem fôr. Se a Inglaterra podesse ser sincera, falando pela boca do seu primeiro ministro, se nos pretendesse convencer do seu proposito humanitario, justo e desinteressado, começaria por abrir mão, ou, pelo menos, estabelecer o condominio sobre territorios, direitos e bens de que se apossou, invadindo e violando a independencia d'outros Estados. Ella em vez de jactar-se de ser dona, rainha dos mares, devia abrir a todos esse elemento que de todos é. Ella começaria por entregar Gibraltar a seu dono, ou, pelo menos, restabelecer ahi o condominio, porta aberta ao commercio e navegação de todo o mundo. Ella, em vez de fazer sobre a posse de Marrocos negociatas clandestinas, da sua partilha entre França e Espanha, mediante lucrati-

vas cedencias de direitos no Egypto, daria a mão amiga á Allemanha, quando esta compareceu a pedir o commercio commercial de Marrocos. Ella, paladina como se diz, da lei publica da Europa, daria mão amiga á Allemanha, quando esta se oppõe á expansão da Russia, na sua tradicional ameaça de invasão do velho continente. Ella, em vez de fechar a passagem de Suez, a outra porta do Mediterraneo, devia abrir mão ao commercio e á navegação para o Oriente. Ella devia sommar a sua influencia ás nações mediterraneas, como a Italia e a Grecia, ajudando-as a banir toda a acção mussulmana da costa norte da Africa, integrando o continente negro na equação europea debaixo da influencia da civilisação propria e tradicional do velho continente. Ella, em vez de proclamar, pela voz do Sr. Grey, que se desinteressa pela politica balkanica, devia ver nessa politica uma das bases da consolidação da existencia politica da Europa, duplamente ameaçada pela expansão russa e pela persistencia mussulmana.

Analysando até o extremo, até os termos mais simples, o problema que se está resolvendo pelas armas, fica-nos o duelo entre as duas grandes Potencias; fica-nos a Inglaterra que se oppõe não somente ao predominio, como á participacção, á parceria da Allemanha na hegemonia europea.

Não quer, não consente a Inglaterra que uma só Potencia disponha desse predominio. E quem o tem e está fruindo até hoje? Quem ficaria ou com elle seguiria amanhã, se a Allemanha fosse vencida? E' encantadora, — por não lhe darmos outro e verdadeiro qualificativo — a dialctica da Inglaterra! Acoita-se regaladamente debaixo do guarda-chuva, e, quando percebe que um, dos muitos que se estão molhando, se resolve a tirar-lh'o das mãos e pol-o em lugar que acoite a to-

dos, larga-se a clamar que esse o quer para si só, e incita os outros para que a ajudem a ella a conservar o guarda-chuva onde está!

Clama que Allemanha quer ditar a lei á Europa. E' possível. Mas a questão para a Europa não é que a lei seja ditada por Allemanha ou por outrem; a questão para Europa é que seja outra a lei da sua existencia, certa como está, por dura e longa experiencia, de que é funesta a lei em que tem vivido. Na peor das hypotheses, mudará de senhor. Não piorará.

A Allemanha formou-se pela federação de Estados Livres, ha menos de meio seculo, e, nesse periodo, conseguiu uma unidade que está dando de si, no atual momento, a prova da sua inexcedível força.

Por Deus que seria bem feliz a Europa, se todo esse continente conseguisse federar-se assim, fosse qual fosse, estivesse onde estivesse a cabeça, o centro de gravidade dessa federação. Na Prussia, na França, na Inglaterra, com tanto que, a federação fosse tão solida, tão seria e tão util para a Europa como tem sido a alemã para a Allemanha. E pode Inglaterra dizer o mesmo da sua união intestina? Ha nos territorios da sua metropole essa unidade espiritual que faz a alma da nação? Que o diga a Irlanda e a Escocia; que o diga a sua imprensa; que o diga esse espirito de soletre e crescente desconfiança das suas classes.

Mas é pela reflexão do refinado espirito inglez nos paizes ou colonias onde vai influir, pela liberdade, pelo progresso, pela riqueza e pela cultura, que temos de preferi-lo? E' olhar e ver.

Não precisamos de sair de nossa casa. E' ver, é compararmo-nos, antes e depois de sermos, não a aliada, mas a tutelada da Inglaterra.

Estivemos 60 annos sob o dominio da Espanha e

perdemos muito e muito decaímos. Passámos para o dominio inglez, e, como sua colonia, vivemos ha mais de dois seculos; perdemos muito mais e decaímos até a ruina.

No seculo xviii enriquecemos a Inglaterra com o ouro do Brazil; no seculo xix perdemos o melhor do nosso dominio colonial, que, ou passou directamente para Inglaterra ou lhe serviu a ella para suas compensações.

Estes são os factos, dos quaes não pretendemos tirar conclusões extremas para a politica portugueza. Se a corrente dominante fosse pela Allemanha e por esta se pretendesse sair da neutralidade, seriamos da mesma forma contrarios. E' bem possivel, provavel mesmo, que, neutraes até o dia da conferencia da paz, a esta não sejamos chamados, nem tenhamos nella voz que advogue os nossos interesses.

A historia diz-nos que ouvidos nem chamados fomos, quando e sempre que vertemos sangue e perdemos bens para o triumpho da cauza em que nos envolvemos. Preferivel é, pois, esquecidos nas duas hypotheses, que poupemos bens e vidas. Assim soubessemos aproveitar esse tempo, em que os fortes se destroem, estabelecendo a harmonia da grande familia portugueza, recolhendo-nos todos ao honrado, rico e risonho torrão que nos legaram e ainda possuímos, trabalhando todos pela riqueza e prosperidade da Patria, que, pequena como é, chega para todos e a todos podia fazer felizes. E, na força da nossa união e na saudavel e farta abastança, formarmos a barreira contra a qual tivesse que quebrar-se toda a onda que atentasse contra a nossa independencia.

FIM

*Acabou-se este trabalho
no dia 31 de Janeiro de 1915.*

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...



ULTIMAS PUBLICAÇÕES

- Raphael Bordalo Pinheiro** — I — O Caricaturista —
Desenhos escolhidos por *Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro*, com um estudo de *Manuel de Souza Pinto*. Esc. 2,50
- Recordações da scena e fóra da scena** — Por *Augusto Rosa*, com uma carta prefacio de *Affonso Lopes Vieira*, 1 vol. de 368 pag. muito ilustrado com fotografuras hors-texte, br. » 1,50
- A Moral Politica e a Beleza espiritual da guerra — A BELGICA** — I — Conferencia feita por J. S. da Cunha e Costa, 1 folheto com 44 pag. br. » 0,30
- As Sete Palavras** — *Maria de Carvalho*, 1 folheto com 34 pag. — Verso —, br. » 0,30
- Doze Canções d'amor do livro de amor e da natureza**, Versos, por *João Maria Santiago Prezado*, 1 vol. muito bem impresso a duas côres e encadernado em linho e impresso fundo a ouro. » 1,00
- Vibrações** — *João Saldanha d'Oliveira e Souza*, 1 vol. de 110 pag., br. » 0,30
- A ultima aventura** — Por *Urbano Rodrigues*, peça em 1 acto, em prosa, br. » 0,30
- As novas idelas sobre o hipnotismo**, (aspectos medicos-legaes) — Por *Egas Moniz*, 1 folheto br. » 0,30
- A Vida Sexual** — phisiologia e pathologia, 3.ª edição, por *Egas Moniz*, 1 vol. ilustrado, enc. 1,80, br. » 1,50
- Poesias sobre as scenas infantis de Schumann** — Por *Affonso Lopes Vieira*, 1 folheto de 50 pag. » 0,40
- Bartholomeu o Marinho** — Arte para crianças, versos de *Affonso Lopes Vieira*, 1 vol. artisticamente impresso a côres com illustrações de *Raul Lino*, enc. em linho de Guimarães, br. 0,40 e enc. » 0,60
- Animaes nossos amigos** — Arte para crianças, versos de *Affonso Lopes Vieira*, 1 vol. impresso a cinco côres e profusamente illustrado por *Raul Lino*, encadernado com capa especial. » 0,80
- Ginastica de quarto** — plastica e higienica, para homens, senhoras e crianças, com um quadro de exercicios, illustrado, muito elucidativo, por *Carlos d'Almeida Gonçalves*, 1 folheto. » 0,30

BN



#EFG0000109662#

